

INSTITUTO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO DE PIRACICABA

ZONAS DE ZELADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

IPPLAP
PIRACICABA
2013

Caderno de Estudos e Projetos para o Desenvolvimento
Sustentável de Piracicaba e Aglomeração Urbana

3
CADUS

INSTITUTO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO DE PIRACICABA

Prefeito Municipal
Gabriel Ferrato dos Santos.

Diretor-Presidente
Lauro Pinotti.

Diretor de Planejamento Físico e Territorial e Urbanismo
Rafael Ciriaco de Camargo.

Assessor da Presidência
Valmir José Santana.

Organização
Marcelo Cachioni.

Textos
Juliana Binotti Pereira Scariato.
Maira Cristina Grigoletto.
Marcelo Cachioni.

Diagramação
Marcelo Cachioni.

Capa
Ramon Penha Moral.
Marcelo Cachioni.
Fotos: Christiano Diehl Neto e Ivan Moretti.

Fotos
Adilson Franco Cardoso.
Christiano Diehl Neto.
Ivan Moretti.
Justino Lucente.
Marília Vasconcellos.
Milanea Franco.
Paulo Dedini Altafin.
Vitória Telles Corrêa.

Mapas
Beatriz Giovanetti
Lais Massaro Nogueira.
Marcio José Pizzol.

Revisão
Sabrina Rodrigues Bologna.

Apoio técnico
Alex Donizete Perez.
André Martins.
Érika F. A. Perosi.
Idnilson D. Perez.
Maria Beatriz S. Dias de Souza.
Orson J. R. Camargo.
Paulo César Schiavuzzo.
Pedro Sérgio Piacentini.
Rosalina M. Oliveira Castanheira.

CTP, Impressão e Acabamento
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Melysse Martim - CRB-8/8154

I64d	IPPLAP
	Zonas de Zeladoria do Patrimônio Cultural - Piracicaba: IPPLAP, 2013.
	108 p: il. - (Cadus - IPPLAP; 3).
	ISBN 978-85-64596-07-8
	1. Planejamento urbano. 2. Plano diretor. I. Título
	CDD 710
	CDU 71

Índice para catálogo sistemático:
1 Planejamento urbano 710

Impresso no Brasil

Foi feito o depósito legal na Biblioteca Nacional [Lei nº 10.994, de 14/12/2004].
Direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610/98.
Proibida a reprodução total ou parcial sem a prévia autorização dos editores.

Prefeitura Municipal de Piracicaba
Rua Antonio Corrêa Barbosa, 2233 - Centro
13400-900 Piracicaba SP Brasil
www.piracicaba.sp.gov.br

Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba - Ipplap
Rua Antonio Corrêa Barbosa, 2233 - 9º andar - Centro
13400-900 Piracicaba SP Brasil
www.ipplap.com.br
ipplap@ipplap.com.br
Tel.: (19) 3403-1200
Fax.: (19) 3403-1365

Prefácio

Uma gestão pública adequada e moderna do município de Piracicaba e a implementação de políticas públicas com foco no desenvolvimento econômico sustentável do município de Piracicaba, tem sido a tônica do nosso governo no quadriênio 2013-2016.

O crescimento econômico tem gerado diversas oportunidades de emprego e de novos negócios no município. O respeito ao meio ambiente e à diversidade socio-cultural pautam de forma transversal as políticas públicas. A reestruturação dos equipamentos urbanos tem sido reforçada e ampliada para atender a crescente demanda da população. Enfim, nosso governo tem trabalhado para promover a cidadania e o bem-estar da população.

Todavia, o progresso econômico resulta em novos desafios que têm de ser enfrentados para que mantenhamos a qualidade de vida em nosso município.

Nesse sentido, determinei a revisão do Plano Diretor da cidade para os próximos 10 anos e, face à sua importância para o correto planejamento e desenvolvimento sustentável da cidade, antecipamos a retificação dos estudos e nos adiantamos

às recomendações expressas pelo Ministério das Cidades.

Assim, é com grande satisfação que anunciamos a publicação do terceiro volume do “Caderno de Estudos e Projetos para o Desenvolvimento Sustentável de Piracicaba e Aglomeração Urbana”, aqui denominado Cadus, elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba (Ipplap). Cada volume do Cadus abordará temas específicos, com o intuito de divulgar, de forma simples e objetiva, os projetos que o governo municipal pretende levar à discussão para aprovação pelo Conselho da Cidade e, posteriormente, pela Câmara Municipal.

O objetivo desses estudos é responder à intensa dinâmica urbana e rural de Piracicaba, que demanda por mais e melhores serviços públicos. É nesse contexto que publicamos os primeiros estudos que visam à promoção da cidadania e a qualidade de vida de cada munícipe.

Desejo a todos uma boa leitura, com a certeza de que muitos de nós encontraremos nestes cadernos de estudos um

pedaço de Piracicaba que ainda desconhecemos.

Gabriel Ferrato dos Santos
Prefeito do Município



Vista de Piracicaba (Crédito: Christiano Diehl Neto).

APRESENTAÇÃO

O Banco de Dados do Município de Piracicaba, disponível no sítio da internet do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (Ipplap), e que pode ser acessado pelo público pelo endereço eletrônico <http://ipplap.com.br/site/piracicaba-em-dados/>, apresenta os principais indicadores que compõem o cenário socioeconômico do Município de Piracicaba.

O acervo é composto por centenas de arquivos agrupados em 20 temas: Agropecuária, Assistência e Desenvolvimento Social, Consumos e Serviços, Economia, Educação, Esportes, Finanças Públicas, Habitação, Indicadores Sociais, Justiça, Meio Ambiente, Obras Públicas e Particulares, População, Saneamento e Infraestrutura, Saúde, Segurança, Território, Trabalho e Previdência, Trânsito e Transporte e Turismo.

As informações e o acervo são atualizados periódica e constantemente, sendo obtidos junto aos órgãos que compõem a administração direta e indireta do município e demais instituições de renome e notoriedade na área de pesquisa, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), Secretarias do Estado, Ministérios, Instituições

Educacionais, Instituições de Saúde etc.

As informações disponíveis no Banco de Dados do Ipplap, somadas às referentes ao Aglomeração Urbana de Piracicaba que também passam a ser pesquisadas e integradas a ele, se prestam a subsidiar:

A. as organizações públicas, de modo a que possam estrategicamente definir suas políticas, auxiliando-as nos processos de tomada de decisões;

B. as empresas privadas no planejamento de seus empreendimentos;

C. o trabalho de pesquisadores ligados a instituições de ensino e pesquisa;

D. o cidadão comum que deseja conhecer as características físicas e socioeconômicas do Município de Piracicaba, e, assim, refletir sobre as suas vocações, limitações e potencialidades;

E. os estudos, projetos e ensaios no âmbito do Aglomerado Urbano de Piracicaba, composto por 22 municípios, que passam a ter por missão, a partir de sua criação, na elaboração de estudos, planos e projetos que promovam o desenvolvimento sustentável e equilibrado de toda a região.

O CADUS

Com o objetivo de promover estudos locais e regionais e publicar análises e conteúdos que facilitem a compreensão dessas informações, tanto no contexto local do Município de Piracicaba quanto no regional do Aglomeração Urbana, o Ipplap apresenta a publicação deste Caderno de Estudos e Projetos para o Desenvolvimento Urbano Sustentável de Piracicaba e Aglomerado Urbano, ou simplesmente Cadus-Ipplap, com enfoque temático relacionado às variadas áreas do conhecimento que integram e influenciam o desenvolvimento urbano sustentável.

O presente volume trata das políticas públicas e a preservação do Patrimônio Cultural. Esclarece o conceito de Zeladoria de Patrimônio Cultural e aponta áreas do Município de Piracicaba com vocação para serem declaradas Zonas Especiais de Zeladoria da Paisagem Cultural, com respectivas diretrizes que permitam que o conteúdo temático dos bens culturais e patrimoniais, que em última instância, dão valor diferenciado e especial às tais Zonas, sejam preponderantes para uma posterior definição de políticas públicas que promovam o desenvolvimento planejado e estratégico das mesmas.

Lauro Pinotti
Diretor-Presidente do Ipplap



Santa Olímpia (Crédito: Justino Lucente).

SUMÁRIO

Introdução	09
As políticas urbanísticas e a preservação do Patrimônio Cultural	11
O que é Zeladoria do Patrimônio Cultural?	17
A chancela da Paisagem Cultural e demais propostas	20
Santa Olímpia e Santana: saberes, fazeres, ambiências e manifestações culturais	25
Os primórdios da Rua do Porto: a configuração das primeiras edificações e da vida ribeirinha	37
O complemento da paisagem cultural: as fábricas e as diferentes apropriações/utilizações	44
A Rua do Porto no século XX: tentativas de (re)valorização, (re)utilização e (re)significação	52
O Projeto Beira-Rio: a realidade do século XXI e a tentativa de (re)construção de vínculos	57
A paisagem e o patrimônio cultural como instrumentos estratégicos	62
O Plano de Gestão SHU Rua do Porto pela perspectiva histórica	77
Análise das ações preservacionistas e regulamentação das ZEI's na SHU 'Rua do Porto'	79
Monte Alegre: usos e valores	85
Processos de valorização do bairro Monte Alegre	94
Considerações Finais	99
Referências Bibliográficas	100



INTRODUÇÃO

A edição nº 3 do Cadus identifica questões presentes no atual Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Piracicaba, aprovado pela Lei Complementar nº. 186/06, com o objetivo principal de apontar possibilidades para a sua revisão/atualização.

A revisão dos Planos Diretores consta nas propostas apresentadas pela Lei nº. 10.257 (Estatuto da Cidade), de 10 de julho de 2001, que pelo Art. 41 deliberou que toda a cidade com mais de 20.000 habitantes deveria possuir um Plano Diretor. O prazo limite estipulado para o cumprimento desta obrigação foi o ano de 2006, tendo sido também apresentado que estes deveriam ser revisados, no máximo, a cada dez anos.

Mediante esta obrigatoriedade, serão identificados e analisados alguns pontos que auxiliarão nesse procedimento para abordar questões referentes à Política de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico de Piracicaba - Capítulo III 'Diretrizes e Estratégias da Política Territorial', Seção III, Artigos 15, 16, 17 e 18, do Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Piracicaba.

O intuito será o de apresentar formas viáveis para que alguns instrumentos preservacionistas sejam previstos e regulamentados, via indicações e normalizações especificadas no próprio Plano Diretor.

Dentre os principais interesses expostos está o de garantir a gestão democrática da cidade no âmbito específico do patrimônio cultural, tendo como um dos recursos inovadores a utilização do trabalho de zeladoria do patrimônio em três áreas específicas: bairros Santana e Santa Olímpia, bairro Monte Alegre e Sítio Histórico Urbano 'Rua do Porto' (SHU Rua do Porto).

A justificativa desta revisão está pautada, entre tantas, na pouca aplicabilidade dos instrumentos de preservação constantes no Plano Diretor de Piracicaba, entre os quais destacamos: Inventário do Patrimônio Cultural (IPAC), Zona Especial de Interesse Histórico, Cultural e Arquitetônico; Transferência do Direito de Construir; Consórcio Imobiliário; entre outros. Isto porque apesar de terem sido apresentados não houve oportunidades concretas para que, legal e administrativamente, fossem utilizados ou colocados

em prática; seja por meio de ações setoriais ou de deliberações complementares. Portanto, algumas inclusões são necessárias:

1. especificação conceitual, jurídica e administrativa de cada um dos instrumentos de preservação;
2. estabelecimento de prazos para o início da aplicação/utilização do instrumento selecionado;
3. especificação dos instrumentos estratégicos;
4. apresentação de demarcações e definição de parâmetros urbanísticos das áreas/zonas abordadas;
5. indicação das regulamentações específicas e/ou complementares para cada um dos instrumentos mencionados, etc.

Em atenção às necessidades e realidade locais, serão delineadas algumas reflexões e sugestões para que a aplicabilidade do Plano Diretor seja, cada vez mais, proativa.



Monte Alegre (Crédito: Paulo Dedini Altafin).

AS POLÍTICAS URBANÍSTICAS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O Ministério das Cidades (2003) apresenta a noção de planejamento urbano como um tema transversal às políticas urbanísticas. Por meio da promulgação do Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001), foram, então, indicadas diretrizes gerais para o estabelecimento de políticas urbanas em todo o território brasileiro.

Ao reforçar os parâmetros propostos pela Constituição Federal de 1988 (Artigos 182 e 183), o Estatuto da Cidade abordou: pontos referentes ao princípio da função social da cidade e da propriedade; e os novos rumos para o desenvolvimento urbano a partir da promoção da noção do direito à cidade e de sua gestão democrática.

Neste cenário, o Plano Diretor passou a ser o instrumento integrador e articulador das políticas urbanas setoriais, tratando questões referentes ao desenvolvimento e à expansão urbana (SANTOS JUNIOR; MONTANDON [Org.], 2011). Tais políticas, voltadas ao fortalecimento da gestão urbana, são importantes na medida em que constituem um arcabouço indispensável ao planejamento, desenvolvimento e sustentabilidade das ações direcionadas

às cidades.

No entanto, é fundamental que, nesse processo, as ideias e/ou práticas voltadas ao desenvolvimento e à preservação sejam estabelecidas tendo como base um discurso convergente e/ou complementar, cujo ponto de confluência se estabeleça para o atendimento de alguns princípios, tais como: função social da cidade e da propriedade; gestão democrática da cidade; direito à cidade e à memória; sustentabilidade; etc.

Rabello (2005) expõe que as responsabilidades e os limites de atuação dos municípios no cumprimento de diretrizes direcionadas à proteção e preservação do patrimônio cultural, no âmbito do planejamento urbano da cidade, devem prever as leis preservacionistas mais restritivas, independente do ente federal que exerça a tutela (federal, estadual e/ou municipal) do patrimônio cultural institucionalizado.

Sobre as políticas preservacionistas considera-se que:

- são umas das dimensões das políticas urbanas;
- são uma resposta aos direitos coletivos do cidadão à cidade e à memó-

ria;

- devem atender às necessidades administrativas e legais dos entes federal, estadual e municipal;
- não devem se encerrar na promulgação de leis;
- devem ser mediadas por ações que aproximem e sensibilizem os cidadãos sobre a importância de preservar o patrimônio cultural, independente da promulgação de um ato legal ou administrativo que garanta a sua proteção.

O alcance e o sucesso de uma política preservacionista podem ser atingidos quando um município consegue contemplar a complexidade e diversidade de interesses com o desenvolvimento e a cultura das organizações. Para que isso se viabilize é fundamental que seja aplicada uma metodologia participativa, por meio da qual são organizadas intervenções multidisciplinares e com ampla participação dos agentes envolvidos. Nesse sentido, verifica-se a importância de manter o nível de motivação, coesão e comprometimento das equipes de trabalho, pois a qualidade e aderência dos resultados decorre de uma ação efetivamente coletiva de (re)conhecimento das necessi-

dades que fundamentam as intervenções no meio urbano em vistas à preservação.

Para atingir esses pressupostos, a Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), no Artigo 2º, estabelece que:

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

[...]

II- gestão democrática da cidade por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

[...]

XII- proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico paisagístico e arqueológico; [...].

Dentre os instrumentos da política urbana do planejamento municipal, os seguintes itens podem balizar e incentivar as ações do poder público frente à preservação/conservação:

- institutos tributários e financeiros;

- imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;

- contribuição de melhoria;

- incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

- institutos jurídicos e políticas;

- desapropriação;

- tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;

- instituição de unidades de conservação;

- direito de preempção;

- outorga onerosa do direito de construir;

- transferência do direito de construir;

- operações urbanas consorciadas;

- regulamentação fundiária; entre outros.

A 'Política de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico de Piracicaba' (Seção III) está inserida no Cap.

III 'Diretrizes e Estratégias da Política Territorial', Artigos 15, 16, 17 e 18, do atual Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Piracicaba (Lei Complementar nº 186/06).

O Artigo 15 determina que:

A política de preservação do patrimô-

nio histórico, cultural e arquitetônico visa sua preservação e valorização, tomadas individual ou em conjunto, desde que portadoras de referência à identidade, à ação ou à memória dos diferentes grupos da sociedade (PIRACICABA, 2006).

As diretrizes para o desenvolvimento dessa política foram apresentadas no Artigo 16, as quais devem direcionar ações no sentido de:

I - contribuir para a construção da cidadania cultural no Município de Piracicaba;

II - garantir a inclusão cultural da população de baixa renda;

III - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a identidade cultural;

IV - estimular e preservar a diversidade cultural existente no Município;

V - garantir a proteção e preservação do Rio Piracicaba como patrimônio cultural do Município;

VI - valorizar e estimular o uso, a conservação e a restauração do patrimônio cultural e arquitetônico;

VII - garantir usos compatíveis para as edificações que parte do patrimônio arquitetônico do Município (PIRACICABA,

2006, p. 6).

O Artigo 17 determina que, para a realização destas diretrizes, deverão ser adotadas as seguintes ações estratégicas:

I - garantir a participação da comunidade na política de preservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico do Município;

II - desenvolver, estimular e consolidar o potencial turístico da área central da cidade, da Rua do Porto, do Bairro Monte Alegre e das margens do Rio Piracicaba, de forma compatível com a preservação de seu patrimônio histórico;

III - assegurar e ampliar as ações de fiscalização com relação ao patrimônio edificado, tombado ou com potencial para preservação;

IV - criar programas especiais de educação patrimonial;

V - garantir a conclusão do IPAC - Inventário do Patrimônio Cultural, bem como estabelecer procedimentos para sua atualização (PIRACICABA, 2006, p.7).

Mediante os interesses que norteiam a revisão do Plano Diretor, é importante a alteração da redação do Inciso II para inclusão do valor/potencial cultural. Tal inclusão amplia as possibilidades de ação e intervenção direcionada ao local,

colocando como prioridade os aspectos culturais e, em decorrência, os interesses de cunho turístico. Além disso, a expressão 'Rua do Porto' deve ser alterada para 'Sítio Histórico Urbano Rua do Porto', como também para o Bairro Monte Alegre.

II - desenvolver, estimular e consolidar o potencial cultural e turístico da área central da cidade, do Sítio Histórico Urbano Rua do Porto, do Sítio Histórico Urbano Monte Alegre e das margens do Rio Piracicaba, de forma compatível com a preservação de seu patrimônio cultural;

Ademais, importa a inserção de um Inciso incluindo os bairros Santa Olímpia e Santana, nos seguintes termos:

(...) - identificar, estimular e consolidar o potencial paisagístico cultural e turístico dos bairros Santa Olímpia e Santana para a preservação da identidade local e das relações tradicionais estabelecidas entre os moradores e seu meio natural e construído.

No Artigo 18 fica determinado que para serem realizadas estas diretrizes no campo da preservação deveriam ser aplicados os seguintes instrumentos:

I - inventário dos imóveis de interesse histórico e cultural (IPPLAP);

II - tombamento;

III - fundo municipal de desenvolvimento local;

IV - Zona Especial de Interesse Histórico, Cultural e Arquitetônico;

V - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural;

VI - transferência do direito de construir;

VII - consórcio imobiliário;

VIII - Conselho Municipal de Cultura;

IX - Conferência Municipal de Cultura;

X - Fóruns de Cultura;

XI - Fundo Municipal de Cultura (PIRACICABA, 2006).

Diante dos interesses atuais e perspectivas para o futuro, algumas alterações e sugestões de inclusões para este parágrafo são recomendadas, como por exemplo, a inserção da 'Chancela da Paisagem Cultural' e a revisão das noções que norteiam a expressão 'histórico, cultural e arquitetônico'.

A Chancela da paisagem cultural é um instrumento preservacionista relativamente recente, cuja atribuição é realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Conforme identificado em estudos preliminares,

encontra-se viabilidade para a solicitação da abertura do processo para Chancela dos bairros Santa Olímpia e Santana. Dentre os requisitos para concretizar este pedido está a realização de parcerias entre o poder público e o privado. Algumas medidas nesse sentido já estão em andamento e serão mais bem tratadas em capítulo referente a estes bairros.

Outro instrumento mencionado no Plano Diretor e que requer maior precisão está presente no Inciso IV como 'Zona Especial de Interesse Histórico, Cultural e Arquitetônico', para o qual se verifica que a utilização da noção de interesse cultural e/ou ambiental seja mais apropriada.

A noção de patrimônio cultural foi mencionada pela primeira vez no documento denominado 'Recomendação de Paris - Paisagens e Sítios', elaborado em 12 de dezembro de 1962, cuja base estava vinculada às discussões da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Considerando que em todas as épocas o homem, algumas vezes, submeteu a beleza e o caráter das paisagens e dos sítios que fazem parte do quadro

natural de sua vida a atentados que empobreceram o patrimônio cultural, estético e até mesmo vital de regiões inteiras, em todas as partes do mundo (RECOMENDAÇÃO..., 1962).

Já, a definição para patrimônio cultural foi objeto do documento produzido como resultado da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, na 17ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), reunida em Paris entre 17 de outubro e 21 de novembro de 1972. Pelo artigo 1º, patrimônio cultural foi definido como:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza assim como áreas, incluindo os sítios arqueológicos, de valor universal

excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico [...]. (RECOMENDAÇÃO..., 1972).

O Artigo 216, da Constituição Federal de 1988 define que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A ideia de patrimônio ambiental pressupõe o olhar sobre a cidade em seu aspecto histórico e cultural, sendo que o enfoque está na paisagem urbana em seu conjunto, na valorização do processo vital que informa a cidade e não apenas em monumentos 'excepcionais' isolados

(CASTRIOTA, 2009a, p. 89). Ou seja, A preservação pelos pressupostos do patrimônio ambiental implica na manutenção do equilíbrio da paisagem com o objetivo de inter-relacionar o patrimônio, a infraestrutura, os lotes, as edificações, etc.

Em detrimento do maior reconhecimento do termo patrimônio cultural, recomenda-se que este seja definido como parâmetro na revisão do Plano Diretor, o que não exclui a possibilidade de discussões sobre a viabilidade da inserção conjunta do termo patrimônio ambiental, que daria ênfase ao tratamento da paisagem urbana nas proposições do planejamento.

Concebe-se que não há necessidade da especificação dos termos histórico e arquitetônico neste Artigo 17. Isto se justifica pela abrangência da noção de patrimônio cultural, que engloba a noção de histórico (valores simbólicos, imateriais, folclóricos) e arquitetônico (elementos estilísticos).

Conforme definido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (Lei Complementar n°. 434/99), as áreas de interesse cultural são

aquelas que devem ser preservadas para evitar a perda ou desaparecimento das características que lhes conferem peculiaridade.

Para identificação destas áreas, a referida Lei apresenta que deverão ser realizados estudos que se apresentem na forma de um inventário, tendo como base de reconhecimento do interesse cultural os seguintes valores: histórico, de excepcionalidade, de representatividade, arquitetônico, simbólico, práticas culturais, tradições e heranças; levando sempre em conta as relações físicas e culturais com o entorno e a necessidade de manutenção da ambientação peculiar.

De acordo com o Manual de Orientação 'Implementação de ações em áreas urbanas centrais e cidades históricas' (2011), o componente de todo processo relacionado à preservação (inventário, tombamento, registro, ações de gestão, etc.) requer um planejamento participativo e a realização de algumas etapas:

- definição do perímetro de intervenção que deverá ser demarcado no Plano Diretor e destacada a poligonal de tombamento, as áreas de influências e as

ações especiais a serem direcionadas a cada uma dessas áreas;

- diagnóstico: estudos que revelem as características do perímetro de intervenção; informações estratégicas (demandas das áreas, avaliação dos instrumentos para identificação de conflitos, etc.);

- definição de ações e estratégias (estudos, projetos de utilização, revisão da legislação existente, planos de mobilidade, atividades educativas/culturais).

As áreas que poderão ser abordadas e tratadas como 'Zonas de Interesse Cultural', em condição prioritária, ou seja, 'Zonas de Zeladoria do Patrimônio Cultural' são: bairros Santa Olímpia e Santana, bairro Monte Alegre e Sítio Histórico Urbano Rua do Porto.

A realização de estudos detalhados para essas diferentes zonas de zeladoria pode garantir a sua qualificação/valorização e, no âmbito do Plano Diretor, possibilitar, via elaboração e aprovação de legislação complementar, viabilidades jurídicas para intervenções.

Para tanto, devem ser levados em consideração alguns pressupostos:

- realização de diagnósticos que revelem as características do perímetro de intervenção;
- elaboração de critérios para pactuação das ações do Plano Diretor;
- fortalecimento institucional (equipe técnica, elaboração de projetos, verificação de projetos já realizados);
- observação da diversidade funcional e social das áreas abordadas;
- promoção ao incentivo e à utilização de imóveis vazios e ociosos considerados de interesse cultural para que cumpram sua função social;
- parceria com a iniciativa privada (Operação Urbana Consorciada);
- realização de programas para capacitação e geração de trabalho (Oficina-Escola);
- identificação, proteção e fomento às atividades econômicas tradicionais (aumento da dinâmica econômica).

O que é Zeladoria do Patrimônio Cultural?

A proposta de zeladoria/gestão do patrimônio cultural está ligada aos novos conceitos referentes ao patrimônio, os quais não se pautam somente na utilização do instrumento preservacionista do tombamento, mas ao recurso a diferentes meios e estratégias para que, além da proteção legal e administrativa, seja realizado um trabalho que vise à transformação da cultura patrimonial e preservacionista.

Tais ideias estão pautadas em perspectivas recentes direcionadas à valorização e preservação do patrimônio e a abordagens ligadas aos conceitos de conservação integrada e requalificação de áreas de interesse. Assim, a zeladoria do patrimônio é uma proposta de intervenção e cuidado constante direcionado a bens culturais (material e/ou imaterial) em seu aspecto físico e simbólico.

No processo de construção e fundamentação de instrumentos para intervenção nas cidades, as bases conceituais referentes à preservação, conservação e requalificação são os elementos norteadores.

Segundo Castriota (2009a, p. 161-167), a preservação pressupõe a limitação da

mudança em um bem, instituindo regras e medidas de intervenção mais restritivas, as quais são normalizadas por leis que institucionalizam e validam ações como, por exemplo, o ato do tombamento. Com legislações específicas, as ações de preservação estão, na maioria dos casos, subordinadas aos conselhos protecionistas/preservacionistas de cada instância de poder competente (municipal, estadual, federal). O papel do poder público e dos conselhos de representação 'popular' é, nesses casos, ativo e direto. Em Piracicaba, o órgão responsável por ações desta natureza é o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba (Codepac), regido pela Lei Complementar nº. 253/10.

Com relação à conservação o autor destaca que, em função da inevitabilidade da mudança em um bem cultural, é fundamental que seja realizada a sua gestão/conservação constante. Esta medida além de evitar o aumento da deterioração de um bem, diminui a necessidade de intervenções repetitivas. Tal ação relaciona-se aos cuidados que devem ser dispensados para preservar as características culturais de um exemplar

ou conjunto. A conservação pode implicar ações de preservação ou restauração quando necessário.

Junto a esta ideia, foi enunciada a noção de conservação integrada que seria realizada a partir da integração entre as políticas patrimoniais e o planejamento urbano. Ou seja, é o resultado de ações conjuntas de técnicas de restauro e da investigação das funções apropriadas para associar o patrimônio arquitetônico à vida dos cidadãos (CASTRIOTA, 2009a, p. 230). O Inventário é um exemplo de instrumento para conservação integrada.

A requalificação está direcionada a ações articuladas pelo Estado com vistas à elaboração de projetos de conservação vinculados ao desenvolvimento futuro. Assim, pela união das concepções de conservação e conservação integrada há um deslocamento de interesses: da esfera dos valores históricos e artísticos para o universo dos valores culturais e urbanos. Um novo paradigma é instituído, trazendo novas possibilidades de tratamento do meio urbano; as quais vão além dos instrumentos de preservação mais usuais (CASTRIOTA, 2009a, p. 227). Tal noção

começou a ser construída pela necessidade verificada de se manter economicamente as áreas valorizadas e conservadas como também pelas preocupações com as qualidades visuais, arquitetônicas e históricas, priorizando as características funcionais e o viés econômico das áreas que são objetos de intervenção.

O pressuposto da requalificação é a construção de instrumentos para garantir o desenvolvimento de áreas de interesse cultural, sem que haja modificações na composição social dos habitantes. Este ponto é importante para que todas as camadas da sociedade possam ser beneficiadas com projetos dessa natureza - elaborados, organizados, coordenados e/ou viabilizados pelo poder público.

As políticas públicas preservacionistas podem combinar/englobar as ações de preservação, conservação, conservação integrada e requalificação, sendo que ao instituírem normativas específicas para cada uma destas práticas e aplicá-las em áreas e bens específicos garantam o tratamento do todo pela parte; do geral ao específico. A implementação da gestão integrada traz um grau elevado de complexidade, considerando-se os seguintes

aspectos que o órgão proponente e coordenador deve ter: a) cultura administrativa resistente às mudanças; b) extensão, uma vez que é preciso integrar os inúmeros setores dispersos e descentralizados para executarem as mesmas atividades; c) a forma híbrida de relação entre as partes: autonomia administrativa e vinculação técnica; d) a padronização em larga escala de normas e procedimentos técnicos; e) as diferenças de contexto político que prevê prerrogativas para cada órgão ou entidade no planejamento e execução de seus respectivos programas de governo.

Nesse sentido, recomenda-se que a coordenação e deliberação sobre as políticas de preservação, voltadas à zeladoria/gestão, devem ser de responsabilidade dos órgãos de planejamento urbano por alguns outros motivos:

- possuem equipe técnica para a realização de estudos mais detalhados e abrangentes;
- desenvolvem estudos e análises que visam à harmonização entre passado e presente;
- realizam estudos sempre atualizados da dinâmica urbana e das necessida-

des de cada área, principalmente, dos impactos que sofrem e estão prestes a sofrer;

- possuem, na maioria dos casos, um departamento específico para o tratamento de questões patrimoniais;
- estabelecem diálogo mais próximo com órgãos setoriais que atuam diretamente com a manutenção e o tratamento dos sítios históricos urbanos e dos bens individuais;
- possuem uma estrutura funcional e administrativa mais estável do que os conselhos preservacionistas que alteram mandatos e gestões com maior frequência.

Mediante essas questões, verifica-se que algumas das ações voltadas ao trabalho da zeladoria do patrimônio cultural devem objetivar:

- a (re)significação do patrimônio para que seja (re)conhecido pela comunidade;
- o cuidado/zelo permanente de bens materiais para que não atinjam um estágio avançado de deterioração e necessitem de intervenções como o restauro;
- a manutenção/fiscalização cons-

tante de bens restaurados para que não precisem sofrer novas intervenções;

- o acompanhamento de manifestações da cultura imaterial para que o desenvolvimento de algumas técnicas, práticas, fazeres, saberes e rituais não sejam perdidos ou alterados de forma que descaracterizem elementos fundamentais de sua emergência;

- o desenvolvimento de ações que visem à construção de vínculos entre a comunidade e os bens de potencial interesse para preservação - itens individuais, áreas, conjuntos, sítios, manifestações da cultura imaterial, etc.

As Zonas de Zeladoria do Patrimônio Cultural de Piracicaba compreendem, no atual trabalho de revisão, os bairros Santa Olímpia e Santana, Sítio Histórico e Urbano Monte Alegre e Sítio Histórico e Urbano Rua do Porto.

A escolha destas três áreas para o desenvolvimento do trabalho de zeladoria foi realizada mediante a verificação de algumas características que lhes conferem destaque, seja pelo potencial cultural e turístico ou pelas problemáticas de tratamento que impõem.

Após estudos preliminares foi identificado que a principal dificuldade que incide sobre os bairros refere-se à falta de fiscalização e a tentativas constantes de alteração do caráter residencial, o que teria repercussão na manutenção de bens materiais e das características imateriais voltadas à preservação da vida social. No caso dos bairros Santa Olímpia e Santana o elemento que sobrepõe é a ampliação da noção de patrimônio que, mediante legislação municipal preservacionista vigente, não garante instrumentos oficiais para o reconhecimento destes locais pelo critério metodológico da paisagem cultural.

Com estruturas organizacionais e características culturais e patrimoniais, de certa forma, distintas, estas áreas são porções peculiares da cidade de Piracicaba e representativas do processo de interação do homem com o meio natural; são, assim, paisagens culturais por excelência. Essa noção valorativa é, portanto, o ponto de ligação entre as três zonas de zeladoria propostas.

Entretanto, cada qual requer um olhar diferenciado. Os bairros Santa Olímpia e Santana são abordados no sentido de

propor mecanismos para organização e manutenção do autogerenciamento e preservação da cultura (material e imaterial) já realizada pelos próprios moradores. Os estudos realizados sobre o SHU Monte Alegre tem o objetivo de instrumentalizar ações futuras voltadas à (re)construção/atualização de sua identidade local. Já, as análises feitas sobre o SHU Rua do Porto enfocaram os processos de transformação da área e a necessidade de (re)construção da noção de pertencimento.

A CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL E DEMAIS PROPOSTAS

O conceito de paisagem cultural foi apresentado na 16ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1992, da seguinte maneira:

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões (apud CASTRIOTA, 2009b, p. 13).

Pelas Diretrizes do Comitê Internacional, as três categorias combinadas são: uma paisagem planejada e criada intencionalmente pelo homem; uma paisagem que se desenvolveu organicamente que pode ser uma paisagem relíquia (ou fóssil) ou uma paisagem com continuidade; e uma paisagem cultural associativa que pode

ser valorizada por causa das associações religiosas, artísticas ou culturais dos elementos naturais (CASTRIOTA, 2009b, p. 14).

Como demonstrado por Castriota (2009b, p. 14), a Cultural Landscape Foundation (organização não governamental envolvida no assunto) propõe dividir as paisagens culturais em quatro tipos:

[...] sítios históricos, que reúnem as paisagens significativas pela sua associação com um evento, atividade ou pessoa histórica, tais como campos de batalhas e as cercanias das casas dos presidentes; paisagens históricas planejadas, paisagens que foram planejadas ou executadas intencionalmente por um paisagista, mestre de jardinagem, arquiteto, ou horticultor, de acordo com princípios de projeto, ou por um jardineiro amador, trabalhando num estilo ou tradição reconhecível, tais como parques, campi e propriedades rurais; paisagens históricas vernaculares, paisagens que se desenvolveram através do uso pelas pessoas cujas atividades ou ocupação moldaram aquela paisagem, tais como aldeias rurais, complexos industriais e paisagens agrícolas; e paisagens etnográficas, paisagens que contêm uma varie-

dade de bens naturais e culturais que são definidos como bens patrimoniais, tais como assentamentos contemporâneos, sítios religiosos sagrados, e estruturas geológicas massivas.

Este conceito já é utilizado em alguns países como Espanha, França e México, tendo como objetivo principal viabilizar a qualidade de vida da população e a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

Em âmbito nacional, o instrumento de preservação que versa sobre o tratamento da paisagem cultural é a chancela. Pela Portaria Iphan nº 127/2009,

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Parágrafo único - A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico.

A criação da chancela representa uma inovação na maneira de trabalhar com o patrimônio cultural brasileiro, sendo o

Ipphan o principal articulador de ações para valorização, planejamento e gestão desse patrimônio. Todavia, este não é o único órgão responsável por ações desta natureza (IPHAN, 2009).

A chancela é como uma espécie de selo de qualidade, um instrumento de reconhecimento do valor cultural, cuja finalidade é atender o interesse público por determinado território que faz parte da identidade cultural do Brasil; desde que seja levado sempre em conta o caráter dinâmico da cultura (IPHAN, 2009).

Concebe-se, mediante esses pressupostos, que os procedimentos para atribuição do valor de paisagem cultural requerem uma série de medidas anteriores que atestem que determinada porção do território possui atribuições singulares e significativas que possam, além de sustentar este reconhecimento valorativo patrimonial, empreender ações que garantam um diálogo dinâmico entre o passado e o presente. Ou seja, o critério metodológico condutor é a preservação das características e vivências em sua condição de acontecimento e, portanto, em suas possibilidades de transformação.

O que garante a preservação de paisagens culturais são as ações que visam sempre a manutenção de referências que, como no caso dos bairros Santa Olímpia e Santana, tem sua representação em alguns elementos do saber e do fazer: culinária, festividades, práticas agrícolas tradicionais, dialeto, manifestações artístico-culturais (dança, canto), etc.

Pelo Art. 2º, (Portaria Ipphan nº 127/2009),

A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

Por meio deste artigo, verifica-se que demais ações preservacionistas, como o tombamento, funcionam como elementos importantes no processo de configuração das estratégias integradas e compartilhadas entre os órgãos dos poderes públicos e as entidades civis das localidades com vistas a esta solicitação.

Conforme a Portaria nº. 127/09, a chancela deve ser orientada por um pacto de cooperação:

Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Art. 5º. O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN (IPHAN, 2009).

Segundo Weissheimer (2012, p. 02), a chancela da paisagem cultural brasileira deve ser compreendida como instrumento de gestão territorial compartilhada, sendo que sua eficácia e a efetiva preservação de determinada área está no sucesso do cumprimento dos compromissos assumidos por cada uma das partes integrantes. Como defende a autora:

Até o momento, parece residir aí um dos principais pontos nevrálgicos de aplicação da chancela - a definição das ações e atribuições de cada signatário e a assinatura de um pacto entre parceiros.

Weissheimer (2012, p. 04) esclarece que a

chancela da paisagem cultural brasileira deve ser entendida como um ato contínuo e um mecanismo de preservação,

“ela é mais um instrumento de reconhecimento através da gestão integrada do que um mero ato declaratório do IPHAN”.

Segundo Ribeiro (2007, p. 111), deve-se compreender “que a paisagem cultural é um bem em si, não ambiência, entorno (...)”. Tanto a ambiência, quanto o entorno, são um dos seus elementos que, como os tantos outros, configuram todo um corpus que pode ser visualizado, reconhecido e, possivelmente, valorizado como paisagem cultural.

Portanto, dentre as ações compartilhadas entre um sistema de pactuação, o poder público deverá criar condições concretas para que o desenvolvimento das medidas preservacionistas e referenciais ocorram dentro de acordos que permitam ganho para ambas as partes. Esta questão pode e deve ser absorvida pelos interesses expressos em um Plano Diretor e mediante medidas legais e administrativas que possam auxiliar neste processo.

A manutenção da chancela não é perma-

nente, sendo necessário que o território sob esta proteção mantenha os elementos que garantiram o reconhecimento de sua paisagem cultural. Mediante a Portaria nº. 127/09, as áreas chanceladas são objeto de avaliação a cada 10 anos. Assim, a chancela pode ou não ser renovada. Algumas medidas e ações não são obrigatórias, mas podem contribuir para manutenção das vivências e elementos culturais de uma área, tais como: criação de museus, centros ou casas de cultura, associações, etc.

O Iphan tem desenvolvido alguns estudos e atribuído à chancela a paisagens culturais da imigração, como exemplo, podemos citar as regiões de imigração do Sul do Brasil. Na concepção de Weisseheimer (2012) a sobrevivência das paisagens está sendo, cada vez mais, abalada pelo esvaziamento das áreas rurais, com a consequente desvalorização da produção tradicional e sua paulatina transformação em periferia urbana. A origem do problema estaria na questão econômica, na falência da pequena propriedade familiar policultora, etc.

Outro fator apresentado está relacionado às restrições legais impostas pelos órgãos

de inspeção e vigilância sanitária que aumentam as dificuldades para a produção artesanal ou para pequenas indústrias familiares - base do sustento econômico das famílias. Além disso, o crescimento da indústria e das zonas urbanas atrai número cada vez maior de jovens, que deixam a vida nas áreas rurais em busca de melhor remuneração e desempenho de um trabalho menos árduo (WEISSEHEIMER, 2012, p. 08).

Para Weisseheimer (2012, p. 09; 12-13), mediante a realidade do patrimônio cultural da imigração é possível pensar em alguns eixos de ação para construção de um pacto de gestão: 1) o estabelecimento de um planejamento urbano compatível por meio da adequação dos planos diretores e da qualificação das áreas periurbanas e rurais; e 2) o desenvolvimento de ações e programas que permitam o sustento econômico das áreas rurais. Em sua opinião, outras dificuldades relacionadas à definição e manutenção do patrimônio cultural em vistas para a chancela da paisagem cultural é que o Brasil: a) não possui tradição em planejamento e gestão continuada e integrada entre os órgãos; b) as ações preservacio-

nistas são gestacionais; c) o interesse público tem sido prejudicado pelo privado, o que tem gerado a desqualificação de paisagens tradicionais.

Os embasamentos da Portaria Iphan nº. 127/09 determinam que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira:

“estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural”; “valoriza a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o

território e tendo como premissa a qualidade de vida da população”; “que os instrumentos legais vigentes que tratam do patrimônio cultural e natural, tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais”.

Mediante essas diretrizes, qualquer cidadão brasileiro pode solicitar ao Iphan o reconhecimento de determinada porção do território nacional como Paisagem Cultural Brasileira.

Após a realização do pedido, é aberto um processo administrativo, que deverá ser analisado e, posteriormente, emitido um parecer à proposta. Aceita a proposta, ela será julgada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio cultural, para que seja tomada a decisão final.

Para tanto, a pessoa deve dirigir-se a qualquer superintendência do Iphan e fazer a solicitação, por escrito, momento em que receberá as instruções de como deverá proceder.



Paisagem de Santa Olímpia (Crédito: Justino Lucente).



Procissão em Santa Olímpia (Fonte: Jornal 'O Tirolês-trentino').

Santa Olímpia e Santana: saberes, fazeres, ambiências e manifestações culturais

A história dos bairros Santa Olímpia e Santana está relacionada ao processo migratório dos trentino-tirolezes ao Brasil no século XIX.

O local de partida desses imigrantes foi a região do Trento - antigo Tirol do Sul (Província Autônoma de Trento e Província Autônoma de Bolzano). Este território, durante o período napoleônico e de constituição dos Estados Nacionais, foi campo de conflitos entre a Áustria e a Itália pela posição geográfica estratégica entre os Alpes. O Estado do Tirol, que englobava o Tirol do Sul e Tirol do Norte, esteve sob o domínio do Império Austro-Húngaro entre os anos de 1816 e 1918. Após esta data, a porção Sul foi anexada à Itália - que enfrentou ainda conflitos e até perda do território, obtendo o controle efetivo das terras, somente, após a Segunda Guerra Mundial. Hoje o território (belo e montanhoso) recebe o nome de Região Trentino-Alto Adige.

A região do Trento possuía elementos da tradição italo-germânica, mas a língua predominante era a italiana - embora fosse também comum a utilização da língua ladina (antigo idioma de origem latina que ainda é falado por alguns

moradores árabes).

Os conflitos territoriais, as mudanças nas estruturas política, econômica e social, o crescimento populacional e o enfraquecimento do Império Austro-Húngaro desestabilizaram a região - bem como vários territórios da Europa ainda no final do século XIX e prosseguindo às vésperas da Primeira Guerra Mundial - e muitos moradores, trabalhadores rurais, pequenos proprietários começaram a deixar o território em busca de melhores condições para sobrevivência.

Neste contexto, o governo brasileiro passou a incentivar a entrada de imigrantes europeus no país, pois a possibilidade da libertação dos escravos inquietava os proprietários das lavouras.

Este movimento era alimentado pela ideia defendida por muitos parlamentares, às vésperas da abolição da escravatura, de que o negro liberto seria incapaz ou inadequado para o exercício do trabalho livre. Assim, as medidas tomadas pelo governo, em meados da década de 1880, passaram a atender às crescentes reivindicações dos fazendeiros que temiam uma crise na produção, devido à falta de

trabalhadores, e queriam prevenir-se formando uma massa de mão de obra livre e branca.

Para incentivar a entrada de imigrantes foram realizadas propagandas na Europa que vendiam o sonho de que no Brasil todos teriam as mesmas oportunidades de crescimento e de que, por meio do trabalho livre e da competência individual, poderiam adquirir riquezas e propriedades.

Em 1885, quando as possibilidades de abolição se tornaram cada vez mais prementes, uma forte expectativa que se tinha em relação aos libertos era que continuassem dedicando seus esforços às tarefas da lavoura. Essas expectativas se traduziam na forma de preocupações expressas em prognósticos nada otimistas. Ainda que os libertos se propusessem a trabalhar, ponderava um deputado, poderiam procurar 'trabalho mais suave'.

[...] O que constrangia o deputado era especialmente a possibilidade de que o liberto se negasse a trabalhar nos 'estabelecimentos agrícolas de lavoura de cana e principalmente de café'. Tal recusa, argumentava, poderia comprometer não somente a riqueza de tantos

homens, mas também da própria nação, já que era essa produção 'a fonte principal das rendas públicas' [...] (MENDONÇA, 2001, p. 38).

Em Piracicaba o interesse pela admissão de imigrantes não foi, a princípio, efetivo e a maior dificuldade estava na aceitação dos fazendeiros em substituir a mão de obra escrava pela livre e remunerada.

Outros fatores também impediam o desenvolvimento imigratório nesta cidade, tais como: a busca por trabalhadores que fossem aptos para o tratamento da lavoura e os maus tratos praticados pelos fazendeiros contra colonos.

Somente em 1887, verifica-se um número considerável de estrangeiros vindos para Piracicaba. No entanto, em 1888, as preocupações dos proprietários com relação à forma como deveriam conduzir a nova relação de trabalho intensificaram-se e foi realizada uma convenção entre os fazendeiros, que deveria estabelecer alguns critérios, entre eles: a existência de um contrato que garantisse a permanência dos colonos nas terras dos fazendeiros por tempo determinado.

Com a supressão do regime escravocrata,

aumentaram, ainda mais, as preocupações com relação ao abandono dos colonos e, principalmente, com a imagem pejorativa que haviam construído em meio a eles. Para resolver este problema, os perrepistas iniciaram uma atuação no sentido de conquistar a confiança desses trabalhadores - atendendo suas necessidades, apoiando-os contra os maus tratos - e, por meio deles, pretendiam atrair novas famílias europeias.

É importante lembrar que os imigrantes, ao entrarem em nosso território, carregavam muitos sonhos e desejos - muitos deles construídos e alimentados pelo próprio governo brasileiro - e não estavam dispostos, nem preparados para encontrar o oposto. Assim, quando se sentiam infelizes, maltratados ou injustiçados, abandonavam seus patrões e partiam em busca de novos serviços, ou retornavam à sua terra.

Os brasileiros, do mesmo modo, construíam ideais de colonos e os trentino-tirolezes atendiam muitos dos requisitos almejados. Eram famílias de tradição rural, patriarcais, preparadas para o tratamento da lavoura e ávidas por trabalho. Assim, a maior parte dos euro-

peus de Trento que chegaram às regiões Sudeste e Sul conseguiu atingir sucesso a partir do desenvolvimento do seu trabalho.

Em 1877, chegaram ao Brasil, no porto do Rio de Janeiro, as famílias Vitti e Stenico. Inicialmente, o intuito destas era partir para Porto Alegre (RS), mas foram interceptadas pelo administrador da Fazenda Sete Quedas (Campinas-SP), cujo proprietário era o Visconde de Indaiatuba. Estabeleceu-se entre as partes um contrato de colonato, no qual as famílias se responsabilizaram a trabalhar nas terras do Visconde por um período de nove anos.

No ano de 1881, um novo grupo de trentino-tirolezes chegou ao Brasil para também trabalhar na Fazenda Sete Quedas (com acordo já estabelecido na Itália). As famílias que formavam este grupo eram as seguintes: Forti, Correr, Brunelli, Degasperi, Zotelli.

Algumas das famílias que trabalhavam na Fazenda Sete Quedas uniram-se e, em 1888, partiram para Piracicaba (Stenico, Forti, Correr, Brunelli, Degasperi, Zotelli e Cristofolletti). Nesse momento, outra

etapa estava para ser concretizada: a aquisição de terras.



Jacó Correr e Família (Fonte: VÊNERE, 2002).

Quando chegaram a Piracicaba, não encontraram terras para aquisição. Assim, durante um período, trabalharam na Fazenda Monte Alegre.



Bortolo Vitti e Família (Fonte: VÊNERE, 2002).

Em 1892 encontraram um local que atendia às expectativas: uma fazenda com 180 alqueires (na região de Piracicaba) - a qual foi adquirida do Banco do Brasil em duas prestações. A primeira prestação foi saldada no ato da compra e a parcela restante seria paga com os lucros obtidos da produção de café. Porém, os trentino-tirolezes, além de adquirirem uma propriedade, herdaram uma hipoteca.

O primeiro contrato de compra não foi encontrado e fontes diferentes dão dimensões diversas daquela terra. A este propósito referimos quanto foi lembrado pelos habitantes de Santa Olímpia. Afirmam estes que seus pais (aquele

grupo de imigrantes de 1877) precisaram pagar a fazenda por três vezes. Pagaram-na uma primeira vez aos antigos proprietários sem subscrever nenhuma passagem de propriedade (coisa muito frequente naquela época - 1892). Quando o antigo proprietário faleceu, os herdeiros quiseram um novo pagamento. Em 19 de novembro de 1895, havia como segundo contraente, a viúva de João Baptista Pinto de Almeida. Um terceiro pagamento, conforme os herdeiros daqueles lavradores, foi efetuado quando estes notaram que a propriedade estava presa a hipoteca. A partir daqueles anos a fazenda Santa Olímpia foi popularmente conhecida como 'Banco', isto é crédito ao qual os lavradores tirolezes precisaram supostamente pagar o dinheiro para tirar a hipoteca que pesa sobre as terras. (GROSSELLI, 1990, p. 379 apud LEME, 1994, p. 41).

Segundo Leme (1994), os trentino-tirolezes levaram muitos anos para saldar suas dívidas, tendo sido também roubados na delimitação das fronteiras por engenheiros e fazendeiros que tinham propriedades nos limites de suas terras. Isso porque, além da visão católica que

lhes inspirava confiança, havia a questão do dialeto que dificultava na compreensão do português e nas negociações.

O referido episódio, de má fé, chegou ao conhecimento do imigrante Luigi Negri que auxiliou seus conterrâneos quitando a dívida. Pelo pagamento da hipoteca, recebeu um terço das terras e formou a Fazenda Negri.

A família Vitti, após o trabalho na Fazenda Sete Quedas, partiu para a região de Rio Claro (Sítio do Rio Cabeça) e, no ano de 1893, decidiu encontrar os outros tirolezes que estavam em Piracicaba. Nesta cidade, adquiriu a Fazenda Santana, do Barão de Serra Negra, que possuía 350 alqueires e situava-se nas proximidades da propriedade de seus amigos.

As fazendas citadas eram distantes da área central de Piracicaba, ficando cerca de 20 km, isolando os proprietários do convívio com os cidadãos. Desse modo, foi possível construir um estilo de vida bastante particular. Conforme relatado por descendentes, este era o maior intuito do grupo: manter-se afastados das influências do centro urbano com a finalidade de preservarem suas tradições.

Deste modo os imigrantes continuaram realizando as práticas executadas no território de origem: o cultivo da lavoura, as festas, a religiosidade, o dialeto, etc. Estas eram as formas utilizadas para estruturar o cotidiano, mas que acabavam carregando diversas características do 'Antigo Mundo'. Alguns elementos ainda presentes nas comunidades dos bairros de Santa Olímpia e Santana.



Trentino-tirolezes na lavoura (Fonte: www.santaolimpia.com.br).

As festas religiosas (em agradecimento por uma boa colheita), os casamentos, as diversas comemorações tornavam-se, para os imigrantes, momentos de encontro, descontração, confraternização e vivência das tradições. Por meio destes eventos com música, dança e comida, eles

conseguiram manter muito de sua cultura, do que havia sido vivido por eles em seu território de origem. O recurso às vivências tradicionais possibilitou a transmissão das práticas culturais para as gerações mais recentes e a inclusão/recuperação de 'novas' tradições das regiões de origem ainda é realizada.



Procissão no Calvário em Santa Olímpia (Fonte: www.santaolimpia.com.br).

Zia Maria', personagem de destaque no(s) bairro(s), auxiliou em dois grandes projetos: a construção de uma escola e da primeira capela. Em 1923, devido a sua iniciativa e a de José Vitti, foi construída a primeira escola do bairro que se chamava Escolas Reunidas de Sant'Ana. Anos

anteriores, atuou na construção da primeira Igreja, uma pequena capela. As obras desta foram iniciadas em 08 de dezembro de 1913 e concluídas em 15 de outubro de 1915, quando foi celebrada a primeira missa.



Escolas Reunidas de Santana (Fonte: www.santaolimpia.com.br).

Com o crescimento da população dos bairros, a pequena capela não comportava mais o número de fiéis. Sendo assim, em 02 de março de 1953, os moradores deram início à construção de uma nova igreja, por iniciativa do padre Gabriel Correr. A obra contou com a colaboração de toda a comunidade e foi realizada em sistema de mutirão, sendo concluída em 20 de abril de 1957.

Em 29 de janeiro de 1966 a antiga capela foi demolida, permanecendo apenas a

nova, em homenagem à Imaculada Conceição.



Vista com as duas igrejas em Santa Olímpia (Fonte: Jornal 'O tirolês-trentino').

Importante destacar que os imigrantes sofreram preconceito dos moradores da cidade com relação à sua língua e sotaque; tiveram dificuldade para realização de casamentos entre os membros da pequena comunidade; enfrentaram distância, falta de transporte e de comunicação. Além disso, com o advento das tecnologias e com a modernização dos processos de cultivo da terra muitas mudanças foram acontecendo e alguns dos habitantes começaram a deixar os bairros em busca de melhor qualidade de vida (trabalho, estudo, etc.).

Os moradores que permaneceram tiveram que se adaptar às novidades vigentes, uma das transformações foi com relação ao cultivo do café, substituído, inicialmente pelo de algodão e, depois, pelo de cana-de-açúcar, na década de 1960. A produção da cana-de-açúcar começou a ser destinada às usinas locais, principalmente, a Usina Costa Pinto. Algumas áreas, com o passar dos tempos, acabaram sendo arrendadas e a atividade rural, que era a base da comunidade, passou a ser substituída.



Imigrantes trentino-tiroleses na lavoura (Fonte: www.santaolimpia.com.br).

No final do século XX, verifica-se um processo inverso, por meio do qual alguns



Primeira comunhão em Santana (Fonte: Jornal 'O tirolês-trentino').



Antiga Paróquia de Santana na década de 1940
(Fonte: Biblioteca do Seminário Seráfico São Fidelis).



Procissão em Santa Olímpia (Fonte: Jornal 'O tirolês-trentino').



Matriz de N. S. da Conceição (Fonte: Jornal 'O tirolês-trentino').

antigos moradores retornaram aos bairros em busca de tranquilidade e segurança. Atualmente, algumas manifestações culturais são mantidas e outras recuperadas no intuito de (re)construir hábitos e elementos da cultura de Trento.

No bairro Santa Olímpia são realizadas as seguintes festas: Festa da Cuccagna e a Festa da Polenta. Em Santana, ocorrem: a Festa da Cuccagna e a Festa do Vinho (2007).

A Festa da Cuccagna, realizada de forma diferente em cada um dos bairros, representa o sonho da fartura. O termo 'cuccagna', integrante do dialeto trentino, transmite a ideia de: 'estado de êxtase', 'local onde há fartura', prazeres; além de indicar o nome de um prato típico da culinária deste povo - que também é preparado de forma diferenciada em cada local. Realizada toda terça-feira de Carnaval, o evento reúne várias pessoas de Piracicaba e outras localidades. Esta confraternização relembra as grandes festividades em comemoração e agradecimento ao sucesso e fartura das colheitas.

No bairro Santa Olímpia, os participantes da festa se divertem em uma caminhada,

banhada a água e muita lama e, posteriormente, saboreiam a cuccagna (fritada de ovos com tomates, linguiça, bacon e queijo). A festividade tem início às 11h e termina às 24h, quando se inicia o período da quaresma, guardado com muito respeito pelos moradores.



Preparo da Polenta por membros da comunidade
(Crédito: Ivan Moretti).

Em Santana, a Festa da Cuccagna é a oportunidade para ser preparar a polenta (cuccagna) com vários ingredientes (bacalhau, ovos, linguiça, bacon, queijo, cebola, etc), que é distribuída a todos os moradores e visitantes. Nesse dia é realizado um desfile no qual os homens vestem-se de mulheres e saem em caminhada atrás de uma carreta que leva a

cuccagna até a praça central.

A Festa da Polenta, que teve início no ano de 1992, é realizada em comemoração ao centenário da imigração trentina na cidade de Piracicaba, cujo marco foi a data da aquisição das terras do atual bairro Santa Olímpia. A festividade dura três dias e os participantes têm a chance de conhecer um pouco do povo local, de sua culinária, grupos musicais e danças típicas. Além de ser um meio para a divulgação dos hábitos praticados pelos antigos imigrantes.

A Festa do Vinho, iniciada em 2007, é o evento destinado à divulgação do vinho produzido artesanalmente pelos bairros de Santa Olímpia e Santana. Durante a festividade pode-se ter contato com as comidas típicas, danças, músicas e bandas que se apresentam na praça central de Santana.

Além desses eventos, algumas festividades são realizadas em agosto, mês de comemoração da imigração e da chegada dos 'nonos' a Santana, sendo que no último final de semana acontece a Festa da Imigração com a culinária típica, danças, coral e bandas.

As artes do saber e do fazer são elementos marcantes dessas localidades. A culinária tem destaque especial com os pratos típicos tradicionais e com a recuperação de antigas receitas, as quais estão sendo organizadas e serão publicadas.



Festa do Vinho de Santana (Crédito: Ivan Moretti).

O dialeto tem sido enfoque de várias ações, seja em estudos acadêmicos ou nos cursos que têm sido oferecidos pelos antigos moradores locais.

Alguns grupos da comunidade dão vida às tradições. Em Santa Olímpia os coros Stella Alpina, Caneva, Vã Pensiero e o Gruppo Folkloristico Santa Olímpia; e, em Santana, o Coral Mazzolin Di Fiori e o Grupo de Dança Nostalgia.

O sentido de comunidade e religiosidade é bastante marcante e se configura a partir de associações e centros comunitários, que organizam a vida social, religiosa, cultural e a infraestrutura dos bairros.



Coral Stella Alpina (Crédito: Ivan Moretti).



Coral Stella Alpina (Crédito: Ivan Moretti).

Os elementos da cultura material também são representativos. A casa da Associação dos Moradores, um dos remanescentes mais antigos do bairro Santa Olímpia, datado de 1923, além de se configurar como exemplar valorizado pelas suas características históricas e arquitetônicas, possui elementos simbólicos que se relacionam às lembranças de seus antigos moradores.

Neste prédio morou o casal Simão e 'Zia Maria' Stenico, além de seus onze filhos, noras, netos e bisnetos, chegando à soma de 30 pessoas. Local de encontro dos moradores foi palco para discussões políticas, celebrações de festas, cantorias. Posteriormente passou a abrigar a Associação de Moradores do Bairro Santa Olímpia, fundada em 25 de maio de 1987; e também o Centro Histórico e Cultural 'João Otávio de Melo Ferraciú' que tem por objetivo a preservação dos bens culturais e patrimoniais e a divulgação da história do bairro.

O nome atribuído ao Centro Cultural é uma homenagem ao Sr. João Ferraciú que auxiliou na constituição do espaço. Atualmente, estão em andamento trabalhos que visam à transformação desse

espaço em um museu e centro de documentação. Um projeto elaborado pela arquiteta Karina Vênere propõe o restauro do prédio e sugere usos para o espaço. Para o início da realização das obras, o bairro utilizará as verbas adquiridas na Festa da Polenta de 2013.



Casarão em Santa Olímpia (Fonte: Marcondes, 1995).

Um elemento marcante da Capela de N.S. da Conceição é o toque dos sinos. A linguagem dos sinos é uma tradição católica que, mediante os procedimentos e instrumentos tecnológicos atuais, tem sido substituída e requer um reconhecimento valorativo para sua preservação. O IPHAN, em 2009, registrou como patrimônio imaterial nacional os Toques dos Sinos de Minas Gerais, tendo como base as práticas desenvolvidas nas cidades São

João Del Rei, Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes. O reconhecimento dos toques dos sinos da Igreja de Santa Olímpia, como patrimônio imaterial pelo Codepac, auxiliaria no processo de valorização do bairro e das suas expressões culturais.

Além da capela, uma escadaria conhecida como 'Calvário' integra as construções religiosas do bairro Santa Olímpia. Foi inaugurado em 11 de novembro de 1945, sob as bênçãos do bispo Ernesto de Paula.

Atualmente, os habitantes do bairro Santa Olímpia têm realizado alguns trabalhos de ajardinamento, paisagismo e embelezamento das ruas (com apoio da Esalq-USP), fachadas residenciais e empreendimentos comerciais com o objetivo de organizar a paisagem cultural.

As características dos bairros Santa Olímpia e Santana são bastante singulares e representativas no que se refere aos conceitos de patrimônio imaterial e material e paisagem cultural. Por esta razão, verifica-se que a intervenção do poder público nestes locais deva ser realizada por meio de propostas que

visem à gestão ou zeladoria do patrimônio em seu aspecto integrado/combinado. Além disso, observa-se que por meio de gestão compartilhada será construída a estrutura necessária para solicitação ao Iphan da chancela de paisagem cultural.

Algumas ações estão sendo realizadas pelos moradores dos bairros Santa Olímpia e Santana, as quais se enquadram nas propostas de diretrizes mencionadas em vistas à valorização destes locais como paisagem cultural:

- constituição e fortalecimento de cooperativas e associações;
- instituição de parcerias com a ESALQ, o Centro de Memória (CMU/UNICAMP) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);
- atividades de embelezamento, ajardinamento e paisagismo;
- montagem de um Museu e Centro de Documentação;
- realização de estudos de viabilidade para novos empreendimentos e atividades culturais e turísticas; etc.

Com base nas práticas em andamento e nos Planos Diretores dos municípios de Treze Tílias-SC e de Holambra-SP, apresenta-se para discussão a viabilidade da

inclusão das seguintes propostas/diretrizes:

- elaboração de um Plano de Gestão para os bairros, por meio de parcerias, entre poder público e privado;
- desenvolvimento, por meio de parceria, de cursos básicos de qualificação de mão de obra para aplicação em atividades de preservação/conservação do patrimônio cultural e ações turísticas;
- incentivo a implantação de novos empreendimentos;
- apoio a empreendimentos já instalados;
- fortalecimento do comércio e da prestação de serviço local;
- fortalecimento da identidade comunitária, bem como da cultura associativa e cooperativa;
- Fortalecimento da agricultura por meio de projetos que visem:
 - a) firmação de convênios para viabilizar assistência técnica à pequena propriedade;
 - b) apoio a agregação de valor aos produtos agrícolas locais;
 - c) estímulo ao desenvolvimento rural, com a criação de programas específicos de incentivo à agricultura e investimento

em centros de pesquisas.

- Fortalecimento do turismo e expressões culturais por meio de programas que visem:
 - a) consolidar a vocação turística;
 - b) preservar a paisagem cultural;
 - c) incentivar a manutenção da arquitetura típica tiroleza;
 - d) delimitar áreas de interesse turístico;
 - e) zelar pela manutenção das características da cultura local e do patrimônio/paisagem cultural;
 - f) incentivar e promover a divulgação das características culturais dos bairros;
 - g) estimular e promover o desenvolvimento do turismo nos bairros, desde que compatível com a vida da comunidade e sua cultura;
 - h) preservar, proteger, restaurar e a promover a memória e o patrimônio cultural dos bairros em diálogo com a cultura da cidade de Piracicaba;
 - i) adequar e organizar os bairros - permitindo que seus espaços (logradouros) desempenhem seu papel histórico, turístico, cultural, simbólico que lhes cabem - e garantir condições de ambiência e funcionalidade;

j) fomentar o empreendedorismo na área turística;

l) incentivar e preservar a cultura por meio das artes, culinária e o idioma (dialeto);

m) incentivar o aprendizado da cultura e do dialeto trentino na escola pública local devido ao potencial cultural e turístico;

n) implantar programas socioeducativos para conscientização dos moradores e futuros moradores dos bairros inseridos em uma comunidade de interesse cultural e turístico;

Devido ao perfil associativo e comunitário da estrutura organizacional dos bairros, muitas das propostas mencionadas representam interesses já explicitados pelos seus representantes, o que coloca o poder público como facilitador para o estabelecimento de parcerias e o gerenciador de medidas legais e administrativas no âmbito das políticas urbanísticas municipais no sentido de organizar as intervenções que tem por meta a valorização e preservação das características peculiares destas áreas como paisagem cultural.



Festa da Polenta em Santa Olímpia (Crédito: Ivan Moretti).

Festa do Vinho em Santana (Crédito: Ivan Moretti).



Vista da Rua do Porto (Fonte: Câmara Municipal de Piracicaba)

Os primórdios da Rua do Porto: a configuração das primeiras edificações e da vida ribeirinha

A partir do final do século XVIII foi iniciada a configuração das bases necessárias para a construção da paisagem cultural atualmente identificada.

Desde o final desse século, com a ocupação da margem esquerda do Rio Piracicaba e, em 1784, com a construção da nova Matriz, foi iniciada uma estruturação urbana específica e diferentes formas de relações e vivência do homem com/nos espaços recém-ocupados. Nesse período, Piracicaba era quase que somente a Rua do Porto (Rua da Praia) e o Largo dos Pescadores era a sua rua principal; local que permitia com que a comunidade mantivesse o vínculo com o rio

“seja como roceiros, pescadores ou interessados nos comboios que pediam passagem para o rumo dos Campos de Araraquara” (PERECIN, 1992, s/n).

Durante o século XIX, a intensificação das edificações ribeirinhas, as instalações fabris e o casario dos pescadores, auxiliaram no processo de construção da paisagem cultural desta localidade. Em 1823, por exemplo, devido à necessidade de comunicação entre a Vila da Constituição com o sertão (campos de Araraquara', área que compreende desde a região de

Rio Claro até as proximidades de Ribeirão Preto), foi necessária a edificação de uma ponte sobre o Rio Piracicaba, o que garantiu um diferencial no desenvolvimento das comunidades e deu início a inclusão de elementos da cultura material no ambiente natural. Esta foi instalada à altura do atual Largo dos Pescadores e, embora tenha sido substituída, é um dado referencial de interesse nesta apresentação retrospectiva.

Sobre a formação da Rua do Porto, Camargo (1899, p. 265) expõe que esta se configurou em um pequeno largo, de forma triangular, muito pedregoso, que ficava em frente ao palacete do Dr. Buarque de Macedo (Palacete Luiz de Queiroz), o último prédio na Rua Prudente de Moraes. Na Rua do Porto existiam 87 casas numeradas, todas à esquerda de quem desce para o rio, sendo que oito destas eram olarias. Para o autor “é a rua das olarias, como já o foi dos pescadores, das monções, etc.” - e, desde 1969, dos bares e restaurantes.

Não há muitos anos era a rua do Porto de uma animação extraordinária. [...] ancoravam os vapores da Companhia

Paulista de Navegação Fluvial, os quais rebocavam longa fila de batelões carregados de café e de gente. Inúmeras canoas empregadas na pesca, no transporte de área, etc., davam à rua um aspecto movimentado.

Em frente ao número 55 estava o plano inclinado que dava descida aos vagões de cana que sobre uma barca passavam o rio em busca do engenho central. Era um ponto concorrido. [...]

Ao longo do rio em grande extensão havia antes muitas árvores de resedá, as quais não só enfeitavam belissimamente a rua a refletir-se na água, como também enchiam o ambiente de um doce perfume. As árvores à beira-rio foram todas cortadas vandalicamente e só restam 2 ou 3 em um quintal do lado esquerdo. Em substituição lá colocaram o cano de descarga dos esgotos que em breve perfumará os portuenses, mas não com resedá, queremos crer.

Em frente ao número 61 existe uma paineira cujas raízes só tem pontas extremas fincadas na barranca, estando exposta ao tempo e à curiosidade todo o mais. E um bom lugar para os estudantes de botânica irem ver como se

agarra uma árvore ao chão, o que sempre ensina mais do que os meros desenhos de livros. De ordinário nós só conhecemos uma árvore do solo para cima, isso mesmo quando a conhecemos.(...)

Com as grandes enchentes esta rua fica completamente alagada, tendo já acontecido, como em 1896, que as canoas entram nas casas pelas janelas.

O local não é sadio, e valha a verdade, é o único ponto paludoso de toda a cidade (CAMARGO, 1899, p. 265).

Otero e Souza (2011) destacam que, em 1892, as áreas da primitiva ocupação já se configuravam como periferia da cidade, entretanto, constituíam-se como lugar de resistência popular contra as iniciativas sanitárias desenvolvidas pela administração pública. Estas medidas compreendiam a intervenção policial e a proibição da Câmara Municipal para a instalação, nas áreas mais centrais, de empreendimentos destinados à prática de jogos, bebedeiras e orgias, ficando estes restritos ao Largo Santa Cruz e à Rua do Porto. Interessante perceber que a principal manifestação cultural de Piracicaba, a

Festa do Divino Espírito Santo, realizada desde 1826, continua acontecendo nesta localidade, tendo sobrevivido a certa marginalização associada ao Largo dos Pescadores. Atualmente, este ainda é um espaço predominantemente voltado à realização de atividades populares, as quais buscam a vivência das tradições locais.



Festa do Divino Espírito Santo na segunda metade do século XX (Fonte: Câmara Municipal de Piracicaba - CMP).

O bairro da Rua do Porto era habitado por pessoas humildes, sendo que algumas viviam das atividades da pesca e outras da fabricação de telhas e tijolos nas olarias ali instaladas em função da possibilidade de aproveitamento do solo argiloso, dentre as quais podemos citar as dos: Diehl, Nehring, Pecorari, Ometto, Juca Barbosa

(única que fazia telhas curvas e que, posteriormente, passou a ser propriedade de Elias Cecílio). As chaminés remanescentes destas olarias são elementos integrantes da paisagem cultural desta área (CACHIONI, 2012a).



Lavadeiras no Rio Piracicaba (Fonte: CMP).



Casario em meio às olarias. Fonte: CMP.

Elias Netto (2000, p. 80) explica que esta era

(...) a rua de cururu, de caninha verde, de cateretê, de umbigada, de boemia, de romance, marginalidade, ainda que marginalidade controlada. (...) mais do que uma história daquela rua, ficou o espírito dela, espírito de pescador. E de oleiro. De gente que sabe mexer com a terra e com a água, o barro e o peixe. Uma história feita de superstições, de sacralidade, de religiosidade sem religião.

A arte da pesca era transmitida pelos pescadores, por vezes, mesclada de algumas crendices. Quando ensinavam como não perder um peixe revelavam alguns segredos.

O primeiro segredo: nunca se deve urinar em água de rio onde se pesca. Urinar nessa água é o mesmo que 'urinar na boca da madrinha', sabedoria de pescador. Isso posto, é preciso, então, ter calma quando o peixe fisgado tenta escapar, quando parece que o peixe está escapando. Nesse caso - (...) - é preciso cuspir na água do rio três vezes, cuspir à vontade. Depois da terceira cuspidinha, o peixe

amansa. Seja peixe do rio, seja peixe da vida - palavra de pescador (ELIAS NETTO, 2000, p. 80).

Para Elias Netto (2000, p. 84), pescar em 1900 era 'arte, sobrevivência e lazer'. Nesse período, havia no rio: picaranjuba, lambaris, rabo vermelho e tambiú, dourado, curimbatá, mandis, mandiúva, jaú, etc. O mais apreciado de todos era o dourado. A pesca no Salto, que passou a ser controlada no período da Piracema, era realizada com vara para pescar mandi e dourado e, depois, começou a ser feita com varas pequenas. Na tentativa de burlar a fiscalização, muitos pescadores amarravam "a ponta da linha na perna, à altura do tornozelo, deixando na outra ponta o anzol correr pelas pedras". Na região abaixo do Salto pescava-se com sondá, espinel, varra, tarrafa, lança e promombó ou bate-bunda. A pesca bate-bunda - que muitos duvidavam da sua efetiva existência - ocorria da seguinte forma (ELIAS NETTO, 2000, p. 84):

(...) primeiro era preciso preparar a canoa, 'do tipo cabocla, feita do fuste de uma árvore grande. Na borda esquerda, estendia-se um

algodãozinho - pano de tecido tosco de algodão - em todo o comprimento da canoa, preso por fueiros, como uma vela de navegar'. Daí a ação, que acontecia apenas em noite sem lua; os homens um na proa e outro na popa, conduzem a canoa à beira-rio, sempre em silêncio. No momento exato, dão-se um sinal de mãos e sentam-se rapidamente, batendo as bundas nos assentos da canoa. Assustados, os peixes - geralmente lambaris - saltavam em direção ao largo do rio, batiam no pano de algodãozinho e tombavam no barco.

Os lambaris eram pescados com varas curtas e pedacinhos de miolo de pão e uma lata de angu para fazer pelotas como isca; o dourado, entretanto, requeria outra prática. No Salto, utilizavam-se tarrafas e varas; no rio, eram usadas redes, varas de espera fincadas no barranco, pindacuema e espinhel - "um cordel forte que se amarrava, uma das pontas, à beira do barranco e outra, esticando-se para o meio do rio" (ELIAS NETTO, 2000, p. 85).

Affonso Pecorari era considerado o maior pescador de dourado, o peixe mais apreciado pela culinária local. Em seu

armazém (localizado na Rua do Porto, onde abriga atualmente o Restaurante Arapuça) tinha todos os utensílios para pesca que ele mesmo produzia para vender: varas, anzóis, redes. Além disso, alugava cinco canoas para pescadores amadores junto com uma cesta de alimentos - suficiente para passar alguns dias no rancho pescando.



Armazém de Affonso Pecorari e Restaurante Arapuça (ELIAS NETTO, 2000).

A 'comida caipira' piracicabana - paulista com estilo mineiro - em muito teve influência dos tropeiros, das monções, dos escravos; sendo que, somente no século XX, foram incluídas as referências alemã, italiana, árabe e espanhola. A base da culinária era o milho, o feijão, a mandioca e, além dos peixes que se pescavam

em Piracicaba, havia a caça de pacas, veados, capivaras, porcos-do-mato, etc. (ELIAS NETTO, 2000).



Olaria de Elias Cecílio (Crédito: Foto Cozzo).

Os peixes eram preparados de diferentes formas: assado na própria casca, em cima da brasa, no espeto ou no molho. O cuscuz (de peixe) do Divino, preparado desde os primórdios da Festa do Divino pelas negras ribeirinhas, era feito no cuscuzeiro e cozido pelo vapor. Em algumas festas, principalmente, na Rua do Porto havia concurso para escolher o cuscuz mais saboroso ou mais bonito (ELIAS NETTO, 2000).

No universo ribeirinho as festas foram/são

bastante marcantes, sendo a mais tradicional: a do Divino Espírito Santo. As festas juninas (de São João, São Pedro e Santo Antônio) também eram muito frequentadas e, mesmo quando realizadas ou iniciadas em outras localidades, terminavam na Rua do Porto. Nestas festividades a venda do Affonso Pecorari era a grande atração.

A rua do Porto, então, via o dia amanhecer. O quentão animava as gentes e Nhô Belisário marcava a quadrilha, enquanto Bepe, o italiano, tocava sanfona sem parar. Quando o dia raiava, a rua do Porto silenciava e os foliões retornavam às suas casas, encontrando outros que haviam 'festado' nas ruas de Piracicaba, em junho de 1900 (ELIAS NETTO, 2000, p. 91).

Personalidades marcantes merecem referência por sua contribuição ao imaginário da Rua do Porto. O 'Bico Fino', João Duarte Novaes Filho, nascido no casarão que passou a abrigar a Secretaria Municipal de Turismo, morou até 24 de janeiro de 1978, no número 1.707 da Rua do Porto. Ele era o 'faz tudo':

(...) dava injeções, consertava eletrodomésticos sem cobrar nada de ninguém, era mecânico de motor de rio, trabalhava como piloto de bote e criou os filhos com a sua profissão de pescador. 'Bico Fino' era quem, em caso de pessoas morrerem no rio, ia procurar os corpos, colocando o motor no bote e não retornando enquanto não achasse os cadáveres (ELIAS NETTO, 2000, p. 220).

O Elias Rocha, Elias dos Bonecos (carroceiro que recolhia papelão, latas, plásticos e ferro velho pela cidade), tornou-se uma personalidade piracicabana do século XX, quando decidiu utilizar materiais reciclados para confecção de bonecos, como protesto contra a poluição do rio. Sua história, mesclada com as lendas locais, fez com que os bonecos por ele produzidos e que povoaram a margem do rio Piracicaba (os pescadores guardiões do rio) fossem incorporados à paisagem local; inserindo uma série de elementos da cultura imaterial na materialidade desses 'homens' que guardam às margens do rio e a cidade da fúria de Nossa Senhora dos Prazeres.

Uma lenda local, a mais antiga e que existe desde a povoação, narra que inicialmente a cidade seria entregue aos cuidados de Nossa Senhora dos Prazeres, mas que, posteriormente, o povoador Capitão Antonio Corrêa Barbosa definiu que o padroeiro seria Santo Antônio. Nossa Senhora dos Prazeres, 'magoada' com esta situação, teria lançado uma maldição: 'Esta nunca será uma cidade grande'. Ao longo dos tempos, muitos infortúnios foram atrelados a esta maldição, como as enchentes, a poluição do rio, etc. Assim, os bonecos de Elias tornaram-se, acima de tudo, instrumento alegórico seja na proteção da cidade da fúria de Nossa Senhora dos Prazeres seja na luta pela preservação do Rio Piracicaba, que começou a apresentar índices de poluição alarmantes na década de 1970.

A Rua do Porto também era o local das crianças e 'velhas' loucas. As primeiras se divertiam na beira do rio: as meninas imitavam os pais e irmãos pescadores "assando os cascudos que ninguém comprava"; e os meninos se divertiam com os visitantes que chegavam à cidade vendendo para eles minhocas (ELIAS

NETTO, 2000, p. 85-87).

As 'loucas da Rua do Porto' ficavam em frente das suas casas contando histórias, aguardando filhos e netos retornarem da pesca ou das olarias, tirando piolhos das crianças, costurando, etc.

Quando os pescadores e oleiros retornavam do trabalho, sempre encontravam bacias de água - retirada do rio - na porta das casas para que pudessem lavar os pés, os braços e o rosto. Cabe mencionarmos que esta era, geralmente, a principal forma de higienização pessoal que realizavam. Os cabelos destes trabalhadores eram besuntados de banha para enfrentar a chuva e a poeira e os pés dos oleiros tinham camadas de cascão, isso porque quando os fornos das olarias não funcionavam tinham que amassar o barro com os pés (ELIAS NETTO, 2000). Estes e outros fatores auxiliaram na construção da imagem pejorativa sobre os moradores da Rua do Porto, atrelada à sujeira e falta de higiene.

Em 1901, o Jornal de Piracicaba publicou que, em sessão extraordinária da Câmara

Municipal, foram discutidos os interesses com relação ao estado de miséria em que se achava a Rua do Porto. Como mencionado,

Aquele infortunado pedaço desta cidade, procurado pelos visitantes como um dos nossos pontos mais pitorescos, parece que não pertence à Piracicaba; o lixo anda por ali a granel, o capim cresce desassombradamente, não tem luz, não tem higiene, mas tem buracos e mais buracos, de sorte que a menor chuva produz grandes poças, que são focos de miasmas, veículos de febres palustres, intermitentes, etc. Aquilo jaz em completo esquecimento como se não fosse importante parte da cidade (JP, 30/05/1901, p.1).

O mesmo Jornal, em 16 de fevereiro de 1906, em publicação que ironiza a falta de atenção do poder público trazia à discussão a necessidade de melhoramentos na área ribeirinha, principalmente, pela urgência imposta nos períodos de baixa das águas do rio.

É notório que uma reforma radical dos lugares citados não é empresa proporcional aos recursos do orçamento de um município como o nosso. Fora loucura sonhar com uma transformação

dispendiosíssima, não só na rua do Porto, bairro afastado, pouco visível do centro e de difícil acesso, como também do vale do Itapeva, sítio muito mais trafegado e mais próximo do comércio. Quanto à rua do Porto, ninguém contesta que é uma das paisagens mais pitorescas da cidade. Mais importa advertir que a paralização daquele subúrbio, mal grado seu encanto natural, emprestado pela corrente do rio e pelo anfiteatro de colinas numerosas que o sobranceiam, não oferecera garantia valiosa de aproveitamento para a soma enorme necessária para deixá-la com ares mais convidativos, mais conformes, com o aspecto geral da cidade. Daí a impossibilidade de atender a essa aspiração dos bairristas progressivos, mesmo que uma situação muito diferente daquela em que está hoje a receita pública do município, pudesse se consentir enorme desvio de distribuição pecuniária em prol de uma exigência estética em pequeno trecho da área urbana, com sacrifício de obras mais instantes, mais produtivas e de interesse mais direto para todos. Deixemos essa quimera de transfigura-

ção luxuosa para algum sindicato particular, que, visando tirar partido da beleza do sítio para qualquer projeto descomunal, tenha a faculdade de arriscar, por conta própria, um capital ingente, sem responsabilidade para com representados. Quanto às margens do Itapeva, o progresso do local há de facilitar, dentro em alguns anos, o custeamento de uma avenida ou de outro notável melhoramento, que por ventura, a vitalidade das finanças municipais não chegue a permitir atualmente (JP, 16/02/1906, p.1).

Outras situações alarmantes ocorriam nos períodos das enchentes, momento em que a Rua do Porto, por vezes, era invadida pelas águas, obrigando os moradores a abandonarem suas casas.

[...] os infelizes habitantes daquela rua, em geral paupérrimos, sofrem grandes privações, tendo que abandonar seus lares para, durante dias, permanecerem em ranchos velhos [...] quase ao relento. Confrange o coração assistir-se a esse espetáculo - famílias inteiras, rodeadas de seus poucos trastes, como que

atiradas ao frágil abrigo de ranchos quase a cair.

Tendo sido numerosa a romaria de curiosos que vão apreciar esse espetáculo belo-horrível que oferece o Piracicaba a transbordar, invadindo e destruindo casa de pessoas já quase sem recursos (JP, 20/02/1907, p.1).

Perecin (1992) esclarece que, em 1836, Constituição já possuía 10.291 habitantes, sendo que a maior parte da população urbana se concentrava na Rua da Praia (Rua do Porto; Avenida Beira Rio - Joaquim Miguel Dutra), o que deveria tornar ainda mais preocupante as situações já mencionadas. Com o tempo, é que a população começou a se deslocar para as áreas mais próximas à Matriz por diversos fatores: fechamento das olarias e do Engenho Central, insalubridade do local, etc.

O espaço de convívio público era, portanto, o Largo dos Pescadores, que foi por muito tempo o verdadeiro centro da comunidade que havia se mudado para a margem esquerda. Neste local, havia uma vendinha onde os cavaleiros e tropeiros,

provenientes do sertão, abasteciam-se, trocavam suas mercadorias e descansavam. Ali também era um Largo Civil da população, onde ouviam modas de viola, dançavam cateretê ou desafiavam-se nas rodas de cururu (PERECIN, 1992).



Festa do Divino em frente ao Clube de Regatas (Fonte: IHGP).

Otero e Souza (2011) destacam que até a década de 1940, nenhum ponto da área urbana distanciava-se mais que 2.500 metros do Largo dos Pescadores.

Até a metade do século XX, havia um trampolim para mergulho próximo ao Largo, em frente ao já extinto Clube de Natação e Regatas Piracicaba que, desde a década de 1920, era um importante

espaço de recreação e esportes da cidade. Anteriormente, havia no local um depósito da Companhia Fluvial, onde chegavam barcos cheios de cargas (ELIAS NETTO, 2000, p. 129 apud OTERO; SOUZA, 2011, p. 22).



Clube de Regatas (Fonte: Câmara Municipal de Piracicaba).

Outras configurações espaciais, relações e interesses voltados à utilização da área ribeirinha, sejam para atividades fabris ou de lazer/convívio, começaram a configurar-se no final do século XIX, em grande medida pelos incentivos promovidos pelas fábricas construídas nas margens esquerda e direita do Rio e pelos novos moradores/utilizadores que eram mais abastados.

O complemento da paisagem cultural: as fábricas e as diferentes apropriações/utilizações.

Na segunda metade do século XIX, duas instituições fabris foram instaladas próximas ao Salto do Rio Piracicaba, incluindo novos itens nesta paisagem cultural: a Fábrica de Tecidos Santa Francisca (segunda casa industrial de Piracicaba, fundada em 1873 na margem esquerda, por Luiz de Queiroz); e o Engenho Central, fundado na margem direita, em 1881, pelo Barão de Rezende.



Fábrica de Tecidos vista da Rua 13 de Maio em 1906. (Fonte: Rotellini, 1906).

Como referido por Guerrini (1970), o local onde foi instalada a Fábrica de Tecidos Santa Francisca era a Fazenda Engenho d'Água, pertencente a Manuel Rodrigues Jordão, tendo sido adquirida pelo Barão de Limeira e transmitida, após a sua

morte, para seu filho, Luiz de Queiroz. Esta fábrica era movida pela força hidráulica do Rio Piracicaba e sua construção teve início em 1º de julho de 1874 - com o lançamento da pedra fundamental. O inglês Arthur Drysdan Sterry foi responsável pelas obras que, em 1876, tiveram a inauguração dos trabalhos de fiação com cinquenta teares de serviço para setenta operários, produzindo 2.400m de tecido.

Segundo Cachioni (2012b), o conjunto fabril desta fábrica foi executado em alvenaria aparente em vários edifícios com funções distintas.

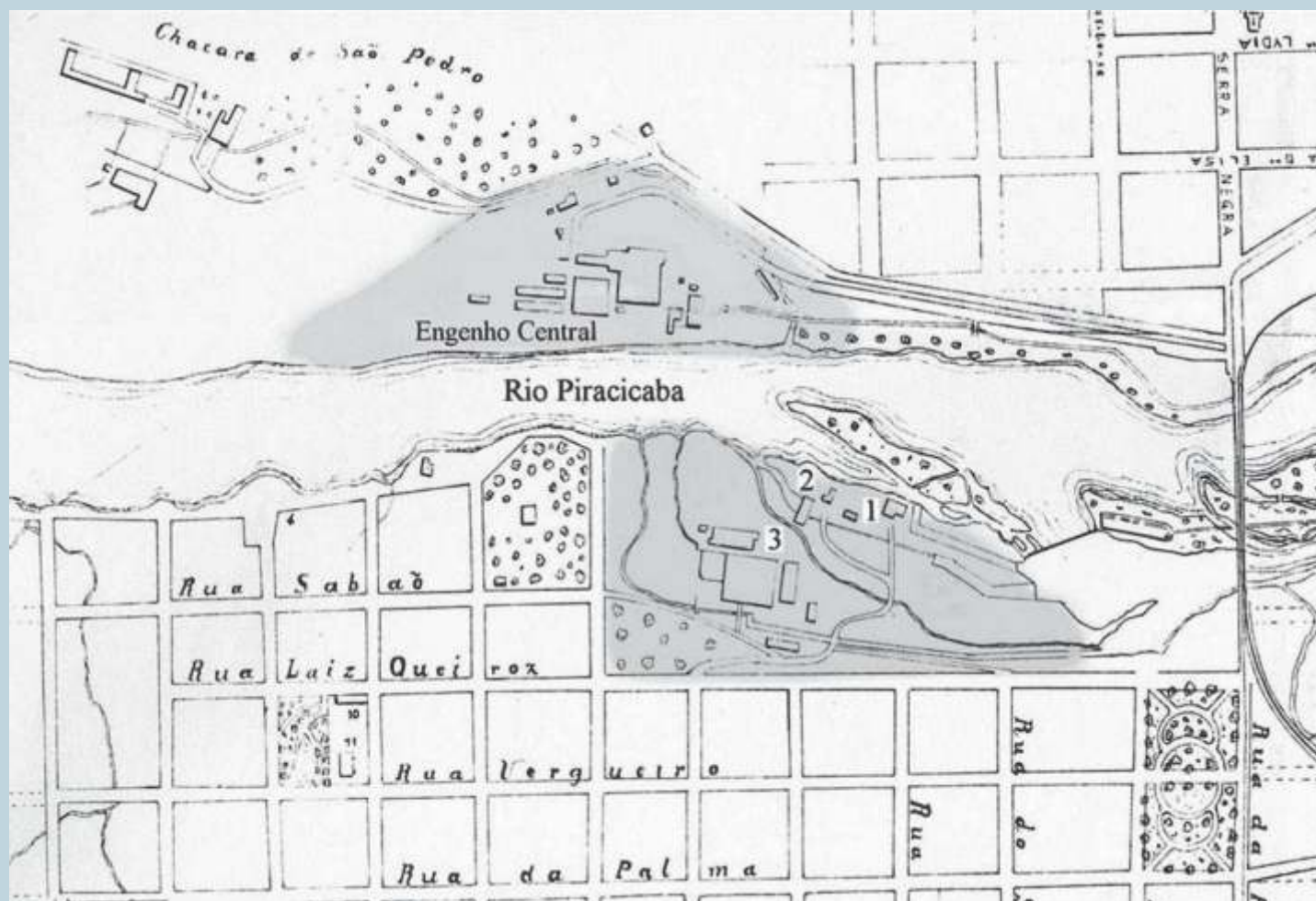
O grande pavilhão da tecelagem dividido em quatro blocos e em desnível, adaptado por porão, recebeu telhados independentes por bloco (com telhas francesas), ainda que fossem contíguos. Neste edifício, as aberturas foram executadas em arcos plenos e janelas em guilhotinas, com quatro peças por bloco. Os outros prédios reuniam funções distintas de serviços e um casarão coberto com telhas coloniais, que parece ter sido a casa sede da Fazenda Engenho d'Água, abrigava os escritórios. Entre o pavilhão da tecelagem e o casarão de escritórios havia um caprichoso jardim francês, ao lado de um canal. Logo na entrada principal do pavilhão, cujo destaque era o frontão

com a epígrafe da empresa, existia uma ponte sobre o referido canal. Havia também um estábulo e pasto para cavalos. O abastecimento hidráulico da fábrica se dava por uma caixa d'água, correspondente a três pavimentos se destacava no conjunto, abastecida por dutos (CACHIONI, 2012b).



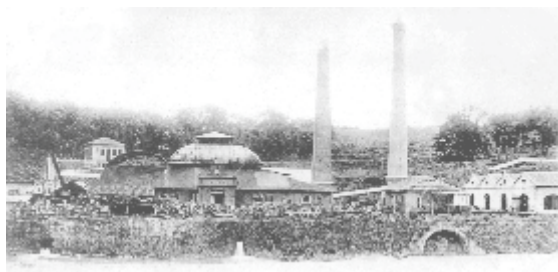
Cia. Industrial e Agrícola Boyes (Fonte: Arquivo CMP).

Entre o final do século XIX até a primeira década do século XX, diversas sucessões e transformações ocorreram na Fábrica que, em 18 de março de 1918, passou a pertencer à Boyes e Cia, sociedade composta pelos irmãos Hebert James Singleton Boyes e Alfred Simeon Boyes (GUERRINI, 1970). Devido a estas transformações é difícil identificar as características originais. É possível afirmar que, após algumas reformas e demolições realizadas



Acima: Engenho Central; nº 1: Empresa Hidráulica; nº 2: Usina Elétrica; nº 3: Fábrica de Tecidos Santa Francisca.
In: RAVACHE, Hans. Planta da cidade de Piracicaba - 1916. Arquivo Museu Prudente de Moraes. Fonte: Cachioni (2002).

pelo construtor Antonio Borja Medina, o conjunto assumiu linhas Art-déco e proto-modernas (CACHIONI, 2012b).



Engenho Central (Foto Viena de José Bidschovsky).

O Engenho Central foi fundado pelo Dr. Estevão Ribeiro de Sousa Rezende (Barão de Rezende) que, em 19 de janeiro de 1881, constituiu a Empresa do Engenho Central, tendo como acionistas pessoas influentes das famílias tradicionais de Piracicaba. Em outubro de 1882, o empreendimento foi colocado em funcionamento. No entanto, devido às más condições do mercado, este começou a estagnar e, em 1888, o Barão de Rezende passou a ser seu único proprietário. No ano de 1891, com a denominação Cia Niágara Paulista, tinha como sócios: Barão de Rezende e Cícero Bastos. Em 1899, o Barão de Rezende vendeu o Engenho para os franceses Sr. Durocher, Ferdinand

Doré e Maurice Allain e este empreendimento recebeu uma nova denominação: Sucrerie de Piracicaba. Já, em 1907, foi fundada a sociedade anônima Societé de Sucrerie Brésilliennes e, em 1970, a usina foi vendida para José Adolpho da Silva Gordo, funcionando até 1974 (CACHIONI, 2012b).

Atualmente, é possível verificar que algumas das construções mais reconhecidas da cidade são as que compõem o Parque do Engenho Central. Cachioni (2012b) apresenta detalhadamente como este complexo foi historicamente edificado e alguns dos responsáveis pelas inserções/transformações construtivas. Os edifícios construídos na época do Barão de Rezende eram revestidos, diferentemente do padrão de alvenaria aparente que se configurou posteriormente.

Após demolições e reconstruções, o que podemos verificar é que o padrão de alvenaria aparente sempre foi seguido, sendo algumas vezes mais elaborado que em outras. Como enfatiza Cachioni (2012b), do período do Engenho Central não restou aparentemente mais nenhuma construção, apesar de algumas obras terem sido construídas aproveitando

arcabouços existentes anteriormente.

O autor destaca que muitos profissionais trabalharam em distintas construções neste complexo fabril, dentre os quais apresenta:

[...] o dinamarquês Dr. Holger Jensen Kok, que dirigiu a empresa entre 1911 e 1920, responsável, entre outras obras, pelo muro de arrimo de alvenaria de pedra que percorre a extensão da área, que foi construído também sob a responsabilidade de Manoel Lourenço; os franceses Daniel Rinn, que construiu o edifício da destilaria (Edifício 6) em 1916 e o prédio dos escritórios em 1937 (Prédio 4); Jean Balboud engenheiro químico, que substituiu o engenheiro Rinn na década de 1930, construiu o prédio da moenda (Edifício 5) e chaminés, tendo permanecido na 'Usinas de Açúcar brasileiras' até 1955, quando ingressou na 'Metalúrgica Dedini S.A.'; Marc Mourras, que projetou o portal de entrada e Maurice Allain, um dos administradores da 'Societé de Sucrerie Brésilliennes, o qual era sócio da empresa desde 1899 e a presidiu entre 1907 e 1932. Há também o registro da participação do engenheiro Garcez de São Paulo, na construção de uma das chaminés, que também pode ter contribuído na construção de outras obras no local (CACHIONI, 2012b).

Os edifícios da fábrica e refinaria (7A e 7B), por exemplo, foram construídos na década de 1940 para substituir o edifício original da área central. Dentre as construções que compunham as instalações industriais, muitas eram remanescentes coloniais da antiga Fazenda São Pedro; sendo o único restante integral da fase inicial, a casa atualmente ocupada durante vários anos pela Polícia Militar Florestal (CACHIONI, 2012b).



Engenho Central em funcionamento (Fonte: Arquivo DPH).

Outras edificações foram adicionadas ou eliminadas conforme a necessidade, especialmente os armazéns que se situam após o antigo pátio ferroviário, à esquerda, no complexo. Os armazéns (edifícios

14, 14A, 14B e 14C), seguiram programas semelhantes modulados de acordo com o tamanho necessário (CACHIONI, 2012b).

Essas instituições fabris - Fábrica Boyes e Engenho Central - geraram desenvolvimento na cidade, repercutindo na instalação da primeira Estrada de Ferro (E. F. Ytuana). Para a construção desta, foi necessário que a antiga ponte de madeira fosse substituída, em 1875, por outra projetada pelo eng. Antonio Rebouças.

A inserção da Ponte do Mirante (Irmãos Rebouças) foi uma das primeiras interferências significativas na paisagem natural do Rio Piracicaba na região central, no entanto, incorporada na paisagem cultural e com presença nas pinturas de artistas como Joaquim Miguel Dutra, o primeiro artista a retratar este cenário e que dá nome à avenida ali construída na década de 1970 (CACHIONI, 2012b, s/n).

A primeira representação conhecida da paisagem cultural da Rua do Porto foi a pintura de Miguelzinho Dutra, publicada no periódico 'Archivo Pittoresco' de Lisboa em 1864. Já, uma pintura de Joaquim Miguel Dutra, do início do século XX, retrata esta paisagem com a inserção da referida ponte (Cachioni, 2012b).



Primeira representação conhecida da paisagem cultural da Rua do Porto, sobre pintura de Miguelzinho Dutra em 1864 (Santos, 1864).



Pintura de Joaquim Miguel Dutra no início do século XX (Fonte: Velloso, 2000).

Ainda às margens do Rio Piracicaba foi edificada a Empresa Hidráulica de Piracicaba, cuja construção foi iniciada em 1886. Para elevação do complexo do serviço de água, Carlos Zanotta contratou

o pedreiro e especialista em assentamento de pedras, Carlos Adâmolli. A empresa deixou de existir com a saída de João Frick da sociedade, passando a ser denominada Cia. de Melhoramentos Urbanos de Piracicaba, fundada em maio de 1900, pelos sócios Carlos Zanotta e Tito Ribeiro. Este edifício, ainda existente, abriga o Museu da Água 'Francisco Salgot Castillon'.

[...] estas instalações seguiram o padrão em alvenaria aparente de tijolos semelhante às edificações do Engenho Central e da Santa Francisca, além do uso da alvenaria de pedras, devido à presença de basalto em toda a região. As aberturas foram executadas em arco pleno arrematadas com bandeiras de ferro forjado e a cobertura foi estruturada em abobadas de berço que sustentam uma laje. O destaque para o conjunto é a camarinha que dá acesso ao canal, que apresenta acabamento em bossagem, platibanda com cimalha e um portão de ferro forjado trabalhado artisticamente. Algumas instalações receberam acabamento variado, e devido a reformas posteriores, fica impossibilitada uma análise mais profunda (CACHIONI, 2012a).

Outro empreendimento a ser destacado foi a construção de uma Estação Central

para produção de eletricidade, a qual foi instalada em terreno às margens do Salto - entre a Fábrica de Tecidos Santa Francisca (Boyes) e a Empresa Hidráulica - e sob a concessão de Luiz de Queiroz. Em 02 de agosto de 1893, foram realizadas as primeiras experiências de iluminação pública elétrica nos Largos da Matriz e do Teatro. Após a morte de Luiz de Queiroz, a Usina Termoelétrica Luiz de Queiroz ficou sob a responsabilidade de sua esposa que, pela vontade do falecido marido, devia doá-la à Prefeitura após o término do contrato. No entanto, a Câmara abriu mão da doação deixando que esta fosse vendida para a firma Ignarra, Penteado & Companhia. Posteriormente, passou à empresa Southern Brasil Eletric (CACHIONI, 2012b).

Esta Usina, ainda existente,

[...] foi edificada em alvenaria aparente, vidraças de abrir e as telhas de capa e canal, com um anexo em madeira que se estruturava de forma semelhante ao esquema enxaimel (desaparecido). Neste pequeno edifício fabril aparece uma característica importante da alvenaria aparente em Piracicaba: a gama de cores variadas nos tijolos (CACHIONI, 2012b, s/n).

Ainda no espaço ribeirinho próximo ao Salto, constavam, antes de 1887, três fábricas de cerveja, as quais pertenciam a Jacob Wagner, Sachs & Filhos e Manoel Barbosa Gomes.

Entre os séculos XIX e XX, os industriais que se estabeleceram às margens do Rio Piracicaba destinaram parte de suas terras para a construção de praças-parque, que serviam como espaços para atividades de lazer e contemplação da paisagem próxima ao Salto. Dentre as praças-parques, citamos: Praça Ermelinda Ottoni (Boyes), os Parques Sachs, Barão de Rezende (antes Jardim da Ponte) e do Mirante.

A margem esquerda do Rio Piracicaba, principalmente nas proximidades do Largo dos Pescadores e da Rua do Porto, passou a ser vista como a parte periférica da cidade, tendo sido constituída nos primórdios da ocupação e configurado uma vivência e identidade característica de seus moradores (pescadores, trabalhadores das olarias, etc.). Importante para o convívio das comunidades locais, vivências de sua cultura e frequentada pelos viajantes, não era um espaço que permitia a integração entre diferentes grupos da sociedade em função da imagem que,

desde o século XIX, foi atrelada ao local. Assim, verifica-se que no final deste século, foram organizados espaços de lazer diferenciados e estruturados, de certa maneira, aproximados aos padrões europeus; mais próximos dos novos empreendimentos fabris e do Salto - área nobre da paisagem natural.

Em 1878 foi construído o primeiro passeio público por iniciativa de André Sachs, que requereu à Câmara Municipal uma das ilhas localizada logo abaixo da ponte do rio Piracicaba, com o intuito de tratá-la e transformá-las em um local agradável para passeio. Ao mesmo tempo, pediu autorização para levantar um quiosque nas margens do rio, próximo ao Salto entre a ponte e a Fábrica de Tecidos. Como publicado na Seção Annuncios do jornal Gazeta, em 1º de agosto de 1882:

KIOSQUE do André, no Salto
Encontra-se comidas quentes e frias a qualquer hora do dia e da noite.
Bebidas de diversas qualidades, por preços baratíssimos.
Serve-se tudo com promptidão e asseio (apud COSTA, 2004, p. 136).

A Câmara Municipal havia contratado, em 1881, André Sachs para exercer a

função de zelador das ilhas situadas próximas ao Salto, considerando que há algum tempo já estava realizando atividades nestas áreas. As Ilhas dos Namorados e dos Amores localizam-se entre a ponte do Mirante e o atual Museu da Água.

A Ilha dos Amores era o ponto de referência de pescadores à época das pescarias, um centro operacional dos 'pirangueiros', como eram chamados. E, ao mesmo tempo, tornara-se ponto de atração por, próximo da ponte, dar-se a captação d'água servida à população. Terminada a temporada da pesca, a Ilha dos Amores retornaria ao seu silêncio e a seus mistérios, apropriada para encontros clandestinos, com pequenos barcos atracados às suas margens [...]. (ELIAS NETTO, 2000, apud COSTA, 2004, p. 144).

Havia insatisfação com relação à falta de arborização e de bancos para descanso no local, o que tornava incômodo o aproveitamento dos eventos durante o dia - restando somente a sombra fornecida pelo chalet do Sachs. Com o objetivo de resolver esta questão, o Barão de Rezende doou algumas terras em continuidade ao passeio construído por André Sachs para criação de uma praça arborizada, com desenho bem cuidado de passeio e

canteiros, coreto e bancos para descanso (CACHIONI, 2012a). O Jardim ou Largo da Ponte (posteriormente Largo 'Barão de Rezende') estava localizado nas proximidades do atual Serviço Municipal de Água e Esgoto (SEMAE); e o Parque Sachs na região que foi construído o Hotel Beira Rio (ELIAS NETTO, 2000, p. 70).

O que se verifica pelos relatos do período é que estes foram os espaços mais apreciados pelos habitantes e visitantes para os passeios aos domingos à tarde, além de estarem próximos ao chalet de André Sachs, onde foi instalada uma fábrica de cerveja e de outras bebidas, em 29 de maio de 1883 (COSTA, 2004).

Em dezembro de 1887, os proprietários da Fábrica de cerveja de Sachs & Filhos montaram um 'tiro ao alvo' e em anúncio na Gazeta de Piracicaba convidaram a população para o evento:

[...] convidam, pois os cavalheiros e exmas. famílias a visitarem este estabelecimento, onde encontrarão muitos melhoramentos, assim como muitas diversões para passar algumas horas n'esta estação calmosa.
Brevemente - O balanço, trapézio, barra-fixa e o aperfeiçoado jogo da bola, da bagatela, etc.

Cervejas nacional e estrangeiras, lunch, etc.

AO SALTO TODOS OS DIAS (apud COSTA, 2004, p. 138).

No chalet do André Sachs também eram realizadas apresentações musicais, como constatado na Gazeta de Piracicaba, de 9 de fevereiro de 1890:

“Temos uma agradabilíssima notícia para transmitir aos leitores: é que a apreciada S. M. Artistas e Operarios vae tocar escolhidas peças do seu repertório no aprazível chalet do Sachs” (apud COSTA, 2004, p. 138).

A Gazeta de Piracicaba, em 2 de novembro de 1907, apresentou que, caso não chovesse naquela tarde, seria realizada uma festa no Parque André Sachs 'com quermesse, leilão, música, balões':

As incançáveis festeiras do Divino, especialmente a exma. Sra. D. Maria Rosa Lopes Pinto, possuidoras de uma imaginação fértil, organizaram um programa hors-ligne, cheio de novidades que certamente terá o condão de conduzir àquelle parque, a nossa população em peso.

Ora, nós que vivemos a lamentar a falta de logares que os proporcionem tardes agradáveis aos domingos e dias santos, tardes essas que passamos muitas vezes

insipidamente, temos hoje o Parque André Sachs, onde, em bando affluirão as garrulas senhoritas e sisudas matronas.

E demais, tanto a kermesse como o leilão são em benefício de uma festa tradicional em nossa terra e à qual as festeiras, no anno próximo pretendem emprestar um brilho que ainda não teve (apud COSTA, 2004, p. 139).

Como relatou Léo Guerra (codinome de Leandro Guerrini),

Mãos à obra, já que a cidade provinciana não conhecia a novidade. Tablado para danças, jogos de bocha e boliche, mesinhas e cadeiras em profusão, para refrescos, doces e salgados. A cerveja era conservada na areia molhada, para 'refrescar'. Bancos toscos aqui e ali, um coreto para a banda de música. Pipoca, amendoim, pamonha, a gasosa, a gengibirra, o capilé, os refrescos de então.

Aos sábados à tarde e aos domingos, de manhã à noite, o Parque Sachs regozijava. As mulheres, tomavam as mesinhas, à sombra das árvores e a conversa se prolongava.

Os homens procuravam as canchas de jogo. Os jovens circulavam ou tomavam o tablado de danças.

A recreação era geral, pois meninos e meninas se entretinham nos balanços apensos aos galhos.

Nunca faltava a banda de música ou um conjunto que tal.

Os divertimentos não eram muitos, mas a sociabilidade era profusa. Piracicaba elegante lá estava, alegrando o recanto beira-rio. Ali também se realizavam as festas beneficentes e populares. Surgiam as barracas quando a filantropia falava alto. As ricas toaletes da época, saía cobrindo os pés, o pescoço afogado, mangas velando o braço inteiro.

Os homens de terno, paletó e colete, colarinho duro e gravata. Podre de chique, como diria o Eça (JP, 16/12/1979, p. 2).

Elias Netto (2000) expõe que existiam outros espaços de lazer às margens do Rio Piracicaba, entre as quais destaca: as amoreiras após a Ponte Rebouças em direção ao Algodoal; as goiabeiras na Rua do Porto; a alameda de bambus na entrada do Engenho Central; o Mirante; e a Fazenda São João da Montanha - local utilizado para piqueniques. Além disso, os jovens aproveitavam as águas do rio para banho.

Outra área importante foi a destinada por Luiz de Queiroz para a formação de uma praça/bosque ao lado da tecelagem, a Praça Ermelinda Ottoni, conhecida como

Praça da Boyes (Largo da Fábrica).

Junto ao Engenho Central, na margem direta, foi construído o antigo Mirante do Salto, possivelmente na década de 1880, para usufruto da família do Barão de Rezende, que foi remodelado entre os anos de 1906 e 1907, por Carlos Zanotta. Posteriormente, o Barão de Rezende doou esta parcela de terra para Prefeitura de Piracicaba para que se tornasse de uso da população e visitantes, os quais a utilizaram, entre as décadas de 1910 e 1930, como o espaço para realização de piqueniques e caminhadas.

Na revista 'PIRACICABA: Município de Maior Progresso do Brasil', publicada pela Prefeitura Municipal, em 1959, o Salto e o antigo Mirante foram citados como local de passeio.

O SALTO é um dos mais belos recantos da 'Noiva da Colina'. Ponto obrigatório de visita para aqueles que vem conhecer a cidade. O rumorejar das águas dispensando sobre as pedras, o bucolismo da paisagem, tudo enfim contribui para fazer do 'Mirante' e do Santo locais de recreação e turismo. Infelizmente, até o momento, a natureza não recebeu muito auxílio da mão do homem, já que, a rigor, o único melho-

ramento do local é o 'Mirante', de construção antiquíssima. De qualquer forma, porém, vale a pena um passeio ao salto, localizado há 100 metros da ponte que une o centro da cidade ao populoso bairro de Vila Rezende (PMP, 1959).

A Revista Mirante, de julho de 1960, mencionou a demolição do antigo Mirante dizendo que:

Este mirante já pertence ao passado. Foi famoso, fez história, mas agora cedeu o seu lugar a outro mais moderno que virá. Assim é a vida... (MIRANTE, 1960).

Cachioni (2011) destaca que o motivo da demolição do tradicional Mirante foi o projeto do novo Parque do Mirante, de concepção moderna, projetado pelo engenheiro agrônomo Odilo Graner Mortatti, com vários níveis de passeios.

A inauguração ocorreu em 1º de agosto de 1962, aniversário de Piracicaba, mas ainda em fase de conclusão. Como relatado pelo Jornal de Piracicaba:

Foi feita a remodelação completa do belo e querido recanto à margem do Salto. As obras encontram-se em fase de conclusão. Centenas de metros quadrados de gradis e de concreto e muros de arrimo de pedra foram

construídos. Alamedas e caminhos pavimentados com lajes de concreto, avenida de acesso asfaltada, com as calçadas pavimentadas em mosaico português, fonte luminosa e pérgulas; recuperação completa do bosque, protegendo-o da erosão; ajardinamento e plantio de novas árvores; construção de arrojadas plataformas; mirante de concreto sobre o rio; moderno restaurante em balanço sobre a cachoeira; mais de 300 focos de luz mista de mercúrio, etc. num conjunto de extraordinária beleza, que desperta a admiração de todos os que visitam e que envaidece o piracicabano tão amante de seu lendário Salto. O logradouro foi ampliado com grande área de terreno, desapropriado do Engenho Central (JP, 01/08/1962. p. 01).

É possível pontuar que esta foi uma das ações que deu início ao processo de transformação dessa área enobrecida às margens do Rio Piracicaba. A construção do Hotel Beira Rio, em 1974, ainda demonstra algumas das intervenções em direção à especulação turística e imobiliária. No entanto, numa via de mão dupla, demais práticas começaram a ser realizadas, paulatinamente, em vistas à preservação cultural e ambiental de toda a área do bairro Rua do Porto.

A Rua do Porto no século XX: tentativas de (re)valorização, (re)utilização e (re)significação

João Chiarini (folclorista/memorialista piracicabano), na década de 1980, relatou no periódico 'A Província' suas impressões sobre o processo de mudança da Rua do Porto com a evolução da cidade:

Em 1931, foi derrubada a olaria, à esquerda da rua 15 de novembro. Em 1935, a alfândega caiu com o temporal. Ficava ao lado da falsa Casa do Povoador, na subida de sua lareira. Em 1937, o Clube de Regatas demoliu seu barracão, que era estaleiro para barcos. (...) Francisco Duarte Novaes (Chico Manduca) plantara e cuidara de uma muda que é, hoje, a enorme árvore do Largo dos Pescadores, agora Largo da Sombra! Ele a recebeu de Fúlvio Morganti e ali plantou-a há mais de 50 anos. (...) A casa de Maria Pituça, mãe de Esmeraldo Moreira, a de João Pica-Pau, a de Antonio Pense, a de João Negrinho, a olaria Pecorari, a olaria de Elias Cecílio, foram demolidas. (...) muitos pescadores tinham suas casinhas próprias, ou então alugavam-nas. (...) Nelas deixavam os trens de pesca. (...) A olaria do Nering é de 1908. Restou-lhe a chaminé, porque querem simbolizar a Rua do Porto. A olaria acima corresponde à primeira intromissão da indústria cultural. (...) A descaracterização da Rua do Porto começa em 1907 com a fundação do Clube de

Regatas, com a cerâmica Nehring, em 1908. (...) Em frente à olaria do Elias Cecílio, junto ao antigo campo do União Porto F. C., havia o último pouso dos irmãos do rio abaixo, uma palhoça, construída por José Viegas Muniz em 1862, que introduziu o Encontro das Bandeiras em nossa Festa do Divino (A PROVÍNCIA apud ELIAS NETTO, 2000, p. 317).



Área ribeirinha da Rua do Porto com casario e olarias. Início do século XX. (Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba).

Na década de 1970, a margem esquerda do Rio Piracicaba passou ser foco de intenções de requalificação com o objetivo de construção de um grande parque municipal. Para tanto,

[...] o Decreto 1552, de 25 de maio de 1973, declarou de utilidade pública a ampla área na várzea do rio Piracicaba,

para desapropriação amigável ou judicial, destinada à ampliação do logradouro, execução de planos de urbanização e construção de obras públicas e de saneamento. Este decreto foi fundamental para o regaste do convívio com o rio.

Os imóveis de utilidade pública para desapropriação envolveram todos aqueles com frente para a atual Rua do Porto, vários lotes e áreas de loteamento Chácara Nazareth (abrangendo a área onde foi edificado o Centro Cívico e lotes no entorno, hoje área do Parque da Rua do Porto, Área de Lazer do Trabalhador e sistema viário), bem como três quadras da Avenida Alidor Pecorari e Rua Moraes Barros (OTERO; SOUZA, 2011, p. 26-27).

Otero e Souza (2011) mencionam que em função da ampla área declarada de utilidade pública e em vistas ao intuito de desapropriação, algumas discussões ocorreram em 1974 sobre esse tema, sendo que pelos Decretos 1.906/74 e 1.927/75 esta área foi reduzida e por meio de outros Decretos houve também a exclusão de alguns bens da futura desapropriação.

No primeiro Plano Diretor (1974), o arquiteto Joaquim Guedes e equipe

propuseram a formação de um grande parque nesta área, mas o plano não foi transformado em lei. Em 1984, o projeto foi retomado pelo Centro Municipal de Planejamento (CEMUPLAN) que o revisou e preparou uma nova versão, a qual foi aprovada em 1985. Nesta proposta o enfoque foi dado aos melhoramentos ambientais e não somente à construção de um parque para finalidades de lazer.

No Plano Diretor de 1985 foram apresentadas as seguintes necessidades: preservação das margens do rio Piracicaba, incluindo a área do Engenho Central; promoção da urbanização do parque da Rua do Porto; controle da ocupação das margens do rio Piracicaba e outros mananciais evitando, assim, usos inadequados. Além disso, foi delimitada a Zona Institucional (ZIT), área que compreendia as margens do rio Piracicaba em seu trecho central entre as pontes do Mirante e do Morato; e previstas a implantação de um parque na região da Rua do Porto e de um parque público no Engenho Central (OTERO; SOUZA, 2011).

O Parque da Rua do Porto e a Área de Lazer do Trabalhador foram implantados entre as décadas de 1970 e 1980, tendo

sido resultado de um complexo campo de disputas entre os interesses públicos e privados. Isso porque, por exemplo, para esta área havia como proposta a construção de um kartódromo; projeto que colocaria em risco a preservação dos elementos naturais existentes como a lagoa (atualmente utilizada para atividades de canoagem, pedalinho, arvorismo e tirolesa).

Para Otero, Bologna e Almeida (2011, p. 87), foi neste complexo que teve início a reconquista da orla do rio e que a cidade de Piracicaba começou a “recobrar os espaços que o ‘progresso’ havia lhe tomado”.

Não podemos jamais saber qual seria a configuração dessa extensa orla se aquelas iniciativas de 1973 não houvessem ocorrido, se os esforços de longos 15 anos para implantação do parque tivessem sido em vão. Só podemos, para nosso próprio bem, especular que, muito provavelmente, os espaços públicos generosos e de alta qualidade que hoje temos nesse trecho se teriam amesquinhado grandemente. E a imagem que Piracicaba tem de si e que projeta para fora, igualmente, se amesquincharia (OTERO; BOLOGNA; ALMEIDA, 2011, p. 87).

A colocação dos autores é bastante pertinente se observada a forma como muitos dos parques e largos mencionados foram sendo eliminados em função dos interesses imobiliários e de uma perspectiva desenvolvimentista próprios das décadas de 1960 e 1970. Incontestavelmente, coloca-se em pauta uma área que há muito foi foco de desejos diversos e que, a cada época, teve direcionamentos próprios, muitos dos quais receberam o aval do poder público. Sem as lamentações e sentimentos nostálgicos que podem nos absorver em função desse movimento narrativo retrospectivo, é necessário colocar em destaque as permanências ou possíveis ações que permitirão a manutenção de certos referenciais da paisagem cultural para a construção de novas vivências.

É possível verificar que, em finais do século XIX e início do século XX, houve pouca atenção para o tratamento de algumas áreas às margens do rio, por exemplo, a área que compreende a atual Rua do Porto. Entretanto, concomitantemente, ações foram direcionadas para valorizar as áreas próximas ao Salto do Rio Piracicaba.

Tais ações em muito refletiram na construção da imagem pejorativa que foi atrelada à Rua do Porto e que, em diferentes momentos, retorna. Fator que destaca a necessidade do tratamento do conjunto, tendo como base as recentes noções de paisagem cultural.

É certo que cada parcela desse conjunto tem necessidades e características bastante particulares. Todavia, o rio Piracicaba ainda permanece como elemento que une as diferentes formas de relações com o espaço, pois foi - e ainda é - a partir dele e de seu entorno que, no final da década de 1970 e durante a década de 1980, iniciou-se um processo de conscientização sobre a necessidade de preservação dos bens naturais e culturais (materiais e imateriais) presentes nesta localidade.

Foi ainda nesse período que tiveram início os novos usos da Rua do Porto que, paulatinamente, deixou de ser essencialmente residencial para se transformar na tradicional rua dos bares e restaurantes; sendo que o primeiro empreendimento instalado foi o Restaurante 'Arapuca' (1969), onde havia sido olaria e armazém. Este prédio foi adquirido por Affonso Senifonte Pecorari e transmitido por

herança para o filho Alidor Pecorari que, posteriormente, doou para os seus filhos Nida, Paulo e Hélio Pecorari. Neste espaço,

Até os pintores comiam os lanches de Afonso Pecorari. Joaquim Dutra era um deles. E os pescadores e as velhinhas da rua do Porto, as costureiras, podiam ver Nhô Quim Dutra Pintando no balcão do armazém do Afonso - as telas pequenas retratando o rio - muitas vezes em troca de um lanche ou de uma boa talagada de pinga (ELIAS NETTO, 2000, p. 84).

Um dos principais elementos identitários da Rua do Porto, e também da cidade de Piracicaba, teve o início de sua produção em finais da década de 1960, quando foi instalada na Rua do Porto, 1825 (local do atual bar Canoas), a famosa fábrica de pamonha de Wasthy Rodrigues.

A produção da pamonha pela família Rodrigues teve início com Leopoldina (tia de Wasthy e Noemy), que era uma comerciante de diversos produtos e que, entre as décadas de 1940 e 1950, resolveu também comercializar pamonhas.

No entanto, foi com Wasthy que houve uma série de transformações na forma da produção. Por sua iniciativa, a tradicional

pamonha mineira - em formato quadrado, amarrada e feita com massa sem coar - passou a ser preparada em formato de gota, com a palha costurada e massa coada. A mudança da receita tradicional foi realizada no sentido de garantir a permanência da textura (mais macia), umidade e um sabor diferenciado; pois foi verificado que por meio deste procedimento o sabor da palha era melhor incorporado à pamonha na medida em que durante o cozimento não havia entrada de água pela palha.

Inicialmente, Wasthy começou a fabricar pamonhas em sua residência próxima ao atual Fórum, mudando-se para a Rua Moraes Barros, 1956, na década de 1950. Sua irmã Noemy ajudava-a esporadicamente e, depois, também montou seu próprio empreendimento; primeiro no Largo São Benedito, na Vila Vizioli, e, depois, em uma casa na Rua Rangel Pestana. Seu marido, Arlindo Fonseca foi quem inventou o maquinário para as fábricas de Wasthy e Noemy, tanto a máquina de descascar quanto a de coar.

No final da década de 1960, com o aumento da produção, Wasthy precisou mudar-se e, ao verificar que havia uma

casa à venda na Rua do Porto, resolveu adquiri-la. Essa escolha foi feita, pois tinha uma propriedade no Glebas Califórnia, onde produzia melaço fora da safra de milho; sendo assim, as duas propriedades ficavam próximas. Além disso, verificou a facilidade de descartar as palhas do milho naquele local, pois havia um carroceiro/criador de gado que passava pela Rua do Porto e poderia recolhê-las para alimentar seu rebanho; o que de fato ocorreu e, em troca, o Senhor Oziel passou a oferecer cerca de 5 litros de leite por dia.

O auge da produção e fornecimento da pamonha ocorreu, portanto, no período em que a fábrica esteve instalada às margens do rio Piracicaba; referência pouco mencionada nos estudos realizados até o momento. Entre o final da década de 1960 e durante a década de 1970 a pamonha começou, efetivamente, a ser reconhecida como produto piracicabano; não pela origem, mas pela qualidade e, posteriormente, pela gravação feita por Dirceu Bigelli, que começou a ser utilizada pelos vendedores internos e externos nos autofalantes de carros (TL Volkswagen) e Kombis.

Pamonhas, pamonhas, pamonhas!
Pamonhas de Piracicaba
É o puro creme do milho verde
Venham experimentar estas delícias
Pamonhas quentinhas, pamonhas
caseiras, pamonhas de Piracicaba
Temos curau e pamonha
Vamos chegando, vamos levando
É a deliciosa pamonha de Piracicaba
Pamonhas fresquinhas, pamonhas
caseiras
Pamonhas de Piracicaba
Pamonhas, pamonhas, pamonhas!

Antes dessa gravação, os vendedores que saíam a pé com suas cestas anunciavam seu produto da seguinte maneira: “Olha a pamonha boa! O pamonheiro”.

Desde o final da década de 1960, as pamonhas saíam, então, da Rua do Porto para serem vendidas, seja por carroça, carro (TL Volkswagen), Kombi, pessoas a pé; tanto em Piracicaba quanto em diferentes regiões do Estado de São Paulo, Paraná, Salvador, etc. Na década de 1970, chegavam a ser produzida cerca de 7.000 pamonhas, sendo que os vendedores motorizados vendiam até 1.500 unidades por dia.

Apesar do dinheiro ganho, a produtora

manteve seu estilo de vida simples, muito apropriado à localidade onde estava instalado seu empreendimento. Wasthy utilizava o imóvel para as atividades da fábrica, mas também como residência, ficando no local durante o período da produção, que ocorria na safra do milho, entre fevereiro e junho. Após o seu falecimento em 1983, a família não conseguiu manter a qualidade das pamonhas, a demanda diminuiu e as máquinas foram vendidas ou doadas.



Pamonhas de Piracicaba (Fonte: <http://www.centroruraltanquinho.org/>).

Sobre algumas das ações direcionadas para a margem direita, podemos nos referir também ao Programa de Embelezamento de Piracicaba (PEP), vinculado à Secretaria de Defesa do Meio

Ambiente (SEDEMA), subvencionado pela administração municipal e liderado pela primeira dama Maria Cláudia Ranzani Herrmann que, do mesmo modo, esteve direcionado ao tratamento da área da Rua do Porto, propondo a reforma da parte da vegetação ribeirinha e outras intervenções (JORNAL DE PIRACICABA, 21/03/1980).

Em setembro de 1978, ao lado direito da entrada principal do Parque do Mirante, foi entregue o mural de mosaico, com 36m de comprimento e 4m de largura de autoria da artista plástica piracicabana Clemência Pecorari Pizigatti, que foi auxiliada por estudantes de Artes Plásticas da UNIMEP, PUC Campinas e E. E. 'Mello Moraes'. Construído com 52 tipos de pedras (vindas também de Goiás e Minas Gerais) sobre fundo monolítico, o Mural do Mirante simboliza, no seu lado esquerdo: Piracicaba antiga com o Capitão Antonio Corrêa Barbosa, a Casa do Povoador e um Batalhão da Guerra do Paraguai. No centro está caracterizada a 'Noiva da Colina' com o Rio Piracicaba, e o lado direito simboliza a cidade moderna com signos da indústria canavieira, comércio e a lavoura. A figura da cana-de-

açúcar está presente em todo o mural (KANNI, 2002 apud CACHIONI, 2011).

Durante a década de 1980, este Parque deixou de ser um ponto atrativo e começou a ser considerado um lugar perigoso devido à má conservação e por ter se tornado esconderijo para sem-teto, desocupados e usuários de drogas. O gradil instalado com o objetivo de reforçar a segurança acabou por agravar a situação (CACHIONI, 2011).



Painel de Mosaico da História de Piracicaba (Fonte: Arquivo IPPLAP).

Em contraposição, a abertura do Parque do Engenho Central, em 1989, passou a atrair a população interessada no lazer às

margens do Rio Piracicaba, substituindo o Parque do Mirante, mas, de certa forma, mantendo a área da margem direita como local de passeio e lazer para moradores e turistas. No mesmo ano, o Complexo do Engenho Central foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba - Codepac.

Pelo exposto até o momento é possível verificar duas formas de usos e apropriação do espaço ribeirinho, nas margens esquerda e direita do Rio Piracicaba. Constata-se através destes usos a configuração tanto das paisagens culturais quanto das relações diferenciadas que alguns grupos tiveram neste espaço, as quais foram construídas e motivadas pelo interesse de estar às margens do rio ou utilizar-se de suas potencialidades: força motriz, visão privilegiada, etc.

O Projeto Beira-Rio: a realidade do século XXI e a tentativa de (re)construção de vínculos

O Projeto Beira-Rio, empreendido na década de 2000, foi estruturado a partir de dois fundamentos:

a transversalidade programática e conceitual e a consideração pela identidade local manifesta pelo rio e pelos espaços ambientais e culturais a ele associados (LEME; ROLIM; MARTINI, 2011).

O trabalho 'A cara de Piracicaba' (STEFANI, 2001), considerado um Diagnóstico Participativo, foi a base para as definições e encaminhamentos do Plano de Ação Estruturador (PAE) do Projeto Beira Rio. O PAE definiu, entre tantas questões, alguns níveis de interesse e escalas para intervenção na área, sendo as de relevância para o nosso estudo: urbana (faixas marginais do rio); setorial (Beira-Rio Central - entre as pontes do Mirante e Morato e Lar dos Velhinhos - entre a ponte Morato e do Mirante); pontual (Rua do Porto - que deu origem ao projeto e à base de requalificação).

As intervenções realizadas na Rua do Porto e na Avenida Beira Rio (até o Largo dos Pescadores) tiveram como pressupostos: a prevalência de pedestres no espaço urbano; o elemento cultural; a manuten-

ção dos usos consolidados; a recuperação e preservação de recursos e patrimônios (naturais e construídos); a reaproximação da cidade com o rio. Dentre as ações propostas sugeridas estavam: a melhor definição da relação entre o calçadão da Rua do Porto e o Parque da Rua do Porto; a melhoria da acessibilidade de pedestres; a reforma, criação ou ampliação de estruturas de apoio (sanitários, vestiários, área de lazer, equipamentos urbanos, etc.); a ampliação de vagas de estacionamento; a substituição e melhora de sistemas de drenagem e iluminação; a elaboração e implementação de projeto de paisagismo; a recuperação das margens com vegetação nativa (LEME; ROLIM; MARTINI, 2011).

Para a área do Largo dos Pescadores as intervenções foram voltadas ao tratamento do sistema viário. Com o recuo da antiga pista da Avenida Beira Rio, a Casa do Povoador ganhou maior visibilidade e o Largo recuperou o espaço perdido para o sistema viário.

Na concepção de Mello (2011), o Projeto Beira-Rio foi uma das raras experiências brasileiras que teve como base um enfoque integrado, devendo ser tomado como

referência de requalificação dos frontais aquáticos como elementos de valorização da paisagem urbana e integração entre a cidade e a natureza.

A primeira etapa previu, portanto, a requalificação da Rua do Porto com, aproximadamente, 800 metros lineares. Dentre as ações citamos: a implantação de trilha permeável para pedestre na margem; o novo desenho e pavimento do calçadão; a construção de novos deques em madeira reflorestada e tanalizada; a recomposição da vegetação ciliar a partir de estudo desenvolvido pelo Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da ESALQ-USP (LERF/Esalq-USP); a restauração das três chaminés remanescentes das antigas olarias; a construção de dois blocos de sanitários públicos; a construção de arquibancada de madeira e de vestiários para o campo de futebol, que passa a ter também dimensões oficiais; as melhorias na infraestrutura de drenagem de águas pluviais; as novas iluminações pública e ornamental; a regularização e definição de vagas de estacionamento em nova área com piso permeável em brita e plantio modulado de árvores.



Proposta para a margem do rio (Crédito: Fran Cavallari).

Na segunda etapa, entre o trecho da avenida Beira Rio entre a rua São José e o Calçadão da Rua do Porto, houve como proposta garantir: a prevalência do pedestre no espaço urbano; o tratamento da margem como espaço público acessível; a potencialização dos usos consolidados; a recuperação e preservação do patrimônio natural e construído; a ampliação e melhoria dos passeios públicos; a eliminação das muretas que cerceavam o acesso à margem do rio; a construção de guias rebaixadas, facilitando a acessibilidade; a tradução destes conceitos a remodelação do Largo dos Pescadores, palco fundamental da história e das manifestações folclóricas, festivas e religiosas de Piracicaba, que ganhou espaço ampliado e novo piso, através de passagens em nível para as calçadas

opostas e a remodelação da rampa de barcos.

Para a terceira etapa foram realizadas as seguintes ações para o trecho da Avenida Beira Rio, entre a Casa do Povoador e a Ponte do Mirante: transformação da Avenida Beira Rio em via de mão única de direção - com trânsito sentido Ponte do Mirante-Morato -, permitindo o alargamento das calçadas; intervenção paisagística com plantio de espécies nativas; demolição do muro de arrimo e a retirada do aterro que encobrem a Casa do Povoador, permitindo a execução de um largo em frente a esse local.



Proposta para entorno da Casa do Povoador (Crédito: Fran Cavallari).

Sobre a preservação do conjunto vernacular da Rua do Porto, o arquiteto Fábio Rolim sugeriu, durante o desenvolvimen-

to do Projeto Beira-Rio, que fosse utilizado como uma das referências o levantamento do casario realizado, em 1982, pelo arquiteto e urbanista Eideval Bolagno. A parecer mostrada neste levantamento apresenta que o plano tenha como referência a experiência do 'Corredor Cultural' do antigo Instituto de Planejamento da Prefeitura do Rio de Janeiro (Iplan); um trabalho que abrangeu mais de mil imóveis em muitas quadras e em diferentes condições de preservação (apud PIRACICABA, 2003).

Para Rolim, a partir desse referencial poderia ser estabelecido um gabarito, com detalhamento de esquadrias padrão e estudos de cores para as fachadas e um padrão para placas e propagandas nos imóveis comerciais. Sugeriu ainda que a produção apresente um caderno prático de exemplos, com textos explicativos, fotografias e perspectivas ilustrativas, além de pranchas de levantamentos e de projetos. Em vistas a viabilização de ações, o autor mencionou o Projeto 'Oficina Escola', desenvolvido em Santana de Parnaíba; que treina crianças de rua para se tornarem artífices de restauro e conservação e tem recursos do Programa

Monumenta.



Proposta para a margem do rio (Crédito: Fran Cavallari).

Como mencionou,

Este tipo de abordagem em interfaces de uma mesma questão é bastante cara ao Projeto Beira Rio. Como foi explicitado no início deste caderno, o Projeto tem um ineditismo na história dos projetos urbanos em Piracicaba que é conferido por sua interdisciplinaridade e por sua visão sistêmica dos problemas urbanos. Esta visão é a responsável pela busca de uma sustentabilidade econômica e ambiental (como tão bem expressa o Plano de Ação Estruturador), na qual o turismo comparece como uma de suas principais forças motrizes. Turismo este, que, por sua vez, é reforçado à medida que a identidade e a cultura de Piracicaba são preservadas vivas na água do rio e no cotidiano de sua margem (apud PIRACICABA, 2003, p. 85-86).

O parecer elaborado pelo arquiteto Carlos Alberto Cerqueira Lemos sobre a Rua do Porto, também visou apresentar propostas para o conjunto vernacular por meio de um projeto, cujo objetivo era o de oferecer uma paisagem disciplinada a partir ambientação resultante da ocupação das margens ribeirinhas.

Segundo Lemos (2003), naquela localidade estavam presentes soluções populares - de caráter espontâneo e que deveriam ser mantidas - e intervenções ou obras ocorridas dada a possibilidade de uso da força motriz hidráulica, graças a canalizações paralelas ao curso d'água (Engenho Central e do complexo Industrial Boyes). Algumas sugestões do arquiteto foram relacionadas à Ponte dos Irmãos Rebouças, Mirante, complexo Boyes, Casa do Povoador, Rua do Porto, Campo de Futebol, como definidas a seguir:

1 - A ponte dos Irmãos Rebouças. Ela deve permanecer como está em seu aspecto estrutural, não sendo aconselhável qualquer intervenção que eleve o seu perfil em relação ao horizonte, pois disso resultaria um indesejável comprometimento das visuais. Aliás, o certo seria escondê-la integrando-a na paisagem com o plantio de arvoredo

nas ilhas adjacentes.

2 - A questão do chamado 'mirante'. (...) Construções sucessivas e desordenadas transformaram a ideia original de um belvedere acessível a um restaurante numa construção sem gosto, tumultuada e desconfortável (...). (...) para o bem das gerações futuras (diga-se turismo planejado ao longo do rio) aquelas edificações espúrias sejam demolidas para o ensejo de um concurso de arquitetura destinado a dar a Piracicaba uma instalação bela e inteligente da qual a cidade possa se orgulhar, contentando e satisfazendo a todos e não só àqueles que hoje ali aportam unicamente para comer peixe grelhado chegado de Mato Grosso.

3 - O complexo industrial Boyes. Todo aquele quarteirão onde, além da velha indústria de tecidos, também comparecem as instalações da Sema, a longo prazo, sem dúvida, merece planejamento supondo não só mudanças de programas como também a demolição de adendos faltos de interesse arquitetônico, que estão a prejudicar o conjunto histórico. Certamente um expurgo de obras desinteressantes irá beneficiar sobremaneira a ambientação das velhas instalações perfeitamente conversíveis em estabelecimentos educacionais de múltipla variedade, por exemplo. A partir de agora, as áreas livres da fábrica deveriam ser taxadas

de 'não edificáveis' e ser reflorestadas ou ajardinadas para o uso público.

4 - A Casa do Povoador. Esse monumento histórico foi danosamente ofendido em sua ambientação pela pista asfaltada beira-rio instalada em cota bastante elevada em relação ao nível original do terreno. Urge o desvio desse logradouro com o uso de área disponível em terreno baldio na frente daquele sítio histórico.

5 - Os cinco quarteirões que têm como centro de interesse a chamada 'praça dos pescadores' deverão receber especial atenção quanto ao gabarito das edificações, tendo-se em vista, inclusive, o alinhamento da rua paralela de trás. Ali qualquer obra em altura, mais de dois pavimentos seria desaconselhável.

6 - Casario da Rua do Porto. Esse simpático conjunto de antigas e modestas residências, hoje transformado praticamente num 'centro gastronômico', merece permanente vigilância do poder municipal para que não se desvirtue a ambientação tradicional de forte cunho popular e também pitoresco vindo dos velhos tempos em que no rio estava o ganha-pão dos pescadores humildes da cidade. Daí, também, o extremo cuidado a se ter no projeto das instalações sobre a borda do rio ao longo do imaginado calçadão.

7 - O campo de futebol da tradicional

agremiação dos antigos empregados das olarias da vizinhança exige área envoltória livre de modo que se possa, a qualquer momento, ali se levantar uma arquibancada, complemento indispensável à aquela área esportiva (apud PIRACICABA, 2003, p. 89-90).



Situação atual do Largo dos Pescadores (Crédito: Justino Lucente).

As intervenções pensadas para o Engenho Central também merecem algumas considerações. Na década de 1980, Oscar Niemeyer apresentou como proposta a demolição de praticamente todos os edifícios existentes, preservando-se apenas os antigos edifícios da refinaria e da fábrica (7A e 7B, bem como a antiga sede administrativa). Para a ocupação do espaço, o projeto sugeria a construção de um conjunto de novos edifícios projeta-

dos por Niemeyer para sede dos diversos órgãos da administração municipal. A intervenção ainda propunha a construção de uma nova ponte aproximadamente à altura do Largo dos Pescadores, conectando as duas margens; próxima ao local da passarela concluída em 2013.

Em 1990, o escritório Battagliesi & Carvalho Arquitetos Associados elaborou o 'Programa Básico de Ocupação e Uso do Engenho Central', que previa a conversão do espaço com a implantação de equipamentos recreativos, culturais e de lazer. Já, em 1994, o arquiteto Carlos Bratke apresentou um estudo arquitetônico denominado 'Projeto Engenho de Piracicaba', voltada ao aproveitamento das estruturas existentes e à implantação de novos edifícios nas áreas desocupadas. A proposta visava constituir um novo centro comercial e empresarial nessa área. Em 2002, foram realizados alguns estudos visando a implantação de um Museu de Ciência e Tecnologia.

Em 2003, data da criação do Ipplap, as atividades direcionadas ao Parque do Engenho Central passaram a ser coordenadas/desenvolvidas por esta autarquia.

Nessa realidade, foi elaborado, em 2004, o 'Anteprojeto de Arquitetura e Plano de Uso e Ocupação do Complexo Engenho Central e Parque do Mirante' pelo escritório Brasil Arquitetura, que propôs: a constituição de um complexo de cultura e lazer, ancorado em alguns pontos: Museu de Ciência e Tecnologia; requalificação de um dos edifícios (14A) para a instalação da administração do parque; conversão dos principais edifícios (7A, 7B e 5) no Museu de Ciência e Tecnologia, bem como dos edifícios 9 e 10, que se transformariam no Museu do Papel e Artes Gráficas; implantação de infraestrutura destinada à manutenção dos grandes eventos, cuja presença estava consolidada (Salão Internacional do Humor, Paixão de Cristo, Festa das Nações e Simpósio Internacional e Mostra de Tecnologia e Energia Canavieira (Simtec).

No ano de 2006, o arquiteto Paulo Mendes da Rocha e o escritório Piratininga Arquitetos Associados propuseram: a implantação de uma vasta infraestrutura e equipamentos com caráter regional; duas novas passarelas de pedestres conectariam as duas margens; novo Restaurante do Mirante; Grande

Teatro (edifícios 05/07); Administração (edifício 14A); Exposições (edifícios 09/10, 14, 14B, 15), Restaurante da Esplanada (edifício 17); Hotel (edifício novo); Centro de Convenções (edifícios 14B e 14C) e Grande Pavilhão de Exposições (também em nova edificação).

Além dessas edificações, a proposta previa uma completa urbanização do Engenho, por meio da execução de infraestrutura subterrânea e piso adequado à condição de área de preservação permanente.



Projeto do Teatro Municipal Erotides de Campos
(Crédito: Vitória Telles Correr).

Outras obras foram iniciadas, em 2007, com a reforma do Edifício 14 para melhor

sediar o Salão Internacional do Humor, e, em 2008, foram iniciadas as obras para a urbanização do Engenho Central, com a execução das redes subterrâneas de infraestrutura, bem como do novo pavimento de blocos intertravados de concreto, de modo a garantir alguma permeabilidade ao solo. O Teatro Erotides de Campos, com projeto da Brasil Arquitetura, foi concluído em 2012 e está previsto o início das obras direcionadas à criação do Museu da Cana-de-Açúcar em 2014, com projeto do arquiteto Pedro Mendes da Rocha.

A paisagem e o patrimônio cultural como instrumentos estratégicos

Tudo o que há na paisagem faz parte de um sistema interrelacionado que compõe o tecido de nossa existência. Para entender a paisagem e sua influência, é necessário aprender a olhar para todos os aspectos do contexto, para pensar e agir holisticamente. É comum se referir ao ambiente externo ou urbano como um tecido ou uma malha, e essa metáfora nasceu da ideia de que se algum elemento na paisagem é alterado, todo o resto também é afetado - da mesma forma que puxar um único fio pode desfilar um cachecol. No entanto, às vezes, um pequeno puxão em um único fio é tudo o que é preciso para reforçar e terminar uma malha (WATERMAN, 2010. p.52).

A preservação do patrimônio é uma das características que distinguem o grau de evolução dos povos, pois quando uma comunidade reconhece seu valor social significa que a importância em preservar sua cultura torna-se elemento fundamental para o desenvolvimento da cidadania.

O patrimônio entendido como documento da história de um povo, quer seja por sua paisagem cultural ou simplesmente pelo edifício isolado, é identificado atualmente como ferramenta fundamental para um planejamento territorial-

ambiental sustentável e ainda para ações de educação patrimonial.

O patrimônio cultural é importante para a sustentabilidade urbana, pois reabilita, requalifica e recupera tecidos urbanos degradados e subutilizados, proporcionando novos e variados usos para regiões dotadas de completa infraestrutura - em sua maioria são áreas majoritariamente centrais - e contribuem para evitar o esvaziamento acelerado do tecido urbanizado, o qual requer extensões de redes estruturadas para a sua existência.

É importante para o planejamento urbano que, estrategicamente pode aproveitar esse potencial, direcionando o desenvolvimento territorial-ambiental e a provisão de infraestrutura e equipamentos para atividades turísticas e de lazer, que requerem apoio preponderante do comércio, criando mais oportunidades de alavancar as economias locais.

O planejamento de ações de educação patrimonial propicia a discussão e o conhecimento de uma sociedade e de sua história, fomentando o reconhecimento de suas raízes, fazendo com que o indivíduo se aproprie de seu território, de seu

espaço, da paisagem da cidade, e consequentemente passe a defendê-la e produzi-la consciente e coletivamente.

Quando se estabelecem as conexões entre personagens, edifícios e bairros com lugares da cidade, o indivíduo revivencia a sua história e se sente personagem vivo na dinâmica que se segue.

Atualmente são inúmeras as instituições que tem foco nas questões ambientais e patrimoniais, sendo que alguns países já conseguiram formular instrumentos de proteção para suas paisagens culturais.

Segundo Sabatè Bel (2008) um bom exemplo é a cidade de Lowell, em Massachusetts, nos EUA. Antiga cidade industrial têxtil, Lowell passou por uma grande transformação a partir de 1978, quando foi instituído o Parque Histórico Nacional de Lowell, tendo sido reabilitados mais de 250 edifícios históricos, por meio da requalificação dos antigos edifícios industriais em residências, comércios e museus especializados, além de um centro turístico. Atualmente, a cidade se configura como um museu vivo e dinâmico da industrialização americana e não mais uma cidade fantasma!

No caso brasileiro, as propostas de planos diretores consideram a preservação, requalificação e manutenção de suas paisagens e patrimônios culturais têm sido fundamentais para a gestão e planejamento urbano-ambiental de seu território, pois procuram fomentar cada vez mais a consciência sobre as 'cidades sustentáveis'.

A preservação de regiões históricas degradadas e de paisagens culturais em núcleos urbanizados é importante para o reconhecimento do território por suas comunidades. Este reconhecimento passa a integrar ações de conservação e recuperação de imóveis histórico-culturais, garantindo a salvaguarda do patrimônio e a requalificação de áreas descaracterizadas. A utilização de instrumentos urbanísticos introduzidos pelos planos diretores incentiva a requalificação de espaços subutilizados, de forma que a economia local passa a ser revalorizada, por novos usos de lazer, cultura, gastronomia, shows e esportes, garantindo a ocupação dos espaços pela população.

Neste sentido Jacobs (2011) apresenta a importância da 'diversidade de usos e funções' para gerar uma 'diversidade

urbana' que garanta a sobrevivência das cidades, gerando áreas com usos diurnos e usos noturnos, que facilitam as condições humanas de moradia, trabalho e lazer. Para a autora são quatro as 'condições indispensáveis para gerar uma diversidade exuberante' nas cidades:

1. O distrito, e sem dúvida o maior número possível de segmentos que o compõe, deve atender a mais de uma função principal; de preferência, a mais de duas. Estas devem garantir a presença de pessoas que saiam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por motivos diferentes, mas sejam capazes de utilizar boa parte da infraestrutura.
2. A maioria das quadras deve ser curta, ou seja, as ruas e as oportunidades de virar esquinas devem ser frequentes.
3. O distrito deve ter uma boa combinação de edifícios com idades e estados de conservação variados, e incluir boa porcentagem de prédios antigos, de modo a gerar rendimento econômico variado. Essa mistura deve ser bem compacta.
4. Deve haver densidade suficientemente alta de pessoas, sejam quais forem seus propósitos. Isso inclui alta concentração de pessoas cujo propósito é morar lá (JACOBS, 2011).

Assim faz-se necessário compreender que a importância da preservação de edifícios históricos não se dá apenas pela preservação da conservação da memória de uma sociedade, mas ela é de extremo valor para a saúde das cidades.

Ainda segundo Jacobs (2011),

(...) as cidades precisam tanto de prédios antigos, que talvez seja impossível obter ruas e distritos vivos sem eles. Ao falar em prédios antigos, refiro-me não aos edifícios que sejam peças de museus, nem aos prédios antigos que passaram por reformas excelentes e dispendiosas - embora esses sejam ótimos ingredientes -, mas a uma boa porção de prédios antigos simples, comuns, de baixo valor, incluindo alguns prédios antigos deteriorados (JACOBS, 2011, p. 207).

Jacobs afirma que se um bairro possuir apenas prédios novos, as pessoas que quiserem ali se instalar deverão arcar com os custos dos novos edifícios. Para amortizar o investimento realizado nos novos edifícios, o proprietário deverá compensar com altos aluguéis e despesas fixas mais altas se comparado com as de prédios antigos. Somente as empresas muito lucrativas e bem subsidiadas conseguem

manter os altos custos fixos das novas construções, como as redes de lojas, de restaurantes e bancos. Os pequenos estabelecimentos, como bares de bairro, restaurantes típicos, instalam-se em prédios mais antigos.

Para Jacobs (2011),

Supermercados e lojas de calçados geralmente se instalam em prédios novos; boas livrarias e antiquários raramente o fazem. Teatros líricos e museus de arte subvencionados instalam-se em prédios novos. Mas os fomentadores informais das artes - estúdios, galerias, lojas de instrumentos musicais e de material artístico, salas dos fundos onde os negócios de fundo de quintal, de baixo rendimento, permitem travar uma conversa prolongada -, esses se instalam em prédios antigos. Talvez ainda mais significativo, centenas de empresas comuns, necessárias para a segurança e a vida nas ruas e nos bairros e reconhecidas por sua utilidade e pela qualidade do pessoal, conseguem sair-se muito bem em prédios antigos, mas são inexoravelmente aniquiladas pelos altos custos fixos das construções novas (JACOBS, 2011, p. 207).

As empresas que conseguem financiar os

novos empreendimentos na cidade, precisam de construções antigas na vizinhança, para não ser um ambiente único e limitado. É necessário haver uma diversidade de funções para que os novos empreendimentos tornem-se movimentados, interessantes e úteis, devendo ser atrativos e lucrativos. O aparecimento da diversidade em qualquer ponto da cidade possibilita a mistura de empresas de altos, médios e baixos rendimentos, fomentando a perfeita utilização dos espaços na cidade, ganhando novos usuários e proporcionando uma nova gestão econômica sobre a região.

Nem tudo o que é antigo se deteriora. Uma área urbana antiga, não fracassa por ser velha, mas sim tornasse 'velha' por estar fracassada. Portanto, quanto mais dinâmico e diversificado forem os usos nos imóveis relacionados na região do Sítio Histórico Urbano - SHU Rua do Porto, mais atrativos terá a área e melhor utilizados serão os edifícios antigos.

Neste sentido pode-se dizer que nas áreas sub-utilizadas atualmente, quer seja pelos imóveis sem construção, quer seja por aqueles abandonados e descaracterizados, já estão delimitados onde serão os

novos empreendimentos. O restante do tecido urbano, antigo e diversificado, os imóveis históricos formados pelas "pequenas casas geminadas, ocupadas tanto por pescadores que tiravam o sustento das águas do rio quanto por funcionários das olarias" (IPPLAP, 2011, p. 72), devem permanecer os prédios antigos e toda a paisagem cultural desta região tão importante para a permanência da memória da cidade. A memória como ponto de referência urbana e histórica de uma população que ainda consegue manter suas peculiaridades nas diversas funções que este ponto da cidade exerce sobre as demais áreas culturais do município.

O passar dos anos propicia uma mistura constante de edifícios de várias idades e de vários tipos, pois afinal, a cidade é formada por dinâmicos processos de urbanização que a faz ser tão 'diversificada'. O efeito do 'tempo' sobre as paisagens contribui para o reconhecimento da área, que foi sendo transformada durante décadas, por inúmeras gerações.

Preservar a diferença e a diversidade é pensar no futuro e garantir que cenários

característicos de uma cultura tão específica como a do piracicabano possa ser mantida para a salvaguarda de seus referenciais. A paisagem cultural desta região é única e deve ser mantida para as gerações futuras.



Paisagem do Salto (Crédito: Marília Vasconcellos).

Pensar que o desenvolvimento é necessário e que os novos empreendimentos devam ser melhor acolhidos, pela melhoria urbana das cidades, pelas gerações de empregos, tudo isto conta. Mas deve-se pensar em manter a pequena mercearia, o bar da esquina, a cabeleireira do bairro. E estes geralmente irão ocupar os edifícios mais antigos, mas que não quer dizer que devam ser obsoletos e em prédios descaracterizados... podem também estar bem

localizados em edifícios antigos e bem conservados, afinal esta é a dinâmica das cidades. Os edifícios novos e os velhos imóveis devem permanecer em seus lotes historicamente delimitados, pois o tecido urbano de nossas cidades é vivo e dinâmico, quer seja pelo recém-chegado (novos edifícios) ou por aqueles anciãos que ainda permanecem. Nossa cultura deve ser tolerante o suficiente para entender que é possível aprender sempre com os 'mais velhos', sua forma de ocupação no lote, seus recuos e aproveitamento da área, seus jardins, sua bela arquitetura, ou modesta construção. Construções antigas são, em geral, mais bem construídas que as novas. A qualidade arquitetônica dos prédios antigos, embora muitas vezes modestos, são em sua maioria melhores dos que construídos hoje em dia. Muito da arquitetura contemporânea não vale nada.

O comércio de rua adequado é aquele onde as diversidades de usos e as idades das construções se misturam. Isto gera uma economia dinâmica e saudável para os usuários e para a paisagem das cidades, pois as diferentes ocupações dos imóveis proporcionam uma dinâmica no convívio

e na vida de seus moradores.

O planejamento adequado de nossas cidades pode transformar áreas degradadas em áreas de sucesso financeiro por intermédio de boas políticas e dos adequados zoneamentos que direcionarão a utilização e o crescimento das cidades. Segundo Jacobs (2011, p. 213), "nos distritos de sucesso, os prédios antigos estão na crista da onda".

Assim como Jacobs (2011, p. 214),

o que nós queremos, e muitos outros querem, são construções antigas, num bairro cheio de vida, que alguns de nós podem tornar ainda mais cheio de vida.

Para a dinâmica das cidades é fundamental quando nesta diversidade de usos incluem-se as residências. Há vantagens e desvantagens na construção de novas residências nas cidades. Uma das desvantagens dá-se pelo valor crescente das novas construções, ou pela diminuição cada vez maior dos espaços. Por que então não se incentivar a moradia em antigas construções? São espaços maiores, com melhores qualidades urbanísticas e arquitetônicas em sua grande maioria. As edificações antigas são melhores

localizadas; estão, em sua maioria, dotadas de boa infraestrutura, dentro de um tecido urbano já consolidado. Quem prefere ter uma agradável cozinha e uma bem ventilada sala de estar, à um conjugado de quarto-sala-banheiro com uma copa onde mal cabe uma geladeira?

As combinações de prédios antigos, e as consequentes combinações de custos de vida e de gostos, são essenciais para obter diversidade e estabilidade nas áreas residenciais, assim como a diversidade de empresas (Ibidem, 2011, p. 214).

E Jacobs ainda nos ensina,

Uma das coisas mais admiráveis e agradáveis que podem ser vistas ao longo das calçadas das grandes cidades são as engenhosas adaptações de velhos espaços para novos usos. A sala de estar do casarão que se transforma em sala de exposição do artesanato, o estábulo que se transforma em casa, o porão que se transforma em associação de imigrantes, a garagem ou cervejaria que se transforma em teatro, o salão de beleza que se transforma em primeiro andar de um duplex, o armazém que se transforma em fábrica de comida chinesa, a escola de dança que se transforma em gráfica, a sapataria que

se transforma em igreja com vidraças pintadas com esmero (os vitrais dos pobres), o açougue que se transforma em restaurante - são desse tipo as pequenas transformações que estão sempre ocorrendo nos distritos em que há vitalidade e que atendem às necessidades humanas (JACOBS, 2011, p. 214).

E ainda,

Essas transformações e conversões incessantes em prédios urbanos antigos só com muito esforço podem ser chamadas de paliativas. É mais como se uma matéria-prima tivesse sido encontrada no lugar certo. Ganhou um uso que de outra maneira nem teria surgido (JACOBS, 2011, p. 216).

As formas de protecionismo devem existir para a garantia da conservação de uma cultura, mas não devem ser impeditivas para o desenvolvimento natural das cidades. Elas devem direcionar os diferentes usos por meio de critérios específicos que garantam a sobrevivência dos espaços e a dinâmica da economia local, desde que respeitadas a história das comunidades e de sua cultura. A preservação deve ocorrer sempre para a salvaguarda dos rituais, das referências e das memórias, pois os antigos imóveis são parte fundamental do

reconhecimento pela comunidade de sua própria identidade. A memória coletiva dá-se pela permanência de suas referências no tecido urbano das cidades.

As cidades precisam que a mescla entre prédios antigos e novos coexistam, para cultivar a mistura de diversidades, pois será por meio delas que o rendimento pelos prédios poderá aumentar, fomentando o crescimento da economia. Para que este desenvolvimento aconteça é necessário que as combinações entre as diversas formas de exploração (residencial, comercial ou social) sejam bem elaboradas, pois irá requerer tanto dos prédios antigos, quanto dos novos empreendimentos. O que irá contar no final é quanto atrativa e viva tornou-se a área para que as vantagens econômicas possam ocorrer. A combinação entre moradia e trabalho é demasiadamente saudável para as cidades. Isto tudo faz parte da dinâmica do tecido urbano e se configura no contexto da paisagem cultural.

Para Waterman,

o caráter da paisagem é determinado pela fusão de múltiplas influências. Elementos sociais, culturais, econômicos e históricos são expressos em uma

linguagem espacial que se baseia na topografia, na vegetação, nos materiais disponíveis e no clima do local. Os arquitetos têm como ler todas essas variáveis da escala urbana e tomar decisões de projeto que estejam em harmonia com a maneira pela qual as pessoas têm vivido naquele local há gerações. A compreensão do caráter da paisagem é essencial para configurar lugares e é a própria essência da arquitetura (WATERMAN, 2010, p. 81).

É difícil falar na paisagem, sem pensar na imagem que ela causa nas pessoas. Para Corner “a paisagem e a imagem são inseparáveis”. Ela envolve todos os sentidos e é composta por uma diversidade de elementos. Waterman diz que,

A vista da paisagem é mais do que um simples quadro bonito. As vistas na paisagem são dinâmicas, instáveis, e ajudam a nos orientar e nos informar sobre o tipo de espaço em que vivemos e de que forma ele será usado.

E ainda que, “As edificações em um meio urbano desempenham um papel especialmente importante no enquadramento e direcionamento de vistas” (CORNER apud WATERMAN, 2010, p.92).

Estas vistas da paisagem são fundamentais que sejam preservadas! São elas que direcionam o olhar, que servem de ponto de referência, e que são os elementos principais para o enquadramento do sítio histórico. O SHU Rua do Porto deve ser compreendido como um 'eixo norteador', uma 'espinha dorsal', desta área da cidade. Este 'eixo norteador' é responsável pelo reconhecimento da população pela sua formação histórica. É onde estão as histórias dos pescadores, a história das famílias, o desenvolvimento do comércio vernacular, o crescimento das indústrias, a crença popular, enfim é onde ocorreram grandes histórias da vida do piracicabano. O eixo do SHU Rua do Porto possui uma característica poderosa, essencial e unificadora da paisagem à qual todo o seu entorno passa a ser coadjuvante. Mas, para que ocorra, é necessário que as relações subservientes aconteçam para que se complemente a dinâmica dos espaços.

Os espaços compreendidos pela dinâmica física de sua composição não podem ser vistos como meras coleções de formas. Waterman cita que,

A cultura, que se expressa no lugar, e que por sua vez é expressa pelo lugar, confere identidade e caráter local a nossos espaços e formas construídas. Na cidade, isso muitas vezes ocorre ao longo de muitos anos, e uma nova edificação exige integração cuidadosa com uma malha urbana que vem sendo tecida aos poucos. (...) É importante enxergar as edificações como parte de uma paisagem urbana, não apenas como fins em si próprios. (...) O ritmo visual, o espaçamento e a relação entre volumes edificados e espaços abertos são decididos no projeto. Eles devem ser integrados em um contexto existente, psicologicamente agradável, ou devem ser capazes de atender e se adequar ao corpo humano (WATERMAN, 2010, p.107).

Deve-se pensar, no entanto, que para a consolidação desta paisagem cultural, foram necessários anos e anos de transformações, que fizeram com que os espaços visuais se intensificassem através do tempo. Este desenvolvimento possibilitou que o caráter dinâmico da região formasse a história comum, enaltecesse a história do cidadão e equilibrasse a conformação da própria cidade.

A arte do equilíbrio deve acontecer

durante o processo de planejamento das cidades, pois a determinação dos usos do solo, quer seja o existente quer seja o uso do solo planejado, deve contribuir para a dinâmica saudável e sustentável das cidades, possibilitando a criação de múltiplas funções dentro do convívio social do tecido urbano. O planejamento deve ser capaz de reunir conhecimentos sólidos que permitam determinar métodos de intervenção e recuperação do meio ambiente como um todo, reciclando áreas degradadas, desenvolvendo economias, possibilitando a restauração de edifícios antigos, incorporando informações que possam garantir a conservação e a dinâmica dos espaços nas cidades. Neste direcionamento podem ser analisadas as regiões para que se executem 'planos de gestão', os quais serão responsáveis pela conservação das paisagens.

Segundo Waterman:

A gestão da paisagem considera a paisagem como um recurso ambiental, social, cultural e econômico. Como tal, as paisagens precisam de proteção e conservação para manter sua vitalidade e produtividade em todas essas áreas. No entanto, a proteção e a conservação nunca são passivas, o que faz com que

os arquitetos desenvolvam políticas e ações para concretizá-las (WATERMAN, 2010. p.170).

Portanto, pensar a paisagem, requer pensar o urbanismo. Não tem como dissociá-los. A importância da arquitetura pensada no contexto da paisagem cultural é ferramenta fundamental para “determinar a forma urbana, considerando a paisagem urbana como a estrutura que define a cidade” (Waterman, 2010. p.176).

Pode-se compreender neste sentido o importante papel do rio Piracicaba para a conformação desta região do SHU Rua do Porto. O rio como 'paisagem fluvial' tem a oferecer muito mais que o próprio curso d'água. Suas águas foram esculpindo e alterando a superfície do território, demarcando toda a morfologia urbana hoje visível.

O rio atua, ainda, como coadjuvante de outros elementos para a formação da paisagem natural e cultural, como a topografia, solo, modelagem do relevo, vegetação (GORSKI, 2010, p. 38).

O SHU Rua do Porto constitui um dos primeiros marcos de ocupação do território do município desde o período colonial,

“permanecendo sem urbanização até a segunda metade do século XX” (IPPLAP, 2011, p.71). A cidade foi expandindo-se ao longo da orla do rio Piracicaba e esta região da Rua do Porto foi sendo ocupada por pescadores, pelos funcionários das antigas olarias, por antigos escravos, e muitos outros habitantes de classes mais populares.

Segundo Costa (2006)

As paisagens fluviais foram sendo apropriadas como paisagens urbanas que propiciavam circulações de bens e pessoas, energia e lazer, entre outras facilidades (COSTA, 2006 in: GORSKI, 2010, p. 38).

Neste ponto, a leitura sobre a paisagem desta área fluvial passa a ter outras dimensões dentro do contexto histórico-cultural. É necessário compreender a dinâmica da paisagem por intermédio de seus processos de expansão, com a alteração de seu sítio que foi sendo transformado juntamente com a sociedade. O significado do termo paisagem foi sofrendo muitas mudanças ao longo da história, devido à evolução das diversas visões sobre o mundo do conhecimento e dos vários contextos históricos.

Para Sorre (1962),

a paisagem urbana expressa o conjunto de elementos que influíram na formação e no crescimento da cidade localizada em determinado sítio.

O autor define ainda que,

o desenho da paisagem não foi baseado no traçado dos cursos d'água, mas teve que adaptar-se à rede natural que delineavam, cumprindo os rios assim seu papel de obstáculo, bem como todos os terrenos lindeiros a eles, baixos e inundáveis, sobre os quais a população hesita ao tentar sua moradia (SORRE apud GORSKI, 2010, p. 39).

Santos (1985) define a paisagem como,

um conjunto de objetos geográficos, distribuídos em sua conformação espacial sobre o território. Apreensíveis em sua continuidade visível, esses objetos são vivificados pelos processos sociais. Na paisagem, por meio de funções, os processos concretizam-se em formas e, corporificados, ganham significação (SANTOS, 1985 apud GORSKI, 2010, p. 39).

Pode-se citar ainda o entendimento de Metzger (2001) quando define que a paisagem pode ser entendida como

um mosaico heterogêneo, formado por unidades interativas, sendo que essa heterogeneidade existe por, pelo menos, um fator, um observador específico e uma determinada escala (METZGER apud GORSKI, 2010, p.39).

Neste sentido, Lyle (1994) compreende a paisagem como uma ideia de “cenário ou cenas visíveis de diferentes ângulos”. Além da ideia de cenário, ele afirma que “a apreensão da paisagem corresponde a uma manifestação visível de processos dinâmicos” (LYLE, 2004 apud GORSKI, 2010, p.39).

Para Carl Sauer (1925), um dos precursores sobre o conceito de paisagem cultural, “uma paisagem cultural é o resultado da ação de um grupo social sobre a paisagem natural”. Para ele, “a cultura é o agente; o natural o meio; a paisagem cultural é o resultado” (SAUER, 1925 apud SCARIATO, 2009, p.19).

Para Sauer (1925),

A geografia baseia-se, na realidade, na união dos elementos físicos e culturais da paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso da

área, em fatos de base física e fatos da cultura humana (SAUER, 1925 apud RIBEIRO, 2007, p.17).

Nesta discussão entre as diversas compreensões sobre o significado do termo paisagem, pode-se citar ainda o entendimento de Saraiva (2005) onde,

a paisagem pressupõe a integração de três ordens de componentes relacionados: ordem biofísica e ecológica; ordem sociocultural e econômica; e ordem perceptiva, estética e emocional.

Para a autora, “num determinado sítio físico, num contexto de espacialidade e temporalidade, as relações entre homem e natureza compõe a paisagem”. Saraiva chama a atenção para a questão estética, que afeta emocionalmente os atores envolvidos no processo, o que acaba por valorizar a paisagem, possibilitando a recuperação do ambiente, quando degradado (SARAIVA, 2005 apud GORSKI, 2010, p.40).

Portanto, pode-se concluir que,

a paisagem, por ter um caráter dinâmico, pressupõe a interação de componentes ecossistêmicos (bióticos e abióticos) e de componentes socioeconômicos e culturais, em processos que

se corporificam, assumindo significados apreensíveis, pelos atores, através de uma percepção que inclui a vegetação estética e emocional (SARAIVA, 2005 apud GORSKI, 2010, p.41).

Assim,

compreender o rio urbano como paisagem é também dar a ele um valor ambiental e cultural que avança na ideia de uma peça de saneamento e drenagem. É reconhecer que o rio urbano e a cidade são paisagens mutantes com destinos entrelaçados (COSTA, 2006 apud GORSKI, 2010, p.41).

O reconhecimento do rio como elemento estruturador e responsável pela fundação, crescimento e desenvolvimento da cidade de Piracicaba é de extrema importância para se compreender o significado da paisagem cultural da SHU Rua do Porto.

Em Piracicaba, muito já vem sendo feito para a preservação desta paisagem por meio do 'Projeto Beira-Rio'. Este projeto, desenvolvido por intermédio de um programa de requalificação ambiental e urbanística, vem sendo aplicado desde 2001, tendo como foco a orla urbana do rio Piracicaba e o seu entrelaçamento com o tecido urbano (GORSKI, 2010, p. 184).

Conforme descrição do Ipplap,

A relação da cidade de Piracicaba com o rio de mesmo nome é essencialmente cultural. Isso significa que as variadas manifestações relativas ao famoso corpo d'água - expressas em lugares e construções históricas, em paisagens, na economia e na sociedade, nas artes e no folclore - conformam uma única e ampla relação de identidade.

Pode-se perceber que o poder público municipal já apresenta certa percepção sobre o papel e importância do rio para a formação da cidade. Os aspectos históricos do rio Piracicaba para o desenvolvimento urbano da cidade são reconhecidos como de grande importância para a cultural local. Portanto, a preservação da história e de seus referenciais já foram incorporadas no próprio 'Projeto Beira-Rio'.

No diagnóstico definido pelo Projeto foi elaborado um programa de ações para a estruturação de um Plano de Ação Estruturador (PAE), que visou à definição de diretrizes gerais para implantação de projetos e políticas socioculturais e econômicas para a relação rio-cidade.

Assim, uma das primeiras diretrizes do

programa do PAE foi o desenvolvimento do projeto (2003-2004) e implantação da Etapa 1 - Intervenção do Projeto Beira-Rio: a requalificação da Rua do Porto (2004).

O que é importante ressaltar neste Projeto é a 'revalorização' do rio para a cidade, que após a era da industrialização, que deu às costas ao rio valorizando apenas o sistema viário, volta-se novamente a ele apreciando suas margens e preservando sua paisagem, contribuindo para o revival da cidade.

Neste sentido o 'Projeto Beira-Rio', criado a partir da necessidade de utilizar de forma racional seus recursos naturais, o rio Piracicaba, é motor preponderante para o reconhecimento e valoração da área do SHU Rua do Porto.

Com vista para a sustentabilidade ambiental, econômica e cultural, o Projeto pensa no equilíbrio entre o rio e a cidade, de forma a definir/redefinir a importância do rio para a população, visando rever a relação entre a orla urbana e a cidade, redescobrimdo novos caminhos para a gestão do território, por meio da caracterização urbana, delineando outros caminhos para a expansão econômica, como

por exemplo, os setores do turismo e do ecoturismo.

Importante salientar que esta relação saudável entre o rio urbano e a cidade traz inúmeros benefícios para o crescimento equilibrado do município, fomentando novas e dinâmicas formas de economia local que contribuem com a gestão e sustentabilidade do próprio território.

Dentre os princípios estruturais do 'Projeto Beira-Rio' podem ser listados os seguintes objetivos:

- recuperar a qualidade da água;
- preservar o cinturão meândrico;
- reestruturar o tecido urbano: adotar o rio Piracicaba como curso principal para a implantação de projetos e, posteriormente, os seus afluentes, e elaborar um zoneamento ecológico-econômico do município, visando a um novo paradigma de ocupação antrópica do meio físico;
- incentivar o rio como caminho;
- conservar a paisagem: proteger o patrimônio cultural e ambiental da cidade, por meio de instrumentos de uso e ocupação do solo (diretrizes de gabarito e

densidade) ao longo da faixa de proteção do rio, de modo articulado ao novo Plano Diretor, prevendo a geração de emprego e renda, para evitar a gentrificação; manter e recuperar as paisagens memoráveis da cidade, e, em alguns casos, até acrescentar novas obras de arte urbana;

- conectar o cidadão ao rio (GORSKI, 2010, p.194 e 196).

Esses objetivos são fundamentais para entender a importância que esta região da Rua do Porto tem para a cidade de Piracicaba, pois a preocupação em 'reestruturar o tecido urbano' e 'conservar a paisagem' são as diretrizes principais que estão elencadas neste diagnóstico do SHU Rua do Porto.

No Projeto Beira-Rio Etapa 1, a Rua do Porto é entendida como uma área emblemática da cidade, onde estão as memórias da pesca e das olarias, do folclore do Divino Espírito Santo e da atividade de lazer gastronômico.

O SHU Rua do Porto é tombado por meio de vários decretos que garantem a preservação de toda a orla fluvial nesta região e ainda de imóveis reconhecidos como de interesse histórico-cultural para a popula-

ção piracicabana. Entre os imóveis tombados nesta área estão:

DECRETOS DE TOMBAMENTO - CODEPAC

- Parque do Engenho Central - Decreto nº. 05.036, de 11/08/1989 (Livro do Tombo nº 02);

- Palacete 'Luiz de Queiroz' - Decreto nº. 07.591, de 28/05/1997 (Livro do Tombo nº 11);

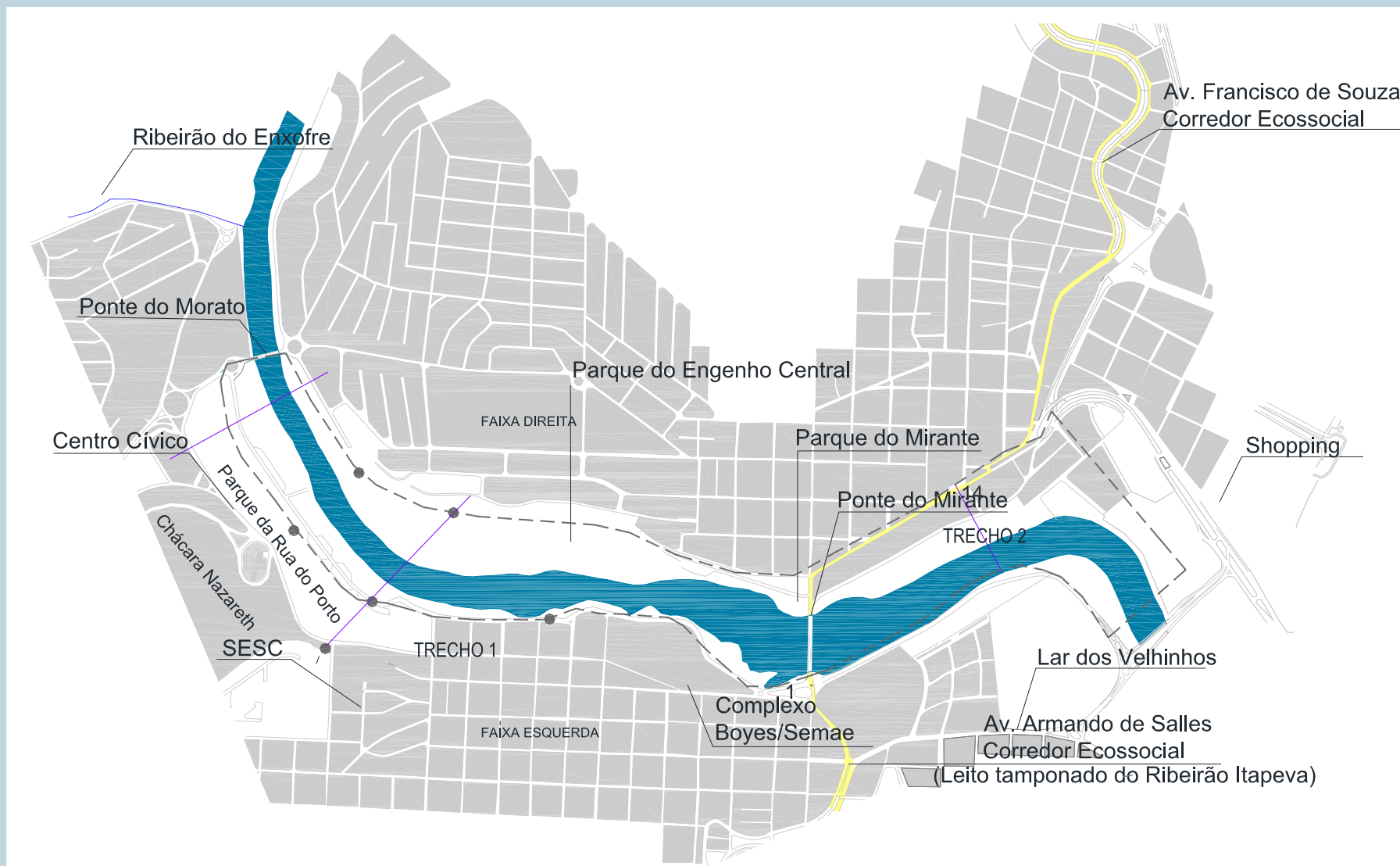
- Antiga Casa de Força e o Conjunto da Empresa Hidráulica de Piracicaba (Atual Museu da Água) - Decreto nº. 10.015, de 13/09/2002 (Livro do Tombo nº 33);

- Parque do Mirante - Decreto nº. 10.020, de 13/09/2002 (Livro do Tombo nº 35);

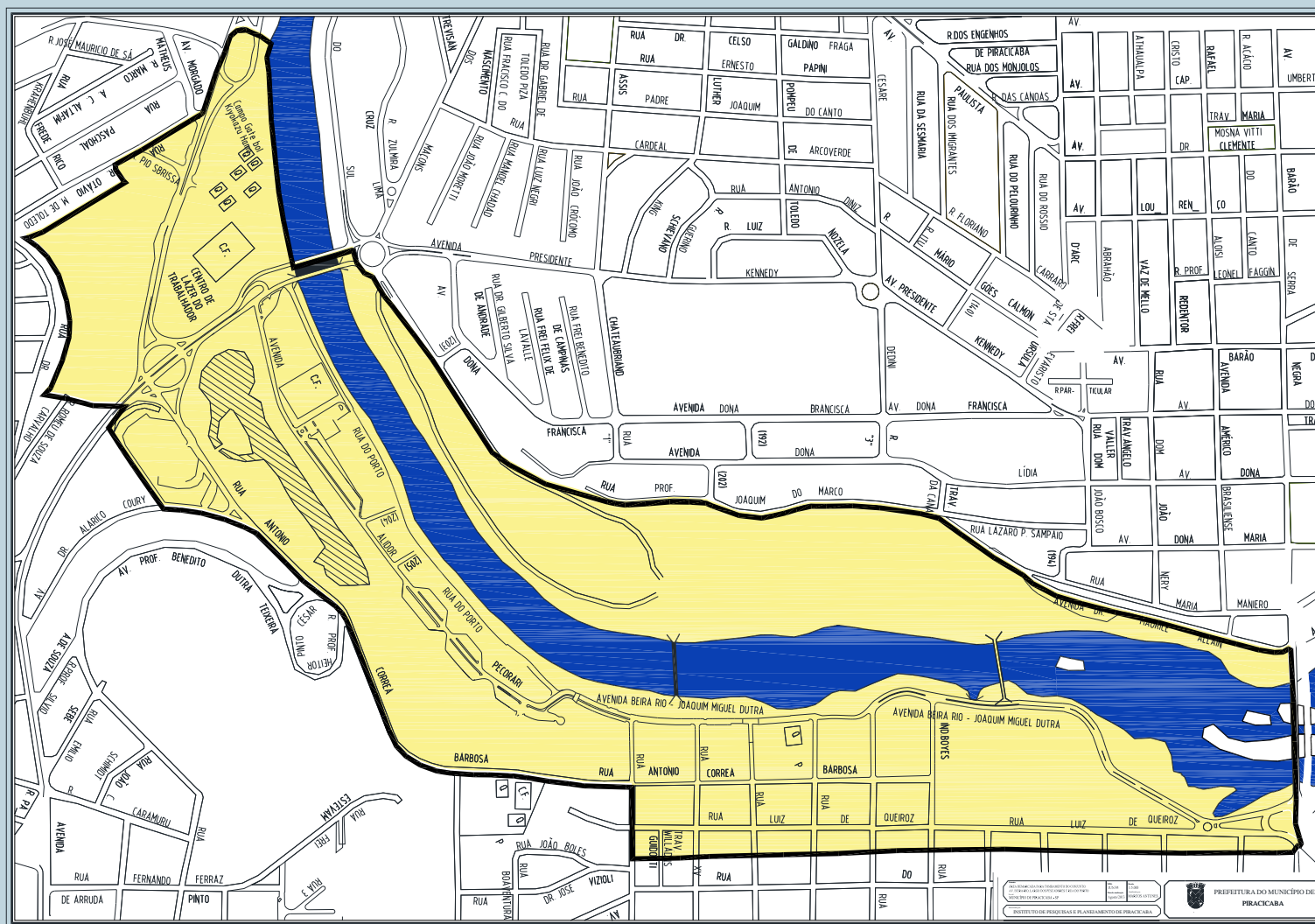
- Antiga Escola 'Francisca Elisa' - Decreto nº 10.157 de 27 de dezembro de 2002 (Livro do Tombo nº 38).

- Conjunto arquitetônico na Travessa Maria Maniero, 64, 70, 80, 86, 96 e 110 - Decreto nº 10.635 de 29 de janeiro de 2004 (Livro do Tombo nº 70).

- Casa do Povoador - Decreto nº. 10.997, de 29/12/2004 (Livro do Tombo nº 91).



Projeto Start/Rua do Porto. Foco nos trechos 1, requalificação da rua do Porto e trecho 2, requalificação da avenida Beira Rio/Largo dos Pescadores/Casa do Povoador (Fonte: Gorsky, 2010, p. 203).



Mapa de tombamento. Decreto n°. 10.643 de 29/01/2004 (Fonte: IPPLAP, 2013).

- Pinacoteca Municipal 'Miguel Dutra' - Decreto nº 11.974 de 13/02/2007, (Livro do Tombo nº 98).

- Imóveis da Rua Luiz de Queiroz, 1020 e 1022 - Decreto nº 12.772 de 05 de agosto de 2008.

Para Leite (2006),

A história de um território é uma história de movimentos. É a história de seu espaço e de suas paisagens. Sendo história, envolve ações, é história de objetos qualificados e de sua articulação no território, diretamente, mas também de seu valor relativo no espaço, de sua relação específica nos lugares, de sua representação na paisagem. É uma história de apropriação e uso (LEITE, 2006, p. 433).

Portanto, ao apropriar-se do território, principalmente da região da SHU Rua do Porto, a sociedade foi utilizando-o efetivamente num movimento que envolveu, ao longo de sua trajetória histórica, as limitações físicas de transposição do rio e a ocupação de suas margens, as atividades econômicas, sociais e culturais, e as transformações urbanísticas que distribuíram todos estes elementos numa lógica própria e peculiar. Esse processo de

organização espacial é único e contribuiu para que esta área se tornasse um conjunto histórico-cultural de grande valor patrimonial.

Como entendida por Mascaró (2008), a paisagem cultural desta região pode ser definida como

uma realidade ecológica, materializada fisicamente num espaço que se poderia chamar natural (se considerada antes de qualquer intervenção humana), na qual se inscrevem os elementos e as estruturas construídas pelos homens, com determinada cultura (...).

Assim, a paisagem passa a ser entendida como produto do processo de humanização que modificou os meandros naturais do rio, incorporando a ela atividades urbano-industriais, agrárias, econômicas, sociais e culturais, que foram formando as diferentes percepções visuais que hoje estão materializadas no cenário da cidade.

Neste sentido, o processo de transformação, que durante sua evolução histórica passa a ter um caráter mais qualificado, faz com que a sociedade passe a utilizar o espaço, apropriando-se dele, por meio de um conjunto de ações, que definirão o

conteúdo cultural do território, tornando-o veículo para a transmissão das práticas sociais. Conforme Leite (2006) pode-se dizer que esta 'ação qualificadora', que define o objeto e o diferencia dos demais, "transforma-o em uma forma única, passível de identificar um determinado lugar" (LEITE, 2006, p. 434).

Leite (2006) comenta, em seu entendimento sobre a ideia de transformação pela qual estão sujeitas as paisagens, que:

As formas da paisagem, estão frequentemente tomadas como atos finais, conclusões de um processo espacial de complexas negociações entre as diferentes instâncias da sociedade, acréscimos materiais destinados a permitir a modernização e o desenvolvimento, são, na verdade, condições para a existência dos lugares, valorizações de sua história, mediações entre situações percebidas e realizadas. As formas da paisagem não correspondem, portanto, a uma ideia de finalização, mas a uma ideia de transformação. Mais ainda, estão, necessariamente, impregnadas de conteúdo existencial, são formas de identidade e memória (LEITE, 2006, p. 434).

Sendo assim, as paisagens passam a

exercer uma reflexão nos modos de pensar a relação do espaço com a sociedade, fomentando uma nova percepção de apropriação do território, privilegiando a ideia de continuidade, para as questões de memória e registro cultural.

O núcleo urbano, da SHU Rua do Porto e todo o seu entorno, devem ser protegidos e preservados para a promoção de sua vitalidade e para a dinâmica de seu próprio desenvolvimento. É preciso compreender que este núcleo urbano é parte integral da cidade, e para tanto é também um organismo complexo e diverso que, através de suas diferentes formas de ocupação, trouxe ao espaço um caráter único, porém agregado de muitos valores materiais e simbólicos. Pode ser entendido como uma paisagem composta por várias camadas, as quais foram conformando a própria cidade e, sobrepostas ao longo do tempo, trouxeram um dinamismo diferenciado a esta porção geográfica do território.

A preservação do patrimônio agrega à cultura da sociedade um referencial de memória e história, que incorpora, com o tempo, nas inúmeras relações sociais (como na gastronomia, nas festas popula-

res, nos modos de fazer, nos costumes) o seu traçado diferencial, valorizando o cidadão, e estimulando-o a ser o guardião desses bens, de forma a garantir a identidade do local e o seu sentido de pertencimento.

Para que estas relações sejam estabelecidas, Simão (2006) propõe o entendimento de algumas questões fundamentais para que a convivência do homem em sua sociedade seja saudável ao desenvolvimento sustentável das cidades. Assim apresenta algumas reflexões:

- Os núcleos urbanos preservados são cidades como todas as outras, complexas, dinâmicas, simbólicas. Reduzi-los a objetos estanques, a 'obras de arte' constitui, hoje, um equívoco que pode acabar por matar os próprios valores a serem preservados;
- As cidades preservadas, entendidas como organizações constituídas por outras tantas organizações, possuem um todo maior que a soma de suas partes. Assim, para garantir a adequabilidade das intervenções físico-espaciais, há que se considerar o tecido urbano como uma rede, refletindo a historicidade e a dinâmica urbana atual;
- A preservação do patrimônio cultural,

aliada à qualidade de vida urbana, amplia o espectro de variáveis a serem consideradas para a garantia e manutenção dos valores culturais e ambientais urbanos. Assim, devem ser pensadas alternativas para essas cidades, adequadas às suas especificidades, para solucionar problemas como saneamento básico, infraestrutura de serviços e equipamentos urbanos, circulação e transporte coletivo, economia estagnada ou em declínio, crescimento urbano desordenado. Não há porquê, sob a desculpa de preservar patrimônio histórico, artístico e cultural, deixar degradar o ambiente urbano.

- A busca de alternativas sociopolíticas e econômicas é fundamental para que essas cidades alcancem o patamar de viabilidade. Para que novas atividades sejam potencializadas deve ser considerada a premissa do convívio possível com o patrimônio preservado, valorizando-o e atribuindo-lhe valor para a fruição e utilização da população.

- A sensibilização das lideranças locais sobre o papel de cumprir frente à população local e externa é fundamental, para que objetivem realmente promover essas cidades como polos de cultura, referências da história. Faz-se necessário, ainda, que trabalhem para que a população resgate o gosto pelo lugar e o entendimento do referencial que é guardado na cidade.

- A articulação das instituições públicas constitui um fator importante para a efetivação de um trabalho consciente nessas cidades, evitando animosidades desnecessárias e um controle burocrático tão desgastado da atualidade. Ressalte-se a importância das administrações locais assumirem seu papel no processo de proteção ao patrimônio.
- O processo de planejamento urbano deve ser integrado, considerados a preservação cultural, a qualidade ambiental urbana e o suprimento das demais necessidades essenciais da população: saneamento, serviços e equipamentos públicos (SIMÃO, 2006, p. 59-60).

De acordo com Lynch (2011),

olhar para as cidades pode dar um prazer especial, por mais comum que possa ser o panorama. Como obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala; uma coisa só percebida no decorrer de longos períodos de tempo (LYNCH, 2001).

Com o entendimento de Lynch sobre a imagem que a cidade possui, pode-se concluir que as vastas associações que o cidadão tem sobre a percepção dos espaços da cidade e como se dá a relação desta percepção com a imagem que ele

tem sobre a própria cidade, faz com que cada vez mais se torne importante preservar a cultura e a memória social, pois ela está impregnada de lembranças e significados que a tornam fundamentais para a vida em sociedade.



Vista do Parque do Engenho Central
(Crédito: Justino Lucente).

A cidade, portanto, é constituída por um conjunto de objetos distribuídos pelo território, que ao longo dos anos, tornou-se uma malha urbana consolidada e dinâmica, formada por diferentes ciclos econômicos, sociais e culturais que, são o resultado de uma sucessão de fases.

E são estas inúmeras camadas de ativida-

des socioeconômicas e culturais que devem ser preservadas para a revalorização dos espaços da cidade, principalmente desta região do SHU Rua do Porto. A formação do território por meio de sua história faz compreender a importância na manutenção dos espaços e na contínua conformação e desenvolvimento da cidade.

E ainda que, a preservação do cenário das diversas formas de paisagens, localizadas no complexo urbano, do SHU Rua do Porto, irá contribuir com a revalorização do passado e com as referências da memória, impondo à sociedade um novo reconhecimento de sua própria história. A garantia da preservação deste núcleo urbano é base fundamental para a consolidação do turismo no local, pois como depositário de patrimônios históricos e referências culturais, esta área passará a constituir uma alavanca para o desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade, devido principalmente ao seu potencial turístico.

O Plano de Gestão SHU Rua do Porto pela perspectiva histórica

Pensar sobre a história do bairro Rua do Porto e suas transformações é colocar em destaque a gama de associações - mais fracas e mais fortes - entre instrumentos, ferramentas, deliberações e toda uma estrutura de apropriações e vivências que se alimentaram e se retroalimentam em diferentes historicidades.



Crianças jogavam bola às margens do rio
(Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba).

O movimento retrospectivo realizado possibilitou a percepção de que, inicialmente, a permanência nas proximidades das margens do rio era uma condição de sobrevivência. Posteriormente, passou a ser uma opção para o lazer, mas, em uma via de mão dupla, estar às margens do rio representava ou começou a representar

perigo por algumas questões: insalubridade e atividades consideradas nocivas (jogos, orgias, bebedeiras excessivas, abrigo para usuários de drogas e moradores de rua, etc.).

No entanto, é possível verificar que nos trechos considerados, em alguns períodos, na parte periférica é que foram construídas as bases da vida caipira, das tradições piracicabanas, o lugar de resistência às ações do poder público - as quais nem sequer foram direcionadas a este lugar, mas que o colocaram como o efetivo espaço da exclusão. Ironicamente, os trechos considerados mais elitizados, no século XIX, e que receberam maiores incentivos foram desaparecendo ou tornaram-se tão perigos quanto os pontos marginalizados, anteriormente, pelo poder público.

Mesmo quando a cidade 'virou as costas' para o rio ou utilizou-se de suas margens e paisagens para finalidades de especulação imobiliária ou turística; quando algumas atividades profissionais não encontraram mais funcionamento nas antigas instalações fabris, nas olarias e na pesca, foram os elementos da cultura imaterial que sustentaram o 'estar' e

conviver às margens do rio. Foram as características desenvolvidas e criadas pelas práticas dos pescadores e dos antigos moradores destas áreas que mantiveram a Rua do Porto em meio aos vários jogos e disputas de poder, desde a década de 1970.



População assiste a passeio de barcos no rio
(Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba).

A reutilização da Rua do Porto para a instalação de bares e restaurantes é uma destas características que, embora com outra roupagem, mantiveram em emergência dois elementos importantes: o rio e o peixe. O que não quer dizer que não tenha sido - ou seja - também objeto de disputa, de confrontos e especulações em

outros momentos. O que se destaca é que, em meio às transformações, processos de desvalorização e tentativas de revalorização foi na recuperação e utilização de saberes e fazeres próprios dessa localidade que a Rua do Porto pode sustentar o convívio beira-rio. As características da vida dos moradores, o caráter residencial que ainda permanece além da margem do rio, as festividades e manifestações culturais que continuam acontecendo no Largo dos Pescadores e em outros trechos garantem condições para a preservação da materialidade do lugar.



Bares e restaurantes da Rua do Porto
(Crédito: Justino Lucente).

Os movimentos para amenizar a desvalorização do Parque do Mirante, a nova

proposta de utilização do Parque do Engenho Central, a construção do Parque da Rua do Porto e da Área de Lazer do Trabalhador, o Projeto Beira Rio e tantas outras iniciativas foram importantes nesse processo de revalorização ou requalificação de tais áreas. Ações necessárias na medida em que se verifica que os problemas encontrados, ao longo da história aqui expostos, estiveram atrelados à descontinuidade de algumas práticas, interrompidas por interesses governamentais que a cada época elegeram uma parcela beira-rio para vincular sua imagem ou fazer frente a interesses privados.



Festa do Peixe e da Cachaça de 2012
(Crédito: Adilson Franco Cardoso).

A gestão integrada, a fiscalização e a manutenção do que já havia sido realizado não foi o foco almejado durante muitos anos, o que nos coloca frente a uma ação que tende a sugerir novas formas de conservação para esta paisagem cultural.

Análise das ações preservacionistas e regulamentação das ZEI's na SHU 'Rua do Porto'

Algumas ações preservacionistas já foram tomadas pelo poder público no sentido de preservar seus referenciais, garantindo a manutenção do patrimônio cultural piracicabano. Em 2004 o Decreto nº.10.643 (alterado pelos Decretos nº. 8.649/99 e nº. 924/00) dispôs sobre o tombamento como Patrimônio Histórico Cultural de Piracicaba, da área da Av. Beira-Rio, Largo dos Pescadores, Rua do Porto, sendo delimitada conforme segue:

Art. 1º Fica tombado como Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Piracicaba o conjunto ribeirinho com todas as suas edificações, na área que assim se descreve: tem início no cruzamento da Av. Barão de Serra Negra com a Travessa Maria Maniero, seguindo pela Ponte Irmãos Rebouças (do Mirante) até encontrar a Praça do Protesto Ecológico no seu cruzamento com a Luiz de Queiroz, seguindo por esta, incluindo-se as edificações de ambos os lados da mesma, até encontrar a Rua Rangel Pestana, defletindo à direita e seguindo por esta, incluindo-se as edificações de ambos os lados da mesma, até encontrar a Dr. Paulo de Moraes, deste ponto seguindo pela divisa da área verde pública do Morro do Castelinho com propriedades particulares, até encontrar a Estrada do

Bonde, defletindo à esquerda e seguindo por esta até encontrar a desembocadura do Ribeirão do Enxofre no Rio de Piracicaba até encontrar a Ponte Francisco Prudente (do Morato), defletindo à esquerda e seguindo por esta até encontrar o cruzamento com a Av. Cruzeiro do Sul, defletindo à direita e seguindo pela divisa com a área verde pública até encontrar a Travessa Maria Maniero, defletindo à esquerda e seguindo por esta, incluindo-se edificações com endereço na mesma, até encontrar o cruzamento com a Av. Barão de Serra Negra, fechando assim, o perímetro (PIRACICABA, 2004b, fls. 01-02).

Outros decretos também vieram para garantir a proteção de um bem patrimonial dos mais representativos da história do município de Piracicaba o Parque do Engenho Central. Assim o Decreto nº. 05.036, de 11/08/1989, dispôs sobre o tombamento do Parque do Engenho Central (inscrito no Livro do Tombo nº 02), como patrimônio histórico-cultural e ambiental de Piracicaba, nos seguintes termos:

Artigo 1º - Fica tombado, como patrimônio histórico-cultural e ambiental do Município de Piracicaba, o Engenho Central, de propriedade de Usinas

Brasileiras de Açúcar S.A., compreendendo todos os prédios industriais, barracões, armazéns, casas de residência e demais instalações, bem como a área na qual os imóveis estão inseridos, confrontando com a área verde municipal, rua Maria Maniero, Av. Dr. Maurício Allain, Parque do Mirante e margem direita do rio Piracicaba, totalizando 75.865,00 m² (PIRACICABA, 1989, p. 01).

Nesta sequência outros bens patrimoniais também passaram a ser protegidos por decretos específicos de preservação. O Palacete 'Luiz Vicente de Souza Queiroz' foi objeto do Decreto nº. 07.591, de 28/05/1997, sendo o tombamento (Livro do Tombo nº 11) direcionado ao referido prédio e área envoltória, delimitada "pelas ruas Prudente de Moraes (frente), Treze de Maio (fundos), Antônio Correa Barbosa (direita e Avenida Beira Rio (esquerda)" (PIRACICABA, 1997, p. 01).

No Decreto nº. 10.015, de 13/09/2002, a Antiga Casa de Força e o Conjunto da Empresa Hidráulica de Piracicaba (Atual Museu da Água) foram tombados e sua inscrição consta no Livro do Tombo nº 33. O Parque do Mirante, inscrito no Livro do

Tombo nº 35, teve seu tombamento definido pelo Decreto nº. 10.020, de 13/09/2002.

O Decreto nº. 10.997, de 29/12/2004, versou sobre o tombamento da Casa do Povoador, bem inscrito no Livro do Tombo nº 91.

Para o tratamento e análise desta área, o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH/Ipplap) apresentou como base de preservação três níveis de proteção, por meio do Ofício DPH/Ipplap 65, de 08 de outubro de 2004, sendo eles:

P1 - Imóvel a ser totalmente conservado ou restaurado, tanto interna como externamente, pelo excepcional valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural de toda a unidade;

P2 - imóvel participe de conjunto arquitetônico, cujo interesse histórico está em ser parte do conjunto, devendo seu exterior ser totalmente conservado ou restaurado, mas podendo haver remanejamento interno, desde que sua volumetria e acabamentos não sejam afetados, de forma a manter-se intacta a possibilidade de aquilatar-se o perfil histórico urbano;

P3 - Imóvel adjacente à edificação ou o conjunto arquitetônico de interesse

histórico, podendo ser demolido, mas ficando a reedificação ou edificação sujeita a restrições capazes de impedir que a nova construção ou utilização descaracterize as articulações entre as relações espaciais e visuais envolvidas (IPPLAP, 2004).

Além dos tombamentos mencionados, também incidem sobre esta área outras restrições urbanísticas, por estar inserida em algumas zonas especiais delimitadas pelo Plano Diretor de Piracicaba, aprovado pela Lei Complementar nº 186, de 10 de outubro de 2006. Pelo Capítulo II - Das Zonas Especiais restritivas, verifica-se que:

Art. 57 - As Zonas Especiais compreendem áreas do território que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores do uso e ocupação do solo, diferenciando-se ao zoneamento e classificam-se em:

- I- Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);
- II- Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA);
- III- Zona Especial de Interesse Histórico, Cultural e Arquitetônico;
- IV- Zona Especial de Interesse da Paisagem Construída (ZEIPC);
- V- Zona Especial de Interesse Institucional (ZEIT);
- VI- Zona Especial de Interesse Industrial

(ZEI);

VII- Zona Especial de Interesse Aeroportuária (ZEA);

VIII- Zona Especial de Interesse de Urbanização Específica (ZEUE) (PIRACICABA, 2006, grifo nosso).

Nesse sentido, algumas porções da área objeto deste estudo estão inseridas nas quatro zonas acima grifadas. Portanto, para elaborar e fundamentar qualquer ação, foi necessária uma análise mais detalhada sobre os parâmetros reguladores de cada uma destas Zonas Especiais, para compreender de que forma estão sendo atualmente permitidos os usos e ocupações do solo urbano municipal.

Pela “Seção I - Das Zonas Especiais com Delimitação de Perímetro Específico” (Subseção I - Da Zona Especial de Interesse da Paisagem Construída - ZEIPC), verificamos que:

Art. 59 - A Zona Especial de Interesse da Paisagem Construída (ZEIPC) é constituída por porções do território que possuem ocupação consolidada, predominantemente, por uso residencial, de serviços e comércio de apoio à moradia, não sendo permitido o uso industrial, devendo ser observadas, ainda, de forma integral, as restrições

particulares dos loteamentos, registradas na Serventia Imobiliária competente.

(...)

Art. 62 - Serão aplicados na Zona Especial de Interesse da Paisagem Construída (ZEIPC), dentre outros, os seguintes instrumentos:

I. parcelamento, edificação e utilização compulsórios;

II. IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;

III. transferência do direito de construir;

IV. direito de preempção;

V. direito de superfície;

VI. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) (PIRACICABA, 2006, grifo nosso).

A 'Subseção III - Da Zona Especial Institucional (ZEIT)' determina:

Art. 70 - A Zona Especial Institucional (ZEIT) é constituída por áreas que deverão ter os seguintes usos: educação, lazer, cultura, saúde, assistência social, administração e serviço público, ficando vedado o uso industrial.

Art.71 - A Zona Especial Institucional (ZEIT) é classificada em:

I. ZEIT ESALQ;

II. ZEIT Areião;

III. ZEIT Lar dos Velhinhos;

IV. ZEIT UNIMEP;

V. ZEIT Engenho Central, Parque do

Mirante e Rua do Porto.

(...)

Art. 73 - Serão aplicados na Zona Especial Institucional (ZEIT), dentre outros, os seguintes instrumentos:

I. direito de preempção;

II. direito de superfície;

III. estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

Art. 74 - Os parâmetros urbanísticos da Zona Especial Institucional (ZEIT) são os seguintes:

I. CA (coeficiente de aproveitamento) = 1,4

II. TO (taxa de ocupação) = 70%

III. TP (taxa de permeabilidade) = 10%

IV. tamanho mínimo de lote = 250 m² (PIRACICABA, 2006, grifo nosso).

A Seção II - Das Zonas Especiais sem Delimitação de Perímetro Específico (Subseção II - Da Zona Especial de Interesse Ambiental - ZEIA), determina:

Art. 88 - A Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA) é constituída por áreas públicas ou privadas destinadas à proteção e recuperação da paisagem e do meio ambiente.

Art. 89 - A Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA) divide-se em:

I. ZEIA de Proteção Integral - áreas de proteção integral, públicas ou privadas, cujo objetivo é a preservação da

natureza, sendo admitido apenas o uso que não envolva consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais;

II. ZEIA de Conservação e Recreação - áreas públicas ou privadas, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com a recreação da população;

III. ZEIA Beira Rio - áreas públicas ou privadas, de uso residencial e não residencial não incômodo, ao longo do Rio Piracicaba, cujas funções são proteger as características ambientais existentes e oferecer espaços públicos adequados e qualificados ao lazer da população.

Parágrafo único - A Zona Especial de Interesse Ambiental deverá ser limitada posteriormente, através de Lei Complementar, sendo que a ZEIA - Beira Rio e os Maciços Vegetais se encontram indicados em mapa anexo. (Mapa Anexo XIII)

Art. 90 - O Município poderá criar mecanismos de incentivo visando à preservação da Zona Especial de Interesse Ambiental.

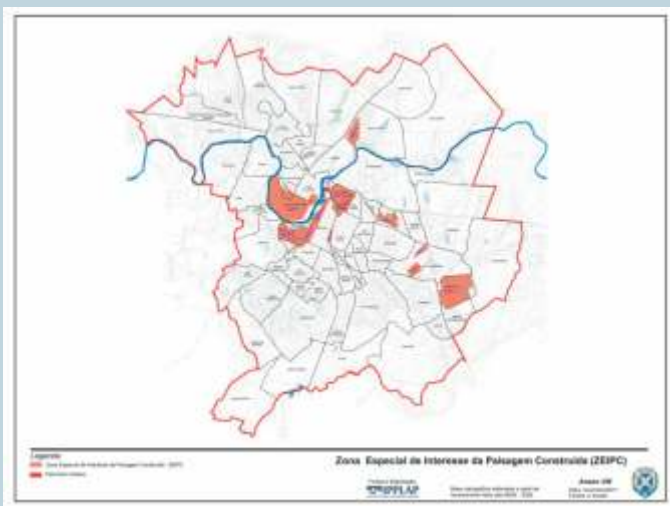
(...)

Art. 92 - Para a implementação da Zona Especial de Interesse Ambiental serão aplicados, dentre outros, os seguintes instrumentos:

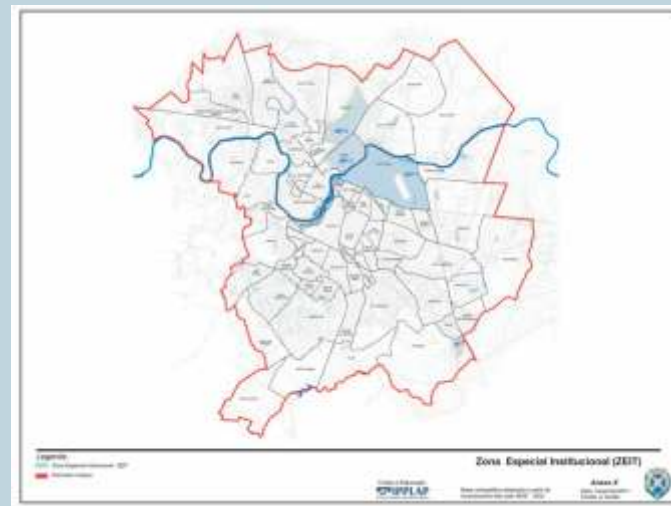
I. direito de preempção;

II. transferência do direito de construir;

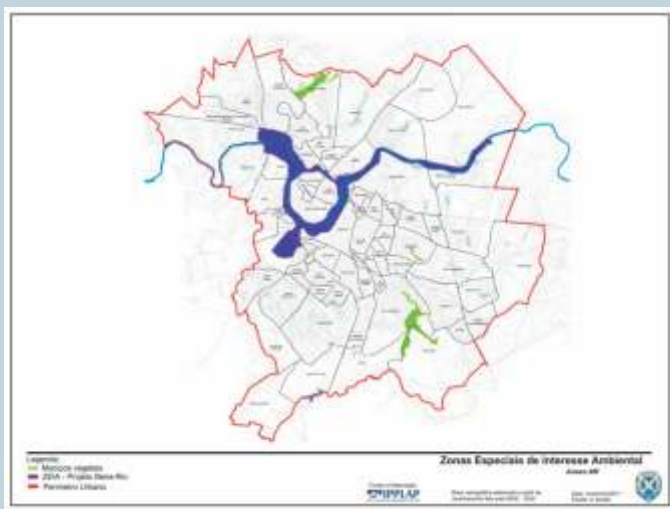
III. direito de superfície;



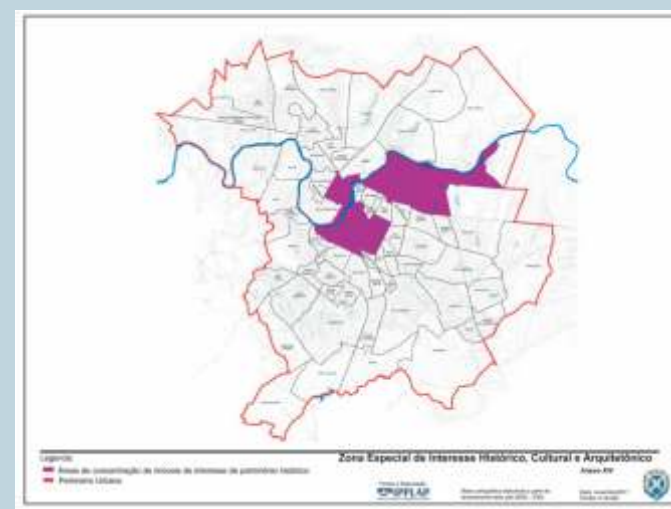
Zona Especial de Interesse da Paisagem Construída (ANEXO VIII apud PIRACICABA, 2006). Fonte: IPPLAP.



Zona Especial Institucional (ANEXO X apud PIRACICABA, 2006). Fonte: IPPLAP



Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ANEXO XIII apud PIRACICABA, 2006). Fonte: IPPLAP.



Zona Especial de interesse Histórico, Cultural e Arquitetônico (ANEXO XIV apud PIRACICABA, 2006). Fonte: IPPLAP.

IV. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

Art. 93 - São parâmetros urbanísticos para a Zona Especial de Interesse Ambiental:

I- ZEIA de Proteção Integral (ZEIA PI): não será permitido parcelamento e ocupação do solo;

II- ZEIA de Conservação e Recreação (ZEIA CR): não será permitido parcelamento do solo, somente uso de apoio ao lazer e à recreação.

III- ZEIA Beira Rio (ZEIA BR): serão definidos de acordo com o Projeto Beira Rio (PIRACICABA, 2006, grifo nosso).

A Subseção III - Da Zona Especial de Interesse Histórico, Cultural e Arquitetônico - ZEIHCP, especifica:

Art. 94 - A Zona Especial de Interesse Histórico, Cultural e Arquitetônico concentra os imóveis de interesse histórico e arquitetônico da cidade e que necessitam de políticas específicas para efetiva proteção, recuperação e manutenção do patrimônio.

Art. 95 - As condições de uso, compensações e estímulos, inclusive fiscais, visando à preservação econômica do imóvel, de modo a evitar o seu abandono ou a sua degradação serão regulados em lei municipal específica.

Art. 96 - Para a implementação da Zona Especial de Interesse Histórico, Cultural

e Arquitetônico serão aplicados, dentre outros, os seguintes instrumentos:

I. direito de preempção;

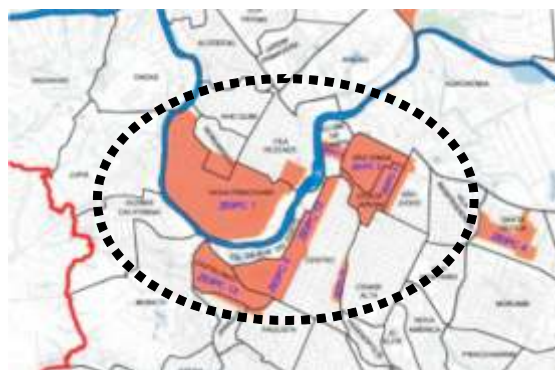
II. transferência do direito de construir;

III. direito de superfície;

IV. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

Art. 97 - A Zona Especial de Interesse Histórico, Cultural e Arquitetônico seguirá os padrões urbanísticos das zonas em que for inserida (PIRACICABA, 2006, grifo nosso).

A Zona Especial de Interesse da Paisagem Construída (ZEIPC) compreende como demonstrado:



Zona Especial de Interesse da Paisagem Construída (ANEXO VIII apud PIRACICABA, 2006). Fonte: IPPLAP.

A Zona Especial de Interesse da Paisagem Construída 12 (ZEIPC 12 -

Beira Rio), com relação aos quadriláteros a seguir descritos possuem coeficiente de aproveitamento (CA) conforme segue:

I. na área compreendida entre a Rua Luiz de Queiroz, Avenida Armando de Salles Oliveira, Rua do Vergueiro e Rua Rangel Pestana, o CA será igual a 2 (dois);

II. na área compreendida entre a Rua do Vergueiro, Avenida Armando Salles Oliveira, Rua Tiradentes e Rua Rangel Pestana, o CA será igual a 4;

Portanto, é necessário observar que além da legislação específica de tombamento, outras leis também incidem sobre o solo do SHU Rua do Porto, devendo qualquer proposta de intervenção ser compatibilizada.



Vista de Monte Alegre (Fonte: Arquivo Wilson Guidotti Jr.).

Monte Alegre: usos e valores

A paisagem cultural do bairro Monte Alegre resulta no sítio histórico urbano formado pela antiga usina, vilas operárias e edificações de serviços que foi constituída na área da antiga Fazenda Monte Alegre, a partir do início do século XX, representando um exemplar bastante peculiar dessa natureza. Algumas destas edificações foram adaptadas em remanescentes da fazenda e outras edificadas a partir da década de 1920 (CACHIONI, 2006).



Monte Alegre - Fazenda na margem esquerda do Rio Piracicaba - propriedade do Visconde deste nome. 1865 (Autor: Miguel A. Benício Dutra).

As terras da Fazenda Monte Alegre, por sucessões familiares, uniões matrimoniais e vendas, passaram por vários proprietários, entre eles homens de prestígio político e social no Estado de São Paulo:

Brigadeiro Luiz Antônio de Souza, Senador Vergueiro, José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre), Antônio da Costa Pinto e Silva (Conselheiro Costa Pinto), Pedro Augusto da Costa Silveira, Joaquim Rodrigues do Amaral, Indalécio de Camargo Penteado, Antônio de Almeida Rocha, Francisco de Paula Bueno, Antonio Alves de Carvalho (ELIAS NETTO, 2002).

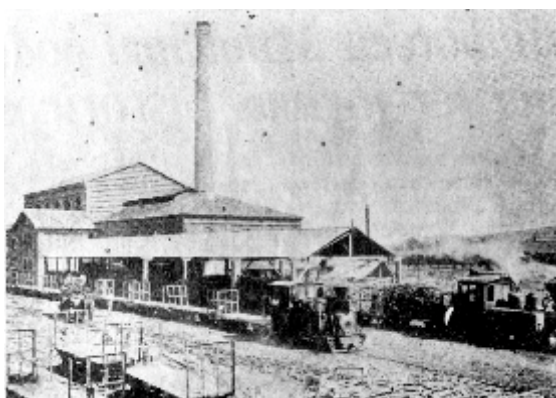
Representante do antigo sistema agroindustrial, o sítio histórico urbano foi constituído e transformado, desde o final do século XIX, em virtude da reestruturação e ampliação das atividades da antiga fazenda Monte Alegre.

Conforme demonstra Cachioni (2006 apud TERCI, 1991), desde o início do século XIX a fazenda se especializou no cultivo de cana e produção de açúcar e aguardente. Em 1887, os proprietários Dr. Pedro Augusto da Costa Silveira e sua mulher Virgínia adquiriram as máquinas necessárias e constituíram o Engenho Central de Monte Alegre, porém a produção do mesmo ainda era inferior a do Engenho Central, fundado em 1881 pelo Barão de Rezende.

No ano de 1889, a fazenda e benfeitorias foram vendidas para Joaquim Rodrigues do Amaral e Indalécio de Camargo Penteado, que formaram a firma 'Amaral e Penteado'. A proposta era a de que a sociedade funcionasse até 1898, mas vigorou apenas até 1893, quando a fazenda foi vendida para Antonio de Almeida Rocha e Francisco de Paula Bueno, que formaram outra sociedade sob a firma social 'Almeida Rocha e Bueno', ficando apenas o sócio Antonio de Almeida Rocha responsável por todos os negócios da sociedade. Em 1898, a sociedade foi desfeita e a fazenda foi vendida a Antonio Alves Carvalho, que desenvolveu uma série de atividades com a proposta de modernizar o engenho (TERCI, 1991).

Em 1901 a 'Companhia Engenho Central do Monte Alegre' decidiu, em assembleia geral, transferir sua sede para Piracicaba. Os proprietários eram fazendeiros e capitalistas poderosos, com forte influência em Piracicaba, sendo que alguns deles estavam vinculados também à antiga fábrica de tecidos de Luiz de Queiroz, adquirida posteriormente por Rodolpho Miranda. Em especial, destacamos: o

Barão de Bananal (Luiz da Rocha Miranda Sobrinho, pai de Rodolpho Miranda) e Manuel Buarque de Macedo, um dos fundadores do 'Jornal de Piracicaba' (ELIAS NETTO, 2002).



Engenho Central de Monte Alegre (Fonte: Arquivo Wilson Guidotti Jr.).

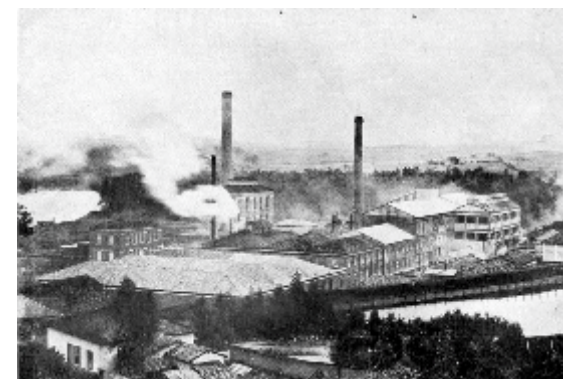
No início do século XX, o Engenho Central do Monte Alegre apresentava uma produção anual de cinco mil sacas de açúcar, de 60 kg cada, abrigando 50 operários nas atividades do engenho e mais 200 no plantio e colheita da cana. Segundo o 'Almanaque de Piracicaba de 1900', o açúcar dos engenhos de Piracicaba estava 'entre os melhores do Brasil', com destaque para o 'açúcar cristal, de alvura de neve'. Em todo o

município, a produção era de 35 mil arrobas anuais, por meio de cerca de 80 engenhos, pequenos e grandes, movidos a vapor, à água e a força animal (ELIAS NETTO, 2002).

O Jornal de Piracicaba, de 04 de agosto de 1908, apresentando questões referentes ao bairro, mencionou que o Engenho de Monte Alegre reunia uma população de 900 pessoas e cerca de 200 mais que trabalhavam na fazenda, residindo na cidade e circunvizinhança.

Nesse período, a usina havia sido reparada e ampliada e era toda iluminada por luz elétrica própria, assim como a área patrimonial e as casas dos empregados superiores. Possuía cerca de 120 casas para colonos, vastas coqueiras (para os animais de trabalho e de uso particular do proprietário), sociedade Benéfica Cooperativa (que mantinha uma escola e armazém em prédio próprio). Além disso, um prédio com as condições pedagógicas necessárias ao funcionamento de mais uma escola mista estava em construção. O administrador era Edmundo Hufenbaeher, a chefia das máquinas era exercida por Augusto Dutra e da fabricação por Sr. Antonio Sant'Anna.

Apesar da boa qualidade do açúcar da Monte Alegre e da capacidade administrativa e política de Antonio Alves Carvalho, o Engenho Central de Monte Alegre só atingiu uma expansão significativa a partir de sua aquisição pela 'Cia. União dos Refinadores', em 1912, sociedade pertencente aos comendadores Pedro Morganti e José Puglisi. A partir de então passou a produzir o melhor açúcar brasileiro, tornando-se uma das principais usinas do país (ELIAS NETTO, 2002; TERCI, 1991).



Monte Alegre no início do século XX (Fonte: Arquivo Wilson Guidotti Jr.).

Se inicialmente, a fazenda produzia café e cana-de-açúcar para o abastecimento de um pequeno engenho, com incentivos fiscais federais, o engenho com técnicas

rudimentares de produção transformou-se em Engenho Central Monte Alegre (1910) e, em 1930, adquiriu a posição de Usina Monte Alegre.

Desde 1912, como mencionado, a fazenda Monte Alegre esteve sob o comando de Pedro Morganti, italiano que fortaleceu as bases da 'família montealegrina' (PERES, 1990) - projeto paternalista que pretendia a construção de uma imagem favorável sobre a relação entre proprietário e trabalhadores dentro do sistema de colonato. Nesse sentido, vilas para trabalhadores, prédios destinados à prestação de serviços, usina de açúcar, escola, área patronal, capela foram incorporados à política assistencialista/paternalista e expansionista de Morganti.

No momento da aquisição, a propriedade possuía:

[...] 849 alqueires de terra quase na sua totalidade para cultura de canna [sic], 55 casas de tijolos para colonos, parte nova e parte concentrada, toda ladrihada de tijolos e rebocadas, 50 casas de madeira, parede de barro, cobertas parte telha e parte sapé (...). Ainda uma casa de morada com 16 cômodos amplos, toda assoalhada e pintada a

óleo, cosinha [sic], despensa [sic], fornos e mais dependências, 1 casa grande para administradores, 1 chalet para escola (...) (PERES, 1990, p. 47).



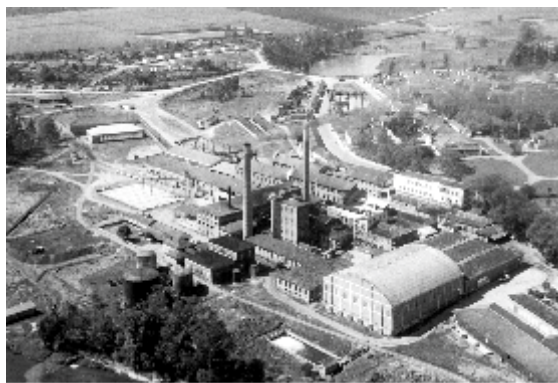
Vila Maria Helena (Fonte: Jornal UMA).

Campagnol (2003) esclarece que o fornecimento de moradias pelas usinas foi uma estratégia para garantir o fortalecimento das mesmas. Isso porque, devido ao insucesso dos engenhos centrais, houve a necessidade de instalação de fábricas no meio rural. Assim, para atrair e manter os trabalhadores havia como proposta a construção de núcleos habitacionais para abrigá-los. Estes núcleos fabris

[...] caracterizam-se como um espaço cercado, cujo empreendimento possui um programa complexo que pode envolver desde grandes edifícios de fabricação, galpões de armazenamento e oficinas de manutenção de máquinas e veículos, a casa de proprietários (usineiros), casas de operários e técnicos, alojamentos coletivos, igrejas e capelas, cinemas, escolas e equipamentos de lazer e recreação (CAMPAGNOL, 2003, p. 165).

O núcleo fabril da Usina Monte Alegre foi formado, sem um plano preliminar, na área de planície junto ao Rio Piracicaba. Para implantação da Usina foi utilizada a estrutura viária já existente, que remanesceu da Fazenda Monte Alegre, ampliando a atual Avenida (Via) Comendador Pedro Morganti, que passou a desempenhar o papel de ligação da usina com a cidade. Esta avenida, onde já havia construções remanescentes da fazenda (Vila Heloísa), reunia habitações para operários e colonos, equipamentos de uso coletivo, comércio e serviços; também dava acesso à grande área destinada às residências patronais. Além disso, servia para distribuição de demais vias e caminhos que interligavam a área à de outras colônias,

ao campo de futebol e às fazendas próximas pertencentes à Usina (CACHIONI, 2006).



Vista da Usina Monte Alegre (Fonte: Arquivo Wilson Guidotti Jr.).

Até a década de 1950, foram constituídos, em momentos distintos: armazém, açougue, farmácia, torrefação de café, fábrica de macarrão e pães, clube, corporação musical, cinema, ambulatório, centro de puericultura (creche), grupo escolar e a capela católica (BALLEIRAS, 2003).

Na área sede da Usina, as habitações foram edificadas em vários momentos. As casas das vilas Heloísa e João de Barro foram cadastradas na Prefeitura Municipal de Piracicaba no ano de 1925

(CACHIONI, 2006).

Segundo Balleiras (2003), acredita-se que os edifícios construídos no período da constituição do Engenho Central (final do século XIX) foram incorporados pelas ampliações sucessivas ocorridas no local. O padrão construtivo foi o tipológico fabril, cuja principal característica é o uso da alvenaria aparente que confere certa homogeneidade ao conjunto, embora em cada um dos edifícios seja possível percebermos a utilização de processos construtivos e tipologias distintas.

As edificações remanescentes do núcleo fabril da Usina Monte Alegre apresentam características estilísticas comuns aos complexos fabris de seu período de construção, entre o final do século XIX e meados do século XX, que segue o modelo manchesteriano.

A partir das décadas finais do século XIX é possível identificar no território brasileiro, por meio da arquitetura produzida por fábricas, a constituição de uma paisagem cultural típica do mundo industrial. Nesse período, as vilas operárias e núcleos fabris converteram-se em importantes expressões da transformação do Brasil em uma

sociedade industrial. São identificadas duas tipologias de arquitetura industrial no Brasil, as quais serviram de modelo para a implantação de diversos núcleos fabris em São Paulo: a primeira foi a colonial brasileira (geralmente, fábricas fundadas no Império), com fachada semelhante à de uma casa grande de fazenda para produção de açúcar ou café; enquanto que a outra tipologia industrial tem referência na britânica manchesteriana (fábricas do século XX): com a fachada típica em alvenaria aparente, com estrutura sóbria e simetria de planos, e sistema moderno implantado (CACHIONI, 2013).

Alguns dos prédios remanescentes da área da antiga planta fabril foram edificados até a década de 1950, tendo destaque os da 'Moenda' (anterior a 1930), do 'Vácuo', da 'Refinaria' e da 'Destilaria'. Os edifícios da 'destilaria' e do 'laboratório' destacavam-se pela sua verticalidade; e, de modo geral, os edifícios térreos e de até dois pavimentos abrigavam as seções de armazenamento (depósitos, almoxarifado, etc.) e as seções da carpintaria, cerâmica, mecânica, entre outros (BALLEIRAS, 2003).



Vista de Monte Alegre (Fonte: Arquivo Wilson Guidotti Jr.).

Nas fachadas dos edifícios construídos, entre o século XIX e a década de 1920, é comum observarmos elementos de inspiração neoclassicista: platibandas, cornijas, cimbras e pilastras (às vezes revestidas em pedra ou com detalhes imitando pedra). Estes elementos 'decorativos' fazem parte da estrutura que se encontra rigorosamente modulada e foram distribuídos uniformemente, criando uma série de planos verticais onde se inseriam as aberturas. A partir de 1930, houve uma maior padronização, simplificação das formas e adoção de estilos correntes no período como, por exemplo, o art-déco e a arquitetura moderna. Nos exemplares art-déco, surgiram os elemen-

tos decorativos estilizados e geométricos, enquanto nos exemplares modernos, as formas geométricas despojadas (CACHIONI, 2006 apud BALLEIRAS, 2003).

Depois desse período, a modulação presente nos edifícios foi mantida, embora a utilização e disponibilidade de materiais 'novos' possibilitassem maior horizontalidade e dimensionamento das aberturas. Houve também uma simplificação formal nas construções dos armazéns e do novo escritório, erguido na década de 1950 (BALLEIRAS, 2003).

Quanto às vilas operárias, a Vila Heloísa e Vila João de Barro são remanescentes da área sede da Usina Monte Alegre e foram habitadas, em sua maioria, pelos colonos italianos. Os materiais empregados nestas construções foram produzidos pela própria usina onde eram organizadas as seções responsáveis pela produção dos tijolos, telhas e esquadrias. Nas duas vilas podemos notar a soma da tradição paulista com a experiência trazida pelos imigrantes colonos, exemplificada na presença da alvenaria aparente como construção e ornamento e na disposição

interna tradicional (BALLEIRAS, 2003, p. 17).



Vila Heloísa (Crédito: Ivan Moretti).

A Vila Heloísa pode ser dividida em dois blocos: o comercial e de serviços, e o residencial com 33 casas. O primeiro bloco seguiu dois padrões: alvenaria aparente ou revestida. O primeiro é formado por diferentes edificações, onde foram instalados armazém, farmácia, biblioteca e clube. O segundo bloco, residencial, é formado por um conjunto de casas geminadas dispostas em fileira, com telhado único, acompanhando a leve sinuosidade da topografia, de frente para a Av. Com. Pedro Morganti (CACHIONI, 2006 apud BALLEIRAS, 2003).

Provavelmente a área residencial da Vila Heloisa seja remanescente da Fazenda Monte Alegre, conforme estudo iconográfico da aquarela de Miguel Arcanjo Benício Dutra, onde foram retratadas as edificações da fazenda (CACHIONI, 2013, p. 318).



Vila João de Barro (Crédito: Formarte).

Edificada em alvenaria aparente, a Vila João de Barro tem como diferencial um porão utilizável sustentado por uma arcada, onde se empregava uma lavanderia comum, espaço este possibilitado pela topografia do local, que torna as casas térreas pela entrada principal e, praticamente, assobradadas nos fundos (BALLEIRAS, 2003).

Outras vilas também se inseriram neste antigo empreendimento, dentre as quais destacamos: Vila Joaninha, Vila Josefina e Vila Marisa. A Vila Joaninha, composta por 18 casas geminadas entre os dois lados da extensão da Avenida Joaninha Morganti, era habitada pelos trabalhadores que ocupavam os cargos mais importantes da Usina e por isso, possuía um padrão construtivo diferenciado (CACHIONI, 2013).



Vila Joaninha (Crédito: Milanea A. Franco).

As 8 casas da Vila Maria Helena são diferenciadas entre si, formando conjunto com o antigo centro de puericultura (creche), também construídos em alvenaria aparente e telhas francesas, semelhan-

tes às casas da Vila Joaninha. No entanto, não são geminadas e foram edificadas de frente para a Praça Antonio Keller, com disposição em curva (CACHIONI, 2013).



Vila Maria Helena (Arquivo DPH IPPLAP).

Na Vila Josefina, a maior remanescente, verificava-se a existência de 87 casas (originalmente), constituídas em um 'mini-bairro' com arruamento em tabuleiro de xadrez. Encontram-se nesta vila dois padrões construtivos: o vernacular e o geminado. O primeiro seguiu o padrão colonial, provavelmente remanescente de colônia de imigrantes da Fazenda Monte Alegre. O segundo foi construído pela usina, com alpendre central protegendo a entrada, no alinhamento da calçada e em alvenaria revestida. Os habitantes da Vila

Josefina eram funcionários e ex-funcionários da Usina e seus familiares. Por este e outros motivos, os imóveis foram sendo adquiridos pelos moradores, passando por reformas ou demolições para construção de novas edificações (CACHIONI, 2013).



Vila Joanhina (Crédito: Milanea A. Franco).

Afastada das demais e constituída por 10 casas geminadas, a Vila Marisa tem como características: entrada lateral pelo alpendre e padrão construtivo em alvenaria aparente.



Vila Marisa (Crédito: Milanea A. Franco).

Existiam também outras vilas que, entre as décadas de 1970 e 1980 foram, demolidas para ceder espaço à área canavial: a Borguesi, com 7 casas; a Tamoio, com 28 casas; a Retiro com 16 casas; a Bate-Pau com 22 casas; a Odila com 36 casas; a Liliane, com 11 casas; e a Marco Ometto com 14 casas.

A área patronal é um dos últimos remanescentes representativos da antiga Fazenda Monte Alegre, onde ainda é possível reconhecer parcialmente como se dava a paisagem de épocas remotas, quando havia um maciço arbóreo que foi

substituído por canaviais, os quais por sua vez, cederam algum lugar para a edificação das colônias; transformações que podem ser mais facilmente compreendidas, a partir deste espaço. Anteriormente ocupada pela família Morganti, esta é uma extensa área verde, onde também se forma um lago. Duas amplas residências estão construídas na área, sendo uma delas, a primeira ocupada pela referida família, edificada com elementos do Ecletismo (CACHIONI, 2006).



Palacete da família Morganti (Crédito: Milanea A. Franco).

O casarão principal foi construído em duas partes, ligados por uma passarela cercada por um jardim de inverno. Segundo Cachioni (2006), é possível que as antigas estruturas da sede original da Fazenda Monte Alegre tenham sido

aproveitadas na reforma.

Alguns edifícios do núcleo fabril adquiriram destaque pela sua composição arquitetônica e forma de implantação, como os do Grupo Escolar, inaugurado em 21 de janeiro de 1924 e, da Capela de São Pedro, benzida em 1937.



Antiga Escola Marquês de Monte Alegre
(Crédito: www.oespiritodolugar.blogspot.com).

O prédio das Escolas Reunidas ou 'Grupo Escolar de Monte Alegre', construído por iniciativa particular da família Morganti para atender aos filhos dos funcionários foi oferecido à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para a implantação de uma escola, que funcionou até meados da década de 1990, quando foi desativada pela reforma do ensino paulista. A

escola era bastante conceituada pelas autoridades no período de sucesso da Usina, sendo que no início da década de 1940 havia cerca de 370 crianças matriculadas moradoras do núcleo fabril e das áreas vizinhas (BALLEIRAS, 2003).

[...] o Grupo Escolar Marquês de Monte Alegre foi alvo das visitas mais honrosas, de homens ilustres, tanto do Brasil como de outras terras, com 371 crianças matriculadas, prestando reais serviços à população de Monte Alegre e ao Brasil, chegando a Usina ser visitada e apreciada pelo então Secretário da Educação, Dr. José Rodrigues Alves Sobrinho, que fora hospedado pela família Morganti (Jornal UMA, 03/08/1941 apud PERES, 1990, p. 101).

Este edifício destaca-se ainda pelo tratamento paisagístico, sendo sua entrada principal marcada por uma aleia de palmeiras imperiais e um amplo jardim frontal (BALLEIRAS, 2003).

A Capela de São Pedro foi edificada, também por iniciativa de Pedro Morganti, para atender aos colonos italianos católicos que trabalhavam e moravam no bairro. Para tanto, contratou o engenheiro italiano Antonio Ambrote, que residia

em São Paulo, para construí-la. Segundo Cachioni (2002), Ambrote chegou a acompanhar as obras, mas faleceu em São Paulo, durante a construção. A execução da obra foi realizada pelos operários da Usina.



Capela de São Pedro (Crédito: Arquivo Wilson Guidotti Jr.).

Um diferencial da obra foi a decoração do interior, de autoria de Alfredo Volpi. O pintor de origem italiana teria se inspirado em duas frases do latim para criar os quadros que cobrem suas paredes e o teto. As paredes têm como tema: a hóstia, o amanhecer (representado por um galo), o símbolo papal, as chaves de São Pedro, o Divino Espírito Santo e a Aleluia. Na cúpula, foram ilustrados os quatro apóstolos, Mateus, Marcos, Lucas e João

(Folha de S. Paulo, 30/01/1991 apud CACHIONI, 2002). Os trabalhos duraram seis meses, entre 1937 e 1938, com a colaboração dos reconhecidos pintores Aldorigo Marchetti e Mário Zanini.

A licença para benção da Capela - que nunca pertenceu à Diocese - foi concedida, em 4 de janeiro de 1937, por Dom Francisco de Campos Barreto, Bispo de Campinas (CACHIONI, 2002).

Como destaca Balleiras (2003), a área escolhida para sua implantação é um dos pontos mais altos da área sede, de onde se podia avistar boa parte do núcleo fabril. Já, a área da Capela possui um largo projetado pelo Prof. Philippe Westin Cabral de Vasconcellos, onde se reuniam os fiéis, e com um edifício anexo reservado para as atividades paroquiais. A partir da década de 1940, foi criado um acesso, todo pavimentado em tijolos, o qual segue de uma praça onde estava instalado o Monumento do Comendador Pedro Morganti, próximo ao nicho onde estava erguido o Monumento à Dona Joaquina Morganti, os dois de autoria de Ottone Zorlini. Estes monumentos foram furtados em 2008 e jamais recuperados.

O núcleo fabril da Usina Monte Alegre teve sua constituição e desenvolvimento vinculado à realidade da agroindústria canavieira, principalmente, no que concerne às formas de relações de trabalho estabelecidas.



Vista de Monte Alegre (Crédito: Arquivo Wilson Guidoti Jr.).

Processos de valorização do bairro Monte Alegre

No início da década de 1990, a Coordenadoria da Ação Cultural de Piracicaba (atual Secretaria), promoveu um seminário para discutir a história do bairro e pensar medidas para sua revitalização, com a proposta de manter algumas características culturais do local.

Isto fez surgir um movimento entre os habitantes pela reconstrução da memória e recuperação do Bairro, que tem contato com a Coordenadoria de Ação Cultural da Prefeitura Municipal de Piracicaba e da Unimep. O movimento tem discutido, fundamentalmente, a preservação do bairro a partir da transformação da função social para a qual foi construído e que se perdeu com a desativação da usina (TERCI, 1991, p. 297-298).

O Tombamento municipal da Capela de São Pedro foi decretado, em 03 de julho de 1991; tendo sido realizada a rerratificação deste, após análise do Codepac com a inclusão da área envoltória, em 2003.

O Centro Comunitário Monte Alegre (1988), em 28 de dezembro de 1994, apresentou ao Prefeito Antonio Carlos de Mendes Thame três planos de trabalho e propostas. Dentre as sugestões estavam:

recuperação e reativação do lago com implantação de área de lazer; reforma do estádio Pedro Morganti; recuperação e utilização futura da área em que funcionou a Creche Tagarela, onde poderia instalar-se o Centro Comunitário, Posto de Saúde, Museu, Biblioteca, etc.; construção de uma calçada na Av. Comendador Pedro Morganti, na extensão do lago; asfaltamento da parte alta do Bairro. No ano seguinte, foi sugerido que, com incentivo da iniciativa privada, funcionassem naquela área: bares, restaurantes, lojas de souvenir, centro e museu do folclore, etc.

O segundo movimento em direção à valorização institucional desta localidade foi realizado também por incentivo do Centro Comunitário Monte Alegre (1988), que solicitou medidas referentes ao tombamento do bairro. O processo foi aberto pelo Codepac, em abril de 1995.

O tombamento municipal da 'Colônia do Bairro Monte Alegre, constituído pelo conjunto de casas geminadas construídas no início do século XX - Vila Heloísa e João de Barro' foi realizado pelo Decreto 9.516/01. No mesmo ano foi aberto o processo de tombamento do Bairro

Monte Alegre incluindo a antiga Usina e as demais edificações. Em 2002, pelo Decreto 9.755, foi tombada a Escola Marquês de Monte Alegre. Já a antiga área patronal (Palacete Morganti e área envoltória) e a Vila Marisa, foram objeto de processos abertos em 2004.

No âmbito da Agenda 21, coordenada pela então 'Piracicaba 2010', a direção da antiga Votoantim (VCP) se comprometeu a reunir representantes de secretarias e autarquias municipais em conjunto com instituições de ensino e moradores do bairro para discutir propostas de melhorias para o Monte Alegre, verificando as possibilidades de resolução dos problemas mais imediatos. Houve diversas reuniões em assembleia e também entre os grupos de trabalho temáticos, entretanto, apesar de muitas propostas apresentadas, a VCP em decisão unilateral, deixou de convocar e sediar as reuniões e o grupo acabou por se dissolver, sem efetivar qualquer assunto discutido.

O grupo de trabalho (GT) 'Cultura, Patrimônio, Turismo e Lazer', a partir do tema 'Cultura e Patrimônio', apresentou questões referentes às intervenções no bairro Monte Alegre, em reunião de 08 de

agosto de 2006. Os presentes eram: Marcelo Cachioni, Teresa Blasco, Balu Guidotti e André Heise. Dentre as propostas para discussão do GT estavam:

- a criação e montagem do 'Memorial do Bairro Monte Alegre'; a definição do local de instalação para a reunião de acervo (documentos, fotos, filmes, coleção do UMA, coleção do Monte Belo) - digitalização do acervo em parceria com a Semac e o IHGP.
- Projeto de história oral com moradores e ex-moradores do Bairro a ser oferecido aos pesquisadores do Centro de Memória da Unicamp e do Museu da Pessoa.
- disseminação do conceito de 'Centro Histórico' do Bairro Monte Alegre para as áreas das colônias e da Usina Monte Alegre.
- concretização de projetos de recuperação para as Vilas João de Barro e Heloisa.
- trabalho de conscientização com os moradores do bairro com relação à preservação dos imóveis, por meio de reunião com os moradores e divulgação de uma cartilha e manu-

al específico para o Monte Alegre a ser distribuído à população.

Sobre as ações direcionadas ao turismo estavam em pauta:

- inserção da Festa de São Pedro no calendário oficial de eventos da cidade de Piracicaba (29 de junho);
- os novos usos propostos para as edificações do Centro Histórico do Monte Alegre deverão se adaptar aos mesmos, respeitando a arquitetura original e a paisagem tradicional do bairro.
- criação de roteiros turísticos temáticos (histórico, arquitetônico). Público alvo: demanda com perfil específico interessado em turismo cultural e de conhecimento.

Com relação aos usos sugeridos aos lugares, foram apresentadas as propostas:

- Vila Heloisa: pousada na área residencial e comércio e serviços na antiga área de mesma destinação.
- Usina: centro gastronômico baseado em praça de alimentação e entretenimento difundido em shoppings.

- Área patronal: instalação de um spa, preservando as edificações e área verde.

Em consideração geral foi apresentado que deveria ser respeitada a harmonia ambiental e paisagística de forma que o potencial turístico fosse efetivado e pudesse atrair a demanda turística.

Nos últimos anos, a principal preocupação que incide sobre o bairro é a da harmonização entre as ações preservacionistas/conservacionistas e os projetos de intervenção, ponto que na atual revisão do Plano Diretor deverá ser destacado, tendo como base a recuperação das características históricas anteriormente mencionadas e posteriormente, a elaboração de um Plano de Gestão que, efetivamente, possa sugerir usos para as áreas de valor cultural.

No ano de 2012, em função da necessidade de melhor instrumentalização técnica para arbitrar sobre as intervenções propostas para o bairro, o Codepac contratou o arquiteto Márcio Hoffmann, para realizar um diagnóstico, apresentado em 06 de julho de 2012. Neste documento técnico, o autor mostrou algumas carac-

terísticas do bairro, os processos de valorização, levantamentos arquitetônico, imagens dos bens e sugestões para o tratamento da área.

As recomendações para o tratamento do bairro foram acompanhadas de um mapa que explicitou os níveis de tombamento, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 171/2005.

Mediante as indicações presentes neste mapa, deveriam ficar sobre proteção prioritária (P1 e P2): a Capela de São Pedro e área envoltória; Vila Heloísa; Vila João de Barro; alguns imóveis da Vila Joaninha; Vila Marisa, Vila Maria Helena; Escola Marquês de Monte Alegre e Casarão Morganti (área patronal).

Art. 11. Nos prédios de categoria P1 e P2 deverá:

- I - ser utilizado somente materiais que não descaracterizem o padrão arquitetônico a ser preservado;
- II - manter-se preservado seus ornamentos, esquadria, telhas e trabalhos em ferro, preservando assim, a técnica original de construção;
- III - manter-se as aberturas originais, sendo vedado emparedar ou criar falsas aberturas;

IV - usar as cores tradicionais das edificações, dando preferência aos tons pastéis;

V - manter-se a mesma forma, divisão de águas e inclinação dos telhados, e os mesmos tipos de beirais ou platibandas;

VI - utilizar-se de réplicas de peças originais que estiverem faltando no conjunto.

Parágrafo único: Se os imóveis das categorias P1 e P2 sofrerem modificações não aprovadas, poderá ser exigida sua restauração da maneira que mais se assemelhe à forma original, ou sua adaptação as condições atuais da área, podendo esta exigência se aplicar aos imóveis como um todo, como também a parte deste (PIRACICABA, 2005).

Sob a proteção do nível de tombamento P3, estariam os imóveis da Vila Josefina, alguns bens da vila Joaninha e bens constantes na Av. Comendador Morganti, tais como: Usina Monte Alegre e Centro Comunitário.

Art. 12. Os projetos de categoria P3 deverão se harmonizar com a arquitetura do conjunto formado pelas edificações vizinhas, respeitando as características de volume e altura, da cobertura e prolongamento de telhados, da forma, divisão e proporção das aberturas exteriores, da composição,

cores, revestimento das fachadas.

[...]

Art. 14. Nos prédios da categoria P3, as diretrizes desta seção não deverão não deverão inibir uma concepção arquitetônica contemporânea (PIRACICABA, 2005).

Este estudo passou a balizar as análises do Codepac referentes às ações direcionadas aos bens desta localidade. No entanto, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), em Sessão Ordinária de 20 de maio de 2013, decidiu pela abertura de estudo de tombamento da Usina Monte Alegre e perímetro abrangido por mapa anexo.

Conforme descrito, a área foco de estudo compreende:

- Todos os remanescentes da Usina Monte alegre, demais edificações e espaços internos e externos das mesmas, que estão inseridos no perímetro delimitado pelo Rio Piracicaba (a noroeste), lotes atuais da Fábrica de Papel e Celulose Fibria ou Votorantim Celulose e Papel (a oeste), pela Via Comendador Pedro Morganti (ao sul), e Anel Viário (a leste)
- As antigas casas patronais da família

Morganti, incluindo seus interiores e os lotes nos quais estão localizadas;

- Capela São Pedro de Monte Alegre, incluindo o seu interior e o lote no qual está inserida;

- Prédio do antigo Grupo Escolar 'Marquês de Monte Alegre', e o lote no qual está inserido;

- Antigo campo de futebol, utilizado pelo União Monte Alegre Clube e demais funcionários e/ou moradores do Bairro Monte Alegre;

- Antigas vilas dos colonos operários da Usina Monte Alegre, a saber: Vila Marisa, Vila João de Barro, Vila Renata, Vila Maria Helena, Vila Joaquina, Vila Josefina e Vila Heloísa;

- Todos os arquivos e documentos referentes às atividades da Usina Monte Alegre armazenados nas instalações do complexo usineiro (DOE, 27/06/2013. Seção I, p. 58).

Conforme o Artigo 142 e 146, do decreto 13.426/79, todos os itens foco da abertura do processo de tombamento deverão ter assegurada a sua preservação, ficando vedado de qualquer intervenção sem a prévia autorização do Condephaat. Deste modo, qualquer intervenção sobre um bem que não tiver análises e aprovação do conselho estadual estará sujeita a sanções penais, conforme previsto pela Lei

10.774, de 01 de março de 2001, regulamentada pelo Decreto Estadual n. 48.439, de 21 de dezembro de 2004.

Por meio das obrigаторiedades apresentadas pelo Condephaat, todas as ações direcionadas aos bens dessa área passaram, portanto, a seguir os critérios de avaliação sugeridos pela lei preservacionista estadual.

Este fato inviabiliza a análise valorativa proposta pelo Escritório Fato Arquitetura que, ao apresentar o enquadramento de alguns bens e vilas no grau de proteção 3 (P3), vai de encontro às obrigаторiedades de preservação apresentadas pelo órgão preservacionista estadual e às características residências próprias do bairro. Pela realidade atual, torna-se necessário, portanto, a realização de novos estudos que possam dialogar com as restrições impostas em âmbito estatal e com conceitos de patrimônio mais abrangentes.

Com base no exposto, acredita-se importante retomar algumas destas discussões iniciadas desde a década de 1990, em vistas ao desenvolvimento de projetos que garantam a efetiva utilização do local e a manutenção de suas características

residenciais.

Como sugerido, em um primeiro momento deve ser realizado um Plano de Gestão para o local, instrumento que melhor especificará, mediante as características culturais desta localidade, possibilidades de usos e intervenções compatíveis para a área pelo critério metodológico da paisagem cultural, tendo como recurso a legislação preservacionista mais restritiva que incide sobre toda a área.

Além, disso, acredita-se fundamental lançar discussões sobre o desenvolvimento de algumas ações:

- projeto piloto de intervenção;
- montagem de Oficina Escola de conservação e restauro;
- programa de Educação Patrimonial com material didático do Iphan;
- realização de estudos para criação de um Centro de Documentação e Informação, Centro Cultural e/ou Memorial do bairro;
- desenvolvimento, por meio de parceria, de cursos básicos de qualificação de mão de obra para aplicação em atividades turísticas;
- incentivo a implantação de novos

empreendimentos;

- apoio a empreendimentos já instalados;
- fortalecimento do comércio e da prestação de serviço local;
- fortalecimento da identidade comunitária;
- fortalecimento do turismo; entre outras.

Considerações Finais

O poder de atuação de um órgão de planejamento frente à preservação do patrimônio cultural está diretamente relacionado à sua competência de construir e apresentar um campo de saber que fundamente o interesse de proteção ou intervenção sobre um bem de interesse cultural mediante instrumentos técnicos, administrativos e legais. Tais elementos devem ter como base fundamentações históricas e técnicas que sejam organizadas em um produto que aborde as necessidades de cada área a ser tratada, com a finalidade de propor alterações ou embasar procedimentos - em unidades ou conjuntos.

As diferentes ferramentas presentes em um Plano Diretor podem ser aplicadas no âmbito da preservação, com a especificação de um dado instrumento em cada seção que também poderá servir ao tratamento de bens de valor cultural. Entretanto, somente por meio de intenções pré-determinadas é possível mapear a sua efetiva aplicação e incluí-la na legislação que versa sobre o planejamento urbano.

O presente estudo objetiva instrumentalizar o procedimento de construção valora-

tiva para as Zonas de Zeladoria do Patrimônio Cultural. Ademais, pretende-se enfatizar que qualquer ação do poder público frente à preservação do patrimônio deve sempre ter como base a legislação e os procedimentos de intervenção mais restritivos.

Pelos estudos realizados sobre o tratamento do patrimônio cultural em âmbito nacional, afirma-se que a questão processual é o elemento chave em qualquer procedimento preservacionista/conservacionista. Deste modo, um processo fundamentado com parecer técnico e valorativo, que contemple legislação vigente, torna-se o recurso principal para o tratamento de bens de potencial valor cultural; afastando possíveis contestações e embates causados por jogos de interesses diversos - independente do órgão solicitador, coordenador ou contestador. A questão que se coloca nessa esfera de atuação do poder público é a de que o saber técnico e valorativo deve sobrepor-se ao poder de arbitragem de órgãos preservacionistas, setores do poder público, instituições privadas, etc.

A intenção de preservação do patrimônio cultural, via planejamento urbano, trata-

se de uma questão inovadora, cujo fundamento conceitual mais viável está na noção de conservação integrada. As ações direcionadas pelo órgão de planejamento devem ser elaboradas no sentido de gerir os bens valorizados como patrimônio institucional ou, pelo recurso do inventário, mapear os bens que devem receber atenção especial no processo de transformação urbana.

Por isso, as ações de preservação e conservação devem ser o resultado da atuação de diferentes setores. Entretanto, o tratamento constante de um bem valorizado torna-se responsabilidade do órgão de planejamento que, apesar de não arbitrar diretamente sobre a nomeação de um bem como patrimônio, possui instrumentos adequados para coordenar ações para intervenções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 12.267/1991. Normas para elaboração de um plano diretor. Disponível em: <>
<http://www.scribd.com/doc/30913682/NBR-12267-Normas-para-elaboracao-de-plano-diretor>. Acesso em 11 dez. 2013.

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

ÁLBUM PIRACICABA. Progresso da Paulista (Ed. Especial - Ano 16). Piracicaba, Novembro de 1963.

BALLEIRAS, Mary Helle Moda. Usina Monte Alegre - um breve histórico do lugar. Piracicaba: Manuscrito, 2003.

BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Coleção Cantos do Rio. 3ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

_____. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial [da] União, Rio de Janeiro, RJ, 30 dez. 1937. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>>. Acesso em: 02 jul. 2012.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Implementação de ações em áreas urbanas centrais e cidades históricas: manual de orientação. Brasília: IPHAN: Ministério das Cidades, 2011.

CACHIONI, Marcelo. Arquitetura Eclética na Cidade de Piracicaba, 2002. 339p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo PUC Campinas, 2002.

_____. Construindo e desconstruindo a paisagem cultural da Rua do Porto em Piracicaba. In: XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Porto Alegre: PRPUR/UFRGS, 2012.

_____. Engenho Central de Piracicaba. Aspectos históricos e arquitetônicos. (Manuscrito). Piracicaba: DPH IPPLAP, 2004.

_____. O papel pioneiro de Piracicaba na construção fabril na província de São Paulo. In: Colóquio Latino-americano sobre Preservação e Recuperação do Patrimônio Industrial. São Paulo: TICCIH, 2012a.

_____. O Parque do Mirante. In: IPPLAP. Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba: IPPLAP, 2011.

CAMARGO, Manoel de A. Almanak de Piracicaba para 1900. São Paulo: Tipografia Hennies Irmãos, 1899.

CAMPAGNOL, Gabriela. Assentamentos agroindustriais: o espaço da habitação em usinas de açúcar da região de Piracicaba, 2003. Dissertação (Mestrado). EESC USP, 2003.

CARRADORE, Hugo Pedro. Monte Alegre: a Ilha do Sol. Piracicaba: Shekinah Editora, 1996.

CARTA de Atenas. [S.l.]: [s.n.], 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

CARTA de Veneza. [S.l.]: [s.n.], 1964. Disponível em: em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

CASTRiota, Leonardo Barci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009a.

CASTRiota, Leornado Barci (Org.). Paisagem cultural e sustentabilidade. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009b.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2004.

CODEPAC. Edital de Convocação para reunião extraordinária nº 2, de 23 de agosto de 2013. Piracicaba: Codepac Semac, 2013a.

CODEPAC. Ofício CODEPAC nº 70/2013, de 03 de julho de 2013. Piracicaba: CODEPAC/SEMAG, 2013b.

COSTA, Luiz Augusto Maia. O ideário urbano paulista na virada do século; O engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903). São Carlos: RiMa; Fapesp, 2003. 404 p.

COSTA, Ruy Oehlmeyer. As águas do Piracicaba. Piracicaba: IHGP; Semae, 2004.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. 27/06/2013, Seção I, p. 58.

DUNCAN, James. The city as text. The politics of landscape interpretation in the Kandy Kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ELIAS NETTO, Cecílio. Almanaque 2000. Memorial de Piracicaba Século XX. Piracicaba: Editora Unimep, 2000.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

_____. A ordem do discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a. (Coleção tópicos).

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. Rios e cidades: ruptura e reconciliação. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

GUERRINI, Leandro. História de Piracicaba em Quadrinhos. 2 volumes. Piracicaba: IHGP, 1970.

IPHAN. Carta de Petrópolis. Disponível em: <> <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=257>. Acesso em 11 dez 2013.

IPHAN. Paisagem Cultural. Depam/lphan: Brasília, 2009.

IPPLAP. Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba, SP: IPPLAP, 2011.

KANNI, Fernando N. (org.). Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico de Piracicaba, SP. Piracicaba: UNIMEP e SETUR, 2002.

KIEHL, Edmar José. Vida e Obra de Luiz de Queiroz. In: ESALQ 75. 1901 - 1976: 75 anos a serviço da Pátria. Piracicaba: Editora Franciscana, 1976.

LEME, Ana Carolina. Avaliação e armazenamento de híbridos de milho verde visando à produção de pamonha. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2007. Piracicaba, 2007.

LEME, Maria Luísa de Almeida. A linguagem da comunidade tiroleza-trentina da cidade de Piracicaba-SP, 1994. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1994.

LEME; Renata Toledo; ROLIM, Fabio Guimarães; MARTINI, Eduardo Dalcanale. A piracema do Projeto Beira-Rio. In: IPPLAP. Piracicaba, o rio e a cidade:

ações de reaproximação. Piracicaba: IPPLAP, 2011.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011, p.1.

MARCONDES, Neide. Entre Ville e Fazendas. São Paulo: Arte & Cultura, 1995.

MASCARÓ, Juan Luis. Infraestrutura da paisagem. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2008.

MELLO, Sandra Soares de. Quando a cidade reencontra o rio. In: IPPLAP. Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba: IPPLAP, 2011.

MENDONÇA, Joseli Nunes. Cenas da abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MOURA, Carlos Eugenio M. (org.). Diário da Princesa Isabel. In: Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998. p.123-130; 238.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Archivo, memória e historia: cruzamientos e abordajes. Íconos. In: Revista de Ciencias Sociales, Quito, n. 41, p. 17-37, 2011.

NEME, Mario. História da Fundação de Piracicaba. Piracicaba: IHGP, 2009.

_____. Piracicaba - Documentário. Piracicaba: João Fonseca, 1936.

OTERO, Estevam Vanale; BOLOGNA, Sabrina Rodrigues; ALMEIDA, Arlet Maria de. Parque da Rua do Porto e Área de Lazer do Trabalhador: gênese da reaproximação com o rio. In: IPPLAP. Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba: IPPLAP, 2011.

OTERO, Estevam Vanale; SOUZA, Maria Beatriz Silotto Dias de. A Reconquista das Margens do Rio Piracicaba: uma reconstrução histórica à guisa de introdução. In: IPPLAP. Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação. Piracicaba: IPPLAP, 2011.

PERECIN, Marly Therezinha. A Síntese Urbana (1882-1930). Piracicaba: Shekinah, 2009.

_____. Três momentos históricos da fundação de Piracicaba. Programa Oficial do 225º Aniversário de Fundação de Piracicaba

(01/08/1767). Piracicaba, ago 1992.

PERES, Maria Thereza Miguel. O colono de cana na modernização da Usina Monte Alegre: Piracicaba (1930-1950), 1990. Dissertação (Mestrado em História). PUC São Paulo, São Paulo, 1990.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Construindo conhecimento através do espaço sindical francês: um olhar sobre a informação e o papel do arquivo junto a uma política de memória militante. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 14, número especial, p. 120-132, 2009. Disponível em: <> <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14nspe/a09v14nspe.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2010.

PIRACICABA. Decreto n° 10.010, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre o tombamento, como Patrimônio Histórico Cultural de Piracicaba, da Chácara Nazareth e dá outras providências. Piracicaba, 2002c.

_____. Decreto n° 10.015, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre o tombamento, como Patrimônio Histórico Cultural de Piracicaba, da Antiga Casa de Força e do Conjunto da Empresa Hidráulica de Piracicaba, datado de 1885, atual Museu da Água e dá outras providências. Piracicaba, 2002b.

_____. Decreto n° 10.020, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre o tombamento como Patrimônio Histórico Cultural de Piracicaba, do Parque do Mirante e dá outras providências. Piracicaba, 2002a.

_____. Decreto n° 10.643, de 29 de janeiro de 2004. Introduz alterações ao Decreto n° 8.649/99, alterado pelo de n° 9.294/00 que “dispõe sobre o tombamento, como Patrimônio Histórico Cultural de Piracicaba, da Av. Beira Rio, Largo dos Pescadores, Rua do Porto e dá outras providências”. Piracicaba, 2004b.

_____. Decreto n° 10.997, de 29 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o tombamento, como Patrimônio Histórico e Cultural de Piracicaba, da Casa do Povoador. Piracicaba, 2004a.

_____. Decreto n° 5.036, de 11 de agosto de 1989. Dispõe sobre o tombamento do Engenho Central como patrimônio histórico-cultural e ambiental de Piracicaba. Piracicaba, 1989.

_____. Decreto n° 7.591, de 28 de maio de 1997. Dispõe sobre o tombamento, como Patrimônio Histórico-Cultural de Piracicaba, do Palacete ‘Luiz Vicente de Souza Queiroz’ e área envoltória, e dá outras providências. Piracicaba, 1997.

_____. Lei Complementar n° 186, de 10 de outubro de 2006. Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Piracicaba, cria o

Conselho da Cidade, revoga a Lei Complementar nº 46/05 e suas alterações e dá outras providências. Piracicaba, 2006.

_____. Lei Complementar nº 208, de 04 de setembro de 2007. Dispõe sobre Uso e Ocupação do Solo do Município de Piracicaba. Piracicaba, 2007b.

_____. Lei Complementar nº 213, de 17 de dezembro de 2007. Introduz alterações às Leis Complementares nº 186/06 - Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Piracicaba; nº 206/07 - Normas para Edificações; nº 207/07 – Parcelamento do Solo e nº 208/07 - dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo no Município de Piracicaba e dá outras providências. Piracicaba, 2007a.

_____. Lei Complementar nº 287, de 19 de dezembro de 2011. Introduz alterações à Lei Complementar nº 186/06 - Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba, modificado pelas Leis Complementares de nº 201/07, nº 213/07, nº 220/08, nº 222/08, nº 247/09, nº 249/09, nº 255/10, nº 257/10 e nº 261/10. Piracicaba, 2011.

_____. Lei Complementar nº 293, de 06 de julho de 2012. Introduz alterações à Lei Complementar nº 186/06 - Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba, modificado pelas Leis Complementares de nº 201/07; nº 213/07; nº 220/08; nº 222/08; nº 247/09; nº 249/09, nº 255/10, nº 257/10; nº 261/10 e nº 287/11. (Alteração do coeficiente de aproveitamento de área da nova piracicaba inserida em zona de interesse da paisagem construída). Piracicaba, 2012.

_____. Lei nº 2.374, de 08 de novembro de 1979. Cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba. Piracicaba, 1979. Revoga dispositivos da Lei nº 5.194/02, que “dispõe sobre a consolidação da legislação que disciplina as atividades, a produção, os programas e as iniciativas artístico-culturais do Município de Piracicaba, bem como especifica a natureza e as funções da Secretaria Municipal da Ação Cultural e dos Órgãos da Administração Pública auxiliares na gestão cultural.” (Biblioteca, Casa do Povoador, Pinacoteca e Teatro)”, integra o CODEPAC ao IPPLAP e dá outras providências. Piracicaba, 2005.

_____. Lei nº 2.374, de 08 de novembro de 1979. Cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba. Piracicaba, 1979.

_____. Projeto Beira-Rio: Plano de Ação Estruturador. Piracicaba: IPPLAP, 2003.

_____. Piracicaba: Município de Maior Progresso do Brasil. Piracicaba: PMP, maio de 1959.

PORTO ALEGRE. Lei Complementar n. 434. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências. Porto Alegre, 1999.

RABELLO, Sonia. Estatuto da Cidade e a preservação do patrimônio cultural federal: compatibilizando a gestão. In: FINK, Daniel Roberto (Org.). Temas de Direito Urbanístico 4. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005, p. 39-52.

RAVACHE, Hans. Planta da Cidade de Piracicaba - 1916. Piracicaba, 1916.

RECOMENDAÇÃO de Nairóbi. [S.l.]: [s.n.], 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

RECOMENDAÇÃO Paris. [S.l.]: [s.n.], 1962. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=235>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

RECOMENDAÇÃO Paris. [S.l.]: [s.n.], 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=244>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

RECOMENDAÇÃO Paris. [S.l.]: [s.n.], 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=271>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

REVISTA MIRANTE. N°. 41. Piracicaba: Julho de 1960.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROTELLINI, Vitaliano (Editor). Il Brasile e gli Italiani. (Pubblicazione del Fanfulla). Florença, 1906.

SANTOS, F. Quirino. Brasil. In: Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado. Vol. VII. Lisboa, Typographia de Castro Irmão, 1864.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (Org.). Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS, Milton. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9ª.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

STEFANI, Arlindo. Projeto Beira-Rio: Diagnóstico - A cara de Piracicaba. Relatório Final. Piracicaba: Prefeitura Municipal, 2011.

TERCI, Eliana Tadeu. A Agroindústria Canavieira de Piracicaba: Relações de Trabalho e Controle Social 1880 a 1930. Dissertação (Mestrado). PUC São Paulo, São Paulo, 1991.

TORRES, Maria Celestina T. M. Piracicaba no Século XIX. Piracicaba: IHGP, 2009.

URU, Potira Morena Souza Benko de. Do milho à pamonha. (Pós-Graduação Lato Sensu em Curso de Especialização em Tecnologia de Alimentos), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

VÊNERE, Karina. Vá pensiero! Uma trajetória familiar. Recaracterização cultural em colônia de imigração trentina. Trabalho Final de Graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Unimep, Santa Bárbara D'Oeste, 2002.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999.

WATERMAN, Tim. Fundamentos de paisagismo. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WATTS, Martha H. Primeiras impressões de Piracicaba após a chegada. In: Woman's Missionary Advocate. Vol. II. Arquivo do Museu do IEP. Tradução de Zuleica C. C. Mesquita. EUA: 12/1881, p. 3-5

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem cultural brasileira: do conceito à prática. In: Fórum Patrimônio. Belo Horizonte, v. 5, n. 2, jul./dez. 2012.

Periódicos:

A PROVÍNCIA. Mirante do Salto. 07 a 13/10/1988, p. 9.

A PROVÍNCIA. O 'Mirante'. A alma de Piracicaba está morrendo devagarinho. 02 a 08/09/1988, p.3.

GUERRINI, Leandro. Arthur Drysdem Sterry. Nomes que a Cidade guardou. Jornal de Piracicaba. Piracicaba: 20 de janeiro de 1985. LUZES coloridas no Salto ainda neste mês. Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 15 ago. 1968, p. 3.

JORNAL de Piracicaba, Piracicaba, 30 mai. 1901.

JORNAL de Piracicaba, Piracicaba, 16 fev. 1906.

JORNAL de Piracicaba, Piracicaba, 20 fev. 1907.

JORNAL de Piracicaba, Piracicaba, 04 jun. 1908.

MIRANTE está ganhando iluminação moderna. Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 21 mar. 1980.

MIRANTE. Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 01 ago. 1962.

MONTEIRO, Noedi. O magnífico Portal do Cemitério. A Província, Piracicaba, 26 fev. 1987.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista do Programa de Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

SERÁ inaugurada hoje a Praça do Protesto Ecológico. Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 1/08/1979.

Agradecimento especial:

Adilson Franco Cardoso.

Christiano Diehl Neto.

Fernando Galvão.

Ivan Correr.

Ivan Moretti.

Justino Lucente.

Marília Vasconcellos.

Milanea Franco.

Paulo Dedini Altafin.

Wilson Guidotti Jr.

Câmara Municipal de Piracicaba - CMP.

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba - IHGP.